



# A DEFESA NACIONAL

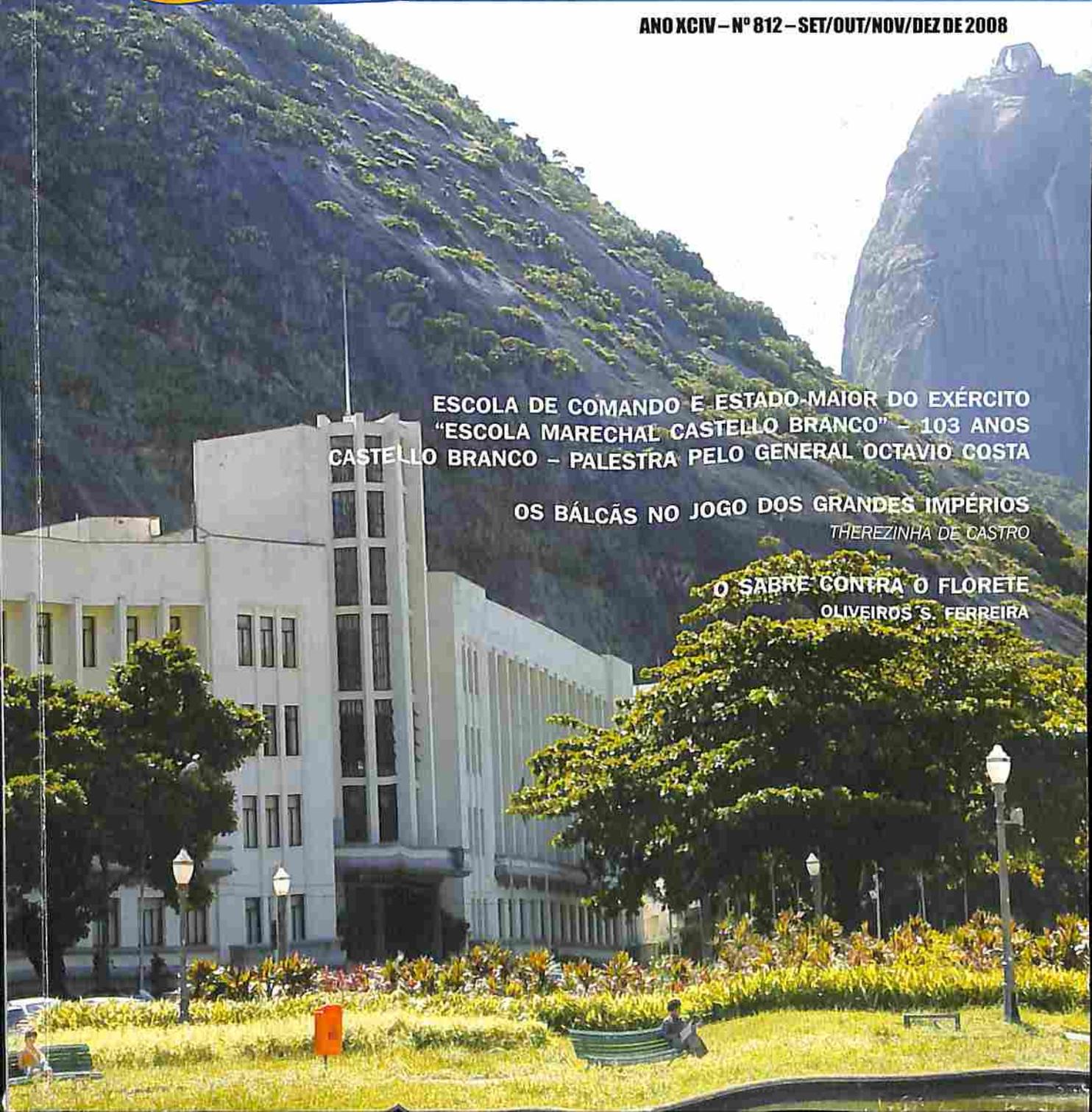
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCIV - Nº 812 - SET/OUT/NOV/DEZ DE 2008

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
"ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO" - 103 ANOS  
CASTELLO BRANCO - PALESTRA PELO GENERAL OCTAVIO COSTA

OS BÁLCÃS NO JOGO DOS GRANDES IMPÉRIOS  
THEREZINHA DE CASTRO

O SABRE CONTRA O FLORETE  
OLIVEIROS S. FERREIRA





## A DEFESA NACIONAL

**Diretor / Editor**

Luiz Eugênio Duarte Peixoto

**Redator**

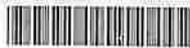
Luiz Carlos Carneiro de Paula

### ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército  
Palácio Duque de Caxias  
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar  
Ala Marçílio Dias - CEP 20221-260  
Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Tels.: (21) 2519-5707 e 2519-5715  
Fax: (21) 2519-5569  
Ligação gratuita: (0800) 238365  
E-mail: bibliex@bibl/  
Site: www.bibllex

**Programação Visual & Edição**  
I Graficci Comunicação  
Tel.: (21) 2213

**Título: A Defesa Nacional : revista de  
assuntos militares e estu**



v.94, n.812, set./dez. 2008 BFD

324532  
290637

#### Revisão

Ellis Pinheiro  
Fabiane Monteiro  
Marcio Costa  
Suzana de França

#### Impressão

Flama Ramos Acabamento e Manuseio Gráfico Ltda.  
Tel.: 3977-2656 - Telefax: 3867-5220

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em programa Microsoft Word, tendo cerca de 40.000 caracteres incluindo os espaços. Deverão ser anexados disquete(s) com a matéria, síntese curricular do autor e endereço postal.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

#### PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração.

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redactores - Prímicos Tessalres: BERTOLDO BLANZIN, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

**SUMÁRIO** [CONTHEM] **PRIMEIRA JORNALÍSTICA** - O Exército e a organização do Território. Subsdios militares - A estrutura de mltiplos infantes em face dos estudos effectivos. Exército de mltiplos para a defensiva e marítima. Brasil - Comandante do grupo de artilharia em combate. A medicina esportiva do Exército Brasileiro. Típografia militar no território brasileiro. **PRIMEIRA JORNALÍSTICA** - A guerra do 1.º de Setembro. Uma história. O desenvolvimento progressivo do exército brasileiro. **PRIMEIRA JORNALÍSTICA** - O Exército Brasileiro. Evolução da guerra. A Defesa Nacional. O desenvolvimento da guerra que ocorreu sobre o território. A história brasileira. **BIBLIOTECA** - O desenvolvimento da guerra que ocorreu sobre o território. A história brasileira. **BIBLIOTECA** - O desenvolvimento da guerra que ocorreu sobre o território. A história brasileira.

Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I - 10/10/1913 de A DEFESA NACIONAL

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual  
"A DEFESA NACIONAL"  
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

#### Diretor-Presidente

Luiz Eugênio Duarte Peixoto

#### Diretor-Secretário

Jo José Guedes Franklin

#### Diretor-Administrativo

Cleber Rodrigues Martins

#### Diretor-Tesoureiro

Voln de Paiva Farias

#### Conselheiros

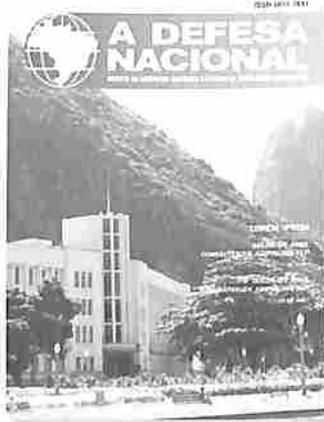
Celso José Pires  
Enir dos Santos Araújo

#### Conselho Fiscal

Victor José Freire  
Rogério Luiz Nery da Silva  
Wagner Alcides de Souza

#### Suplentes

Mônica Jefferson Fernandes  
Francisco Severiano Rodrigues da Silva  
Paulo Roberto Rodrigues Teixeira



## NOSSA CAPA

Fachada da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ. (Fonte: ReIPub ECEME)

290637/324532  
ex.2

# EDITORIAL

## Humberto de Alencar Castello Branco

*A vida e a carreira militar do Marechal Castello Branco seriam iguais a de muitos outros chefes militares do Exército Brasileiro se o destino não lhe houvesse reservado a participação em episódios importantes para o Exército e para o Brasil.*

*Nascido em Mecejana, no Ceará, e formado na Escola Militar do Realengo, Castello Branco, por sua dedicação à profissão militar, pela prática constante das virtudes militares e pela competência profissional demonstrada na lide da caserna, fez parte do grupo de oficiais que, sob o comando e a liderança do Marechal Mascarenhas de Moraes, formou o estado-maior da Força Expedicionária Brasileira.*

*Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército foi Instrutor, Diretor de Ensino e, posteriormente, Comandante. Foi um dos responsáveis pela transição da doutrina legada pela Missão Francesa para a doutrina norte-americana trazida pela FEB. Participou também do trabalho de atualização e transformação desse princípio em uma doutrina brasileira para o emprego da tropa terrestre, doutrina da qual se originaram todas as que a sucederam.*

*É natural, portanto, que seu pensamento militar, baseado em sua vivência, na paz e na guerra, guiasse as gerações de oficiais do Exército que se formaram desde os anos 1950 até os anos 1980.*

*A crise institucional que o País viveu entre 1961 e 1964, entretanto, transformou o General Castello em exemplo de comportamento e referência para o Exército. Jamais agiu fora de suas atribuições. Sempre de forma clara e leal, atuou com oportunidade junto a superiores e a subordinados.*

*Por tudo isso, também é natural que a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME — tenha adotado como designação histórica o nome de "Escola Marechal Castello Branco".*

# SUMÁRIO

<b>ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO "ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO" — 103 ANOS .....</b>	<b>3</b>
<b>CASTELLO BRANCO: SEU PERFIL NA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E NA CONSTRUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA .....</b> <i>Octavio Costa</i>	<b>4</b>
<b>AS FORÇAS ARMADAS E A SOBERANIA NACIONAL .....</b> <i>Rodrigo Rollemberg</i>	<b>12</b>
<b>A ORDEM INTERNACIONAL — UMA PERSPECTIVA DIVERGENTE .....</b> <i>Oliveiros S. Ferreira</i>	<b>17</b>
<b>A TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL .....</b> <i>Comando de Operações Terrestres — COTER</i>	<b>24</b>
<b>POLUIÇÃO AMBIENTAL E INTENSO CONSUMO DOS RECURSOS NATURAIS — POSSÍVEIS CAUSAS DE CONFLITOS INTERNACIONAIS .....</b> <i>Vicente Cavaliere</i>	<b>29</b>
<b>OS BÂLCÃS NO JOGO DOS GRANDES IMPÉRIOS .....</b> <i>Therezinha de Castro</i>	<b>35</b>
<b>INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO E O DIREITO INTERNACIONAL .....</b> <i>Marcelo Rech</i>	<b>45</b>
<b>O SCHWERPUNKT DE CLAUSEWITZ MAL TRADUZIDO DO ALEMÃO, MAL ENTENDIDO EM INGLÊS .....</b> <i>Milan Vego</i>	<b>47</b>
<b>OPERAÇÕES NA MINUSTAH — ESTUDO DE CASO .....</b> <i>Cláudio Tavares Casali</i>	<b>61</b>
<b>A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930 .....</b> <i>Alcyr Lintz Geraldo</i>	<b>67</b>
<b>A ANISTIA NO BRASIL .....</b> <i>Amadeu de Almeida Weinmann</i>	<b>78</b>
<b>O SABRE CONTRA O FLORETE .....</b> <i>Oliveiros S. Ferreira</i>	<b>84</b>
<b>DO CONGRESSO DE VIENA E DA PAZ DE VERSALHES: DA CLEMÊNCIA SOBERANA AO OLHAR DOS VENCIDOS .....</b> <i>Alexandre de Lima Paniza</i>	<b>94</b>
<b>GRAMSCI E AS PALAVRAS-SENHA .....</b> <i>Heitor De Paola</i>	<b>97</b>

# Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

## “Escola Marechal Castello Branco” — 103 Anos

*“O valor dos estudos na Escola de Estado-Maior do Exército não está no muito que o oficial faz como aluno mas, sim, no muito que vai realizar depois. O seu diploma só tem valia se valimento houver no desempenho que deve o oficial dar às funções que este documento lhe confere.”*

Marechal Castello Branco

### Resumo Histórico da ECEME

- |      |   |      |  |
|------|---|------|--|
| 1905 | Criação da Escola de Estado-Maior (EEM), subordinada ao Estado-Maior do Exército (EME).                                 | 1947 | Criação do Curso de Estado-Maior de Serviços.  |
| 1906 | Início do funcionamento no antigo prédio do Ministério da Guerra, na ala voltada para a Central do Brasil.              | 1955 | Mudança de denominação para Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).                          |
| 1907 | Instalação provisória na extinta Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha.   | 1964 | Introdução das “áreas de ensino” no currículo da ECEME.  |
| 1909 | Diplomação da primeira turma; aumento do curso para três anos e inclusão do ensino de Estratégia e da História Militar. | 1965 | Reorganização da ECEME para atender à nova sistemática de ensino e criação do Curso de Preparação à ECEME. |
| 1916 | Início da participação de autoridades civis e militares como conferencistas na Escola.                                  |      |  |
| 1918 | Suspensão temporária das atividades escolares em decorrência da Primeira Guerra Mundial.                                |      |  |
| 1920 | Reinício das atividades na ala norte do antigo Ministério da Guerra; início da orientação da Missão Militar Francesa.   |      |  |
| 1921 | Instalação no edifício ocupado pelo Primeiro Batalhão de Polícia do Exército, situado a Rua Barão de Mesquita.          |      |  |
| 1940 | Instalação definitiva no atual prédio da Praia Vermelha, coincidentemente com o término da Missão Militar Francesa.     |      |  |



Marechal Castello Branco

- 1968 Substituição das áreas de ensino por seções de ensino.
- 1969 Mudança de subordinação do EME para a Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), órgão do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) do Ministério do Exército.
- 1977 Início do curso de Estado-Maior com duração de dois anos; diplomação da primeira turma do Curso de Direção para Engenheiros Militares.
- 1986 Criação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx).
- 1988 Diplomação da primeira turma do CPEAEx.
- 1996 Início da reestruturação da Escola para adequação à modernização do Sistema de Ensino do Exército.
- 2001 Implementação do Programa de Pós-Graduação da ECEME.
- 2005 Denominação Histórica de Escola Marechal Castello Branco; Comemoração do Centenário da ECEME.

- 2006 Criação do Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM).



“Guardião do saber”

## Castello Branco — seu perfil na profissionalização das Forças Armadas e na construção da Doutrina Militar Brasileira.\*

*Octavio Costa\*\**

### Palavras iniciais

No poente de meus 88 anos, na inatividade militar há 26, eu já decidira declinar de qualquer

convite para participar de seminários e painéis, fazer palestras, subir degraus de tablados.

Eis que o vosso Comandante, General Sérgio Etchegoyen, convida-me, em termos

\* Palestra realizada em comemoração dos 103 anos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — ECEME, no dia 2 de outubro de 2008.

\*\* O autor é General-de-Divisão.

irrecusáveis, para estar hoje aqui. Acontece que os Etchegoyen, o saudoso pai, a mãe e a esposa, tios e irmãos, são um patrimônio de dignidade, de dedicação, de patriotismo, que sempre mereceram a minha admiração e a quem nada se pode negar.

Eis-me, pois, a cumprir o desafio de falar sobre *CASTELLO BRANCO — seu perfil na profissionalização das Forças Armadas e na construção da Doutrina Militar Brasileira*.

## Perfil

Perfil refere-se à imagem. Nenhuma imagem é permanente. Nada é mais mutável do que a imagem, além de que depende de quem a vê, como vê e quando vê. Talvez só o fim trágico congele a imagem.

Lembro-me de Vargas, em 4 de agosto de 1954, chegando em carro aberto, pela pista principal do Hipódromo da Gávea, para assistir ao Grande Prêmio Brasil, sob ensurdecadora vaia que estigmatizava o chamado “mar de lama” do fim do seu governo. E, no entanto, três semanas depois, imolava-se com um tiro no peito e entrava para a História quase santificado.

Lembro-me de Juscelino deixando o governo no auge de avassaladora inflação, sem conseguir fazer o seu sucessor e a quem Jacob Gorender, em minha opinião um dos mais lúcidos pensadores marxistas, dizia ter sido “o pior Presidente do país, porque o mais entreguista.” Os pósteros haveriam de consagrá-lo como o melhor de todos, padrão de dinamismo, de tolerância, de visão política e de espírito democrático.

No sentido oposto, há o exemplo de governantes que se elegeram com votação es-

trondosa, usando o símbolo da vassoura, mas que ficaram na História com imagem caricata.

Há 30 anos, fiz aqui uma palestra sobre Castello Branco, intitulada *Pequena Memória de um Grande Homem — como vi Castello ao longo de minha vida*. Foi um exercício de perspectiva e de sinceridade, como o cadete Octavio Costa via o seu Instrutor-chefe de Infantaria; o tenente via o oficial de operações da Divisão Expedicionária; o oficial-superior, o Comandante da ECEME; o Chefe do Estado-Maior do Exército, o presidente da República.

## Doutrina

“A elaboração de uma Doutrina Militar Brasileira sistematizada constitui a mais expressiva contribuição da ECEME ao aperfeiçoamento do Exército”, dizia o meu saudoso amigo General Chaloub, em seminário comemorativo dos 75 anos desta escola. E mais: “Não podemos esquecer que toda Doutrina apóia-se em uma Teoria. A Teoria é universal, abstrata, quase imutável, enquanto a Doutrina é particular e conjuntural, concreta, objetiva, normativa, sistematizadora e evolutiva.”

Nossa História Militar é também a história da evolução de nossa Doutrina. Já nas primeiras lutas coloniais, de ocupação e de defesa da Terra para repelir invasões estrangeiras e principalmente em Guararapes, marco fundamental da força terrestre, nos combates da Restauração, é possível vislumbrar uma nascente doutrina militar brasileira, caracterizada pela emboscada, pela guerrilha, pela ágil concentração para o choque decisivo. E nos dois séculos seguintes do Brasil Colonial, uma doutrina portuguesa,

influenciada por outros exércitos europeus, vai no bernal dos combatentes de nossas lutas fronteiriças. Assim são palavras de San Tiago Dantas, grande pensador de esquerda:

Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e a coesão interna que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência de nosso organismo político. Na classe média nascente é que o Exército vai escolher os seus oficiais, alguns vindos de soldado, outros preparados nesse centro de estudos de classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia agrária, a Escola Militar.

Depois de profunda reorganização empreendida por Caxias, em pleno campo de batalha, evidenciava-se ali uma Doutrina Militar Brasileira, por ele inspirada, concepção de guerra nitidamente ofensiva. “Não foi a paz, tão necessária ao Brasil, que trouxe a estagnação a suas Forças Armadas. Foi a mentalidade dos oficiais positivistas, associada ao teorismo exagerado de nossa Escola Militar, que enfraqueceu o espírito militar da oficialidade e criava a casta dos bacharéis de farda,” disse Castello Branco em conferência na ESG, em 1957, referindo-se ao retrocesso doutrinário que sofremos no fim do Império e princípio da República.

A culminação da decadência no pós-guerra da Tríplice Aliança é a vergonhosa Campanha de Canudos, evidenciando a precária situação a que ficara reduzido o Exército.

A partir de então, procurou-se adaptar nossa doutrina às doutrinas vitoriosas nos grandes conflitos internacionais. Primeiro, foi a influência alemã, muito breve, mas significativa, trazida por oficiais brasileiros que haviam estagiado no Exér-

cito germânico. Depois, a influência francesa, vitoriosa na guerra de 1914-1918, transmitida pessoalmente por membros da Missão Militar Francesa. Por último, o molde norte-americano, ao término da Segunda Guerra Mundial. Da década de 1920 aos últimos anos de sua vida, Castello Branco está presente: aluno e auxiliar dos franceses; instrutor de Tática Geral, Diretor de Ensino e Comandante da ECEME; nas escolas superiores de guerra de Paris e do Brasil; como estagiário nos Estados Unidos; como oficial de operações de nossa divisão expedicionária; na 3ª Seção e, afinal, como Chefe do EME; conferencista, historiador e pensador. Ele foi, em síntese, o elo de todas essas etapas, o motor de toda a evolução.

Houve um momento crítico no acompanhamento da doutrina norte-americana. Foi quando, no fim dos anos 1950 e primeiros 1960, surgiu nos Estados Unidos o modismo de estudar-se o uso da arma nuclear no campo tático, com a inovação da Divisão Pentômica. Enquanto isso, nossa atenção voltava-se para o estudo das experiências francesa e portuguesa na Indochina, na Argélia e em Angola, realidades mais próximas da nossa. Era o contraste entre o infinitamente grande da guerra nuclear e o infinitamente pequeno de guerras limitadas e irregulares. O conflito das duas tendências antagônicas levou-nos a um ponto de ruptura: não podíamos continuar acompanhando a doutrina norte-americana, mas sim formular um corpo de princípios que nos permitisse enfrentar as ameaças da guerra insurrecional e do foquismo, teoria oficial da Revolução Cubana.

Conta Jacob Gorender que, em julho de 1962, participou de um congresso de partidos

comunistas, na qualidade de delegado brasileiro, no qual o representante cubano expôs a descoberta atribuída a Fidel Castro, da revolução que começa com um pequeno foco de guerrilheiros em uma região camponesa, de preferência montanhosa. A esquerda brasileira estudou-a melhor nos escritos de Che Guevara e empolgou-se com a perspectiva de experimentá-la, o que veio a fazer em vários lugares, principalmente na Serra de Caparaó, na Ribeira do Iguape e em Xambioá.

A adoção da doutrina de guerra revolucionária, pela ECEME, pela ESG, pelo EME, já sob a chefia de Castello Branco e, conseqüentemente, pela instituição como um todo, teve profunda influência na vida do Exército e até mesmo do País. Credite-se a essa doutrinação a viabilidade de enfrentamento e derrota de todas as tentativas rurais e urbanas de subversão, durante o Movimento Militar de 1964.

Nos dias atuais, continua a influência doutrinária norte-americana, mas são cada vez mais intensos e fecundos os estudos de adaptação das organizações operacionais à realidade brasileira, principalmente no que se refere às questões de apoio logístico.

### **Profissionalização**

A profissão militar transcende todas as acepções vernaculares dos dicionaristas. Prefiro valer-me das palavras de um companheiro nosso, meu antigo comandado no CEP, Jayme Taddei, em tese apresentada para obtenção do título em Doutor em Ciências Humanas:

Na percepção social de seus integrantes, muito mais do que uma ocupação, a profissão militar é per-

passada por uma idéia mais próxima e mais bem acolhida de voto, [...] a prestação de uma promessa solene ou juramento, desejo íntimo e ardente. Processando-se ao longo de toda a carreira, o conteúdo literal dos juramentos professados, inclui todo o repertório de responsabilidades e encargos. [...] Observa-se que estamos diante de um rito que, enquanto tal, transcende a mera profissão de fé [...]. Genuíno rito de iniciação por meio do qual votos de lealdade, obediência, acatamento à hierarquia ("prometo cumprir as ordens das autoridades a que estiver subordinado"), de fraternidade e fidelidade ao grupo a que se incorpora ("tratar com igualdade os irmãos de arma e com bondade os subordinados") e à Pátria, a cujo serviço se jura dedicar e defender "sua honra, integridade e instituições com o sacrifício da própria vida.

Castello Branco viveu totalmente consagrado à profissão militar, sem nunca dela se afastar, a não ser para o derradeiro desafio, em nome da salvação nacional. O ritmo de suas promoções foi lento e normal, convivendo com os contrastes da subversão hierárquica que a Revolução de 1930 trouxe-nos. Muitos tenentes que acompanharam Vargas em seu percurso cesarista transformaram-se em chefes de Estados regionais, e criaram verdadeiras dinastias políticas.

Há casos exemplares de anarquia hierárquica e de convivência simultânea das carreiras política e militar. Góis Monteiro teve três promoções de alto nível em dois anos sucessivos, sendo que, ao ser alçado a General-de-Divisão, apelou a Vargas para que promovesse antes dele o General João Gomes, de quem fora ajudante-de-ordens e a quem não desejava ultrapassar: Coronel em março de 1931, General-de-Brigada, em maio, e General-de-Divisão já em outubro de 1932.

Juracy Magalhães foi Interventor na Bahia aos 26 anos. Finda a intervenção, voltou às fileiras como aluno da EsAO. Depois, elegeu-se governador e senador, com breves passagens pelo Exército. Também foi presidente da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, embaixador em Washington, ministro das Relações Exteriores e da Justiça.

Sem amarguras, sem queixumes, Castello sempre seguiu o caminho da total dedicação profissional. Sua vida parece cumprir a lenda do Quixote de Cervantes:

Uns vão pelo campo da ambição soberba; outros pela adulação baixa e servil; outros ainda, pela hipocrisia enganosa e, poucos, pelo da verdade. Eu, porém, segundo a minha estrela, sigo a trilha estreita da cavalaria andante, por cujo exercício desprezo os bens, mas não a honra.

Chegando à Presidência da República, Castello Branco tomou providências saneadoras das Forças Armadas e que acabaram, de uma vez por todas, com o paralelismo entre carreira militar e carreira política. Não se vedou ao militar a oportunidade de candidatar-se a cargo eletivo, mas se exigiu que, uma vez eleito, passasse automaticamente para a reserva. Fixou-se como sendo de dois anos o prazo máximo de serviço em função não-militar e foram estabelecidos limites de permanência no generalato e no último posto, 4 anos neste e 12 no total. Tais providências asseguraram o primado do profissionalismo militar.

### **Paradoxos de uma vida**

A passagem de Castello Branco pela Presidência da República é o dramático paradoxo de toda uma vida. Cabe ao mais legalista e apolítico

dos soldados, ao mais afervorado defensor da obediência, da hierarquia e da disciplina, assumir o poder federal na crista de um movimento militar. E deu-se, por inteiro, a sua missão, convivendo com todas as formas de dissenso, até mesmo na área militar, pela divisão entre os que, como ele, visualizavam curta e eficaz tarefa saneadora, o mais cedo possível seguida do retorno do poder aos civis, e os que entendiam que a intervenção devesse ser radical e duradoura.

E, além de tudo, havia o paradoxo da solidão, não apenas a solidão do poder, mas a solidão familiar, pois Dona Argentina, a amada esposa de toda a vida, já não estava a seu lado. E nesse paradoxo de fanático da ordem, deveria ordenar a desordem e exorcizar os seus demônios, os que mais o afligiam: o pseudonacionalismo, histérico e irracional, o radicalismo ideológico, a democracia populista, a inércia, o imobilismo, a afronta à hierarquia, a agitação estéril, o jogo das barganhas.

Roberto Campos escreveu frases admiráveis sobre o drama de Castello:

Foi um grande Presidente, talvez o maior de todos, porque lhe coube uma herança de caos, uma safra de impasses, a travessia de desertos impraticáveis, uma nação que parecia ter-se esquecido de que a busca de direitos exige a aceitação de deveres.

Castello Branco fez a si mesmo e pagou perante nós todas várias promessas, principalmente a promessa de trazer a Nação a um reencontro com a verdade, que dói, como o sal na ferida, mas não deixa apodrecer. Castello foi essencialmente um varão ético. Esse é o seu legado e a melhor parte de seu exemplo.

## Crises e conflitos

Uma sociedade democrática convive com crises de toda natureza, principalmente crises políticas. “Para que uma sociedade seja democrática é preciso que haja livre expressão do dissenso; para que ela seja viável é necessário que as áreas de consenso superem as de dissenso.” São palavras de Castello.

Toda vez que se rompe o estado de direito, a sociedade tende a apresentar reações crescentemente violentas, na medida do retardo da retomada constitucional do País, sendo, então, inexoráveis as crises e até mesmo os conflitos. Essa fatalidade está exemplificada na história republicana do Brasil em três momentos marcantes: na Proclamação da República, na Revolução de 1930 e no Movimento Militar de 1964.

As crises de consolidação do regime republicano resultaram em rebeliões, motins e levantes em várias unidades federativas. Foi assim também com a Revolução de 1930. Vargas, em seus 15 anos de governo autoritário, enfrentou vários conflitos: a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, a Intentona Comunista de 1935 e a tentativa de golpe integralista de 1938. A resposta ao Movimento Militar de 1964 foi a luta armada, urbana e rural, de contestação ao novo regime, mas também de natureza ideológica no cenário da Guerra Fria.

Repita-se que as crises fazem parte do jogo democrático, enquanto os conflitos são próprios dos regimes autoritários ou dos períodos de vácuos de autoridade e poder, como aqueles ocorridos na República Velha, principalmente os dos anos 1920, que culminaram na Revolução de 1930 e na ascensão de Vargas. Mais crises que con-

flitos compuseram o drama presidencial de Castello, mas depois de sua morte intensificaram-se os conflitos.

## Fim de uma era

A redemocratização do País, em 1985, parece marcar o começo do fim de uma era: a do primado do poder militar que caracterizou os 100 primeiros anos de nossa vida republicana.

Exauridas pelos desgastes sofridos em consequência da longa duração do chamado regime militar, as Forças Armadas fizeram, em 1985, a opção de atender aos anseios da Sociedade e apoiar os líderes políticos moderados que visualizavam transição tranqüila e ordenada, semelhante ao que se conseguiu fazer na queda de Vargas, em 1945, com o advento da Constituição de 1946 e de um governo de coalizão.

Impõe-se registrar, naquele momento de transição, o acerto da escolha, por Tancredo Neves e por Sarney, do primeiro ministro do Exército após o regime militar. Refiro-me a meu amigo e duas vezes colega de turma, no Realengo e na Praia Vermelha, General Leônidas. Foi o homem certo na hora incerta. Com a sua personalidade fortíssima, sua audácia, seu amor ao Exército, soube enfrentar os assédios do revanchismo e reduzir os traumas que a transição haveria de fazer. Assim também avalio e compreendo o drama dos Ministros e Comandantes que vieram depois, afligidos com a difícil convivência com os novos tempos e com as pressões internas, cobrando atitudes que penso serem incompatíveis com os tempos atuais.

A criação do Ministério da Defesa, em junho de 1999, além de ser uma necessidade inclu-

tável da própria evolução doutrinária, foi o ato simbólico de encerramento da era do primado do poder militar. Sabe-se que Castello era doutrinariamente favorável à sua criação, mas, em nome da coesão e da união das Forças Armadas, não tentou implantá-lo, até porque já administrava crises de emprego operacional entre elas.

Depois de algumas experimentações políticas frustrantes, para não dizer lamentáveis, escolheu-se alguém amadurecido nos deveres dos três poderes da República. É paradoxal que seja o mesmo homem que, ao tempo de congressista, opinava contrariamente à criação de seu atual ministério, possivelmente temeroso de que algum “supergeneral” viesse a espalmar porção despropositada de poder. É compreensível e animadora a agilidade com que atua em sua nova cena, pois se trata de um gaúcho e, historicamente, o gaúcho autêntico tem no sangue o gosto e o veneno das casernas.

### **Pólos de poder**

A partir da criação do Ministério da Defesa, chefiado por um civil, as Forças Armadas deixaram de ser pólos de poder político, afirmando-se tão-somente como poder militar, realização, afinal, do ideal de profissionalização do próprio Castello Branco.

Na Velha República, os principais pólos de poder político eram os governantes das mais importantes unidades federativas — na famosa “política dos governadores, a política do café com leite,” assim como as oligarquias rurais, as Forças Armadas e a Igreja Católica.

Vargas governou, pelo menos inicialmente, com um ímpeto centralista avassalador, praticamente invalidando a Federação e colocando à

frente de cada Estado um delegado de seu poder pessoal, um interventor, quase sempre “um tenente”. Valeu-se de um nascente movimento operário, de tendência originariamente anarquista ou comunista, transformando-o em instrumento de sua vontade por intermédio de “pelegos” a seu serviço. Era um sindicalismo paternalista que o trabalhismo autêntico repudia.

Com o fim do governo autoritário de Vargas, e na reconstitucionalização do País em 1946, diversificam-se os pólos de poder. Renasce a vida política. A Imprensa, antes amordaçada pelo famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades são novos atores. A Igreja Católica diversifica-se ideologicamente, tornando-se a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), um centro de poder emergente.

No regime militar, há duas vertentes de pólos de poder: a do mundo oficial e a da crescente oposição ao regime. Na vertente da contestação, os principais atores são a Universidade e a área estudantil, o pólo cultural, o teatro, o cinema, a música popular, um novo sindicalismo, a Igreja Católica ideologicamente engajada, as militantes ordens religiosas e os ideólogos da libertação.

No mundo oficial, o grande centro de poder foi o sistema nacional de informações, dinamizado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelos órgãos de informações das três forças armadas, estendido aos ministérios e empresas estatais. E não se pode esquecer os órgãos diretamente empenhados na dura luta da repressão. Foi grande a expansão da malha do sistema nacional de informações, de cujo crivo

ninguém escapava, e que chegou a influir na escolha de ministros, governadores e prefeitos. Dois de seus chefes foram escolhidos para presidir a República e um terceiro tudo levava a crer que o seria também. Assim, penso que talvez se pudesse afirmar que não houve no Brasil propriamente um regime militar, generalização que comete indiscutível injustiça à imensa maioria de militares dedicados exclusivamente a seu ofício. Penso que talvez tivesse havido um “criptogoverno”, ou seja, o governo do poder invisível.

Nunca, porém, o Brasil teve tantos pólos de poder como na atualidade, emergentes uns, declinantes outros, no âmbito do Estado e na sociedade como um todo. Destaque-se o revigorado renascimento do Legislativo e do Judiciário, principalmente depois da Constituição de 1988, a que se vieram juntar o Ministério Público, com a Procuradoria da República, extremamente prestigiados, assim como a malha dos tribunais de contas. No Executivo, além do excepcional poder que emana do apoio popular, registre-se o fato novo da onipresença da polícia federal. No âmbito da sociedade, são pólos de poder a mídia nacional, o sindicalismo, os movimentos sociais — até mesmo o MST, e agora também as igrejas evangélicas, tão atuantes quanto havia sido a Igreja Católica. E na periferia das grandes cidades, junto às comunidades mais pobres, as lideranças dos fora da lei, da contravenção e do tráfico de drogas parecem exercer o papel que os “coronéis” do interior representaram na Velha República. E, mais do que tudo isso, assinale-se o fato novo do poder do crime organizado, cuja erradicação é um desafio para o Estado e para a Sociedade.

## Compromisso

Encerrada a Era Militar, que durou 100 anos, as Forças Armadas, consagradas mais do que nunca aos deveres da profissionalização, são fiéis a seu compromisso para com a Pátria, os poderes constituídos, a garantia da lei e da ordem e para com a democracia e o povo brasileiro. Esse compromisso institucional não exclui o dever para com a verdade e a soberania nacional, disciplinadamente expresso, como vem ocorrendo com a atual questão indígena e a defesa da Amazônia.

## Palavras finais

Perdoai, amigos, alguma imprudência ou arroubo anacrônico, os excessos da sinceridade. É que tento rezar convosco o refrão de um velho poema hebraico, cuja essência deve ser a essência do nosso ofício e também a essência do caráter do soldado:

*“Três verdades há no mundo;  
a verdade e a verdade  
e o fulgor da verdade.”*

Sejam minhas palavras finais de confiança nos companheiros que estão levando adiante o bastão da profissão militar, galardão maior da extraordinária existência de Humberto de Alencar Castello Branco, hoje patrono desta casa.

Certo estou de que, fugindo da ambição soberba, da hipocrisia enganosa e da adulação baixa e servil, haverão de continuar seguindo a trilha da cavalaria andante, guiados pela estrela da verdade. ☺

# As Forças Armadas e a soberania nacional\*

Rodrigo Rollemberg\*\*

**A** paz — ensinaram os antigos povos — não pode ser garantida apenas pela coragem e vontade. Os modernos Estados continuam sujeitos aos perigos da guerra. Até o presente, só viram o fim das guerras aqueles que morreram.”

Essa frase de Ortega y Gasset expressa a importância das Forças Armadas que apresentam destinação traçada pelo Legislador Constituinte, nos termos do Artigo nº 142, da Constituição Federal.

As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Como instituições nacionais permanentes e regulares, às Forças Armadas — não obstante estejam submetidas ao princípio da subordinação já mencionado — não se pode impor destinação diversa daquela explicitada pela Lei Maior.

O princípio em comento funciona como garantia de que as Forças Armadas não serão empregadas para fins circunstanciais, político-partidários ou pelas paixões de um dado momento histórico-político.

O Brasil é um País guiado por um sentimento de paz. Não abriga ambições territoriais, não possui litígios em suas fronteiras e, tampouco, inimigos declarados. Toda a ação empreendida pelo Brasil, nas esferas diplomática e militar, busca sistematicamente a manutenção da paz.

No entanto, existem interesses a defender, responsabilidades a assumir e um papel a desempenhar no tocante à Segurança e Defesa, em âmbito hemisférico e mundial, em face de sua estatura político-estratégica no concerto das nações.

O papel das Forças Armadas deve ser coerente com os anseios e fins do Estado e da própria sociedade em geral. Daí a idéia consagrada de que as Forças Armadas constituem um prolongamento da sociedade a que pertencem, razão pela qual são instituições nacionais e permanentes.

No caso de descompasso entre as Forças Armadas e a sociedade, resultam choques, rupturas e conflitos, com sérios prejuízos para a estabilidade, a liberdade e a paz social.

As Forças Armadas devem se orgulhar de ser a expressão da sociedade brasileira, composta por diferentes origens étnicas, diferentes posições sociais, crenças e religiões.

Portanto, o poder das Forças Armadas há de ser compatível com a estatura da sociedade e do Estado, não devendo, jamais, ultrapassá-los.

Para se tratar do papel que cabe às Forças Armadas desempenhar na sociedade, precisa-se saber como estão institucionalizadas. Isso implica conhecer suas legítimas missões dentro da esfera de ação definida por lei, em outras palavras, sua destinação constitucional, atribuições legais e suas finalidades.

\* Transcrito de [www.inforel.org](http://www.inforel.org) em 23/07/2008.

\*\* Rodrigo Rollemberg é Deputado Federal pelo Distrito Federal.

Vale salientar que, a despeito do Mundo sentir-se menos perigoso com o término da Guerra Fria, no contexto da pretendida “Nova Ordem Internacional”, as Forças Armadas se fazem, mais do que nunca, indispensáveis por se constituírem em instituições nacionais permanentes, cuja destinação emanada dos textos constitucionais, com ligeiras diferenças, continuam sendo universais e não podem ser delegadas a milícias, a outros Estados ou a organismos internacionais.

Do contrário, os princípios basilares de soberania e de autodeterminação, fundamentos do Direito Internacional e da Declaração dos Direitos e Deveres do Homem e da Carta da ONU, ficariam definitivamente comprometidos.

Rui Barbosa sentencia que “antagonismo habitual entre a força e a liberdade não nos deixa, ordinariamente, ver que a liberdade também necessita de força e a força de liberdade”.

As Forças Armadas e o povo brasileiro têm o mesmo objetivo: conduzir o Brasil na busca da prosperidade e justiça.

Além de seu papel constitucional, o seu desenvolvimento precisa estar aliado ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País. Daí ser preciso inserir a questão da defesa na agenda nacional.

Precisamos de militares equipados, treinados e motivados profissionalmente.

Após essas breves considerações estruturais, gostaria de pontuar este discurso com algumas questões que, reputo, são fundamentais para o correto dimensionamento da importância estratégica das Forças Armadas brasileiras sob o ponto de vista interno e externo.

Conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada por quase 100 países, inclusive o Brasil, todos os bens econômicos existentes no seio da massa

líquida, sobre o leito do mar e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa litorânea de 200 milhas marítimas de largura, na chamada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), constituem propriedade exclusiva do país costeiro.

Em alguns casos, a Plataforma Continental (PC) – prolongamento natural da massa terrestre de um Estado costeiro – ultrapassa essa distância, podendo estender a propriedade econômica do Estado a até 350 milhas marítimas.

Essas áreas somadas – ZEE mais a PC – caracterizam a imensa Amazônia Azul, medindo quase 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, o que acrescenta ao País uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial.

No Brasil, apesar de 80% da população viver a menos de 200km do litoral, pouco se sabe sobre os direitos que o País tem sobre o mar que lhe circunda e seu significado estratégico e econômico, fato que, de alguma forma, parece estar na raiz da escassez de políticas voltadas para o aproveitamento e proteção dos recursos e benefícios dali advindos.

Citemos, de início, o transporte marítimo. Apesar de ser lugar comum afirmar que mais de 95% do nosso comércio exterior é transportado por via marítima, poucos se dão conta da magnitude que o dado encerra.

O comércio exterior, soma das importações e das exportações, totalizou no ano passado um montante da ordem de US\$ 120 bilhões.

Ademais, não é só o valor financeiro que conta, pois, em tempos de globalização, nossos próprios produtos empregam insumos importados, de tal sorte que interferências com nosso livre trânsito sobre os mares podem levar-nos rapidamente ao colapso.

A conclusão lógica é que somos, de tal maneira, dependentes do tráfego marítimo o qual

se constitui em uma de nossas grandes vulnerabilidades.

Como agravante, o País gasta com fretes marítimos anualmente cerca de US\$ 7 bilhões, e apenas 3% desse total são transportados por navios de bandeira brasileira.

O petróleo é outra grande riqueza da nossa Amazônia Azul. Já auto-suficiente, o Brasil prospecta no mar mais de 80% do seu petróleo, o que, em números, significa algo na ordem de dois milhões de barris por dia. Com as cotações vigentes, é dali extraído por ano um valor aproximado de US\$ 27 bilhões.

Novamente, não é só o valor financeiro que conta. Privados desse petróleo, a decorrente crise energética e de insumos paralisaria, em pouco tempo, o País.

Não é por outro motivo que o Programa de Aceleração do Crescimento busca priorizar exatamente as obras de infra-estrutura, inclusive a portuária.

Além do tráfego marítimo e do petróleo, que, de per si, bastariam para mensurar o significado da nossa dependência em relação ao mar, poderíamos mencionar outras potencialidades econômicas, como exemplo, a pesca.

Em que pese a vastidão da área a explorar, a pesca permanece praticamente artesanal, enfrentando dificuldades de toda ordem que elevam os custos e limitam a produção, quando poderia ser uma valiosa fonte para a geração de empregos e também um poderoso aliado para o programa Fome Zero.

Na Amazônia Verde, as fronteiras que o Brasil faz com seus vizinhos são fisicamente demarcáveis e estão sendo paulatinamente ocupadas com pelotões de fronteira e obras de infra-estrutura.

Na Amazônia Azul, entretanto, os limites das nossas águas jurisdicionais são linhas sobre

o mar. Elas não existem fisicamente. O que as define é a existência de navios patrulhando-as ou realizando ações de presença.

Para tal, a Marinha tem de ter meios, recursos, e há de se ter em mente que, como dizia Rui Barbosa, esquadras não se improvisam.

Para que, em futuro próximo, possa-se dispor de uma estrutura capaz de fazer valer nossos direitos no mar, é preciso que sejam delineadas e implementadas políticas para a exploração racional e sustentada das riquezas da nossa Amazônia Azul, bem como sejam alocados os meios necessários para a vigilância e a proteção dos interesses do Brasil no mar.

O patrulhamento da costa brasileira traz à baila outro tema: o Programa Nuclear da Marinha.

Ele vem sendo executado desde 1979, com enorme sacrifício, visando capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica, incluindo-se a confecção do reator nuclear.

A primeira parte do propósito, domínio do ciclo do combustível, já foi atingida, restando ainda o esforço de conclusão da segunda parte — a planta nuclear.

Desenvolvidos e concluídos esses dois projetos e logrado êxito na operação dessa planta nuclear, estarão criadas as condições para que, no futuro, havendo decisão de Governo para tal, seja dado início à elaboração do projeto e a posterior construção de um submarino com propulsão nuclear, que deverá ser antecedido pelo projeto, construção e avaliação de um submarino convencional nacional.

Esse foi o caminho percorrido por todos os países que possuem submarinos nucleares nas suas marinhas.

Desde que haja investimentos anuais de cerca de R\$ 130 milhões, durante os próximos oito anos, o reator poderá ser testado.

Se não houver investimento algum, a consequência será a manutenção do Programa Nuclear da Marinha em estado vegetativo ou até mesmo a sua paralisação.

O Presidente da República, em visita ao Centro Experimental de Aramar, em julho do ano passado, motivado pela dimensão do Programa, pelo arrasto tecnológico que ele proporciona ao País e pela importância estratégica para a Marinha e para o Brasil, anunciou que os recursos necessários para a conclusão do Programa Nuclear da Marinha serão liberados — R\$ 1 bilhão —, distribuídos durante oito anos.

Após essas breves considerações sobre a Amazônia Azul, gostaria de tecer alguns comentários sobre a importância, também estratégica, da nossa Amazônia Verde.

Na Bacia Amazônica, que cobre uma área de aproximadamente sete milhões de quilômetros quadrados (3,9 milhões de quilômetros quadrados), circulam cerca de 20% das águas fluviais do Mundo.

A Amazônia é um território que apresenta muitos interesses e desafios para pesquisas, geradas pela necessidade de preservação e desenvolvimento científico e social das várias regiões da floresta, das populações e das riquezas naturais.

Esse potencial leva à existência de órgãos e instituições interessados em desenvolver programas de pesquisa e auxílio às questões sociais e científicas da Amazônia.

Os programas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Exército, Marinha e Aeronáutica, na Amazônia, trabalham para esse desenvolvimento.

As suas pesquisas estão, em sua maioria, relacionadas à biodiversidade, à preservação do meio ambiente, à educação e à saúde da população.

Gostaria também de registrar a importância estratégica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no que se refere à produção de ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e a oferta de produtos e serviços singulares em benefício do Brasil.

O Inpe é referência nacional e internacional nas áreas espacial e do ambiente terrestre pela geração de conhecimento e pelo atendimento e antecipação das demandas de desenvolvimento e de qualidade de vida da sociedade brasileira.

Destaque para sua atuação na área de sensoriamento remoto mediante satélites com competências em previsão de tempo e clima e em mudanças ambientais e climáticas regionais, nacionais e globais — tudo isso em tempo real.

Em julho de 2002, ao ser entregue ao Governo Federal com 75% dos seus ativos operando, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) presenteava a Aeronáutica com o controle total do espaço aéreo nacional.

Vale registrar que existem no Brasil quatro grandes centros de controle ou Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Cindacta), que interagem para vigiar e controlar a circulação aérea geral.

Toda essa divisão do espaço aéreo e as respectivas atribuições de responsabilidade são feitas e divulgadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), órgão da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em face da rápida evolução tecnológica na indústria aeronáutica e de componentes eletroeletrônicos, torna-se necessário o constante

aporte de recursos financeiros para o não-sucateamento e obsolescência do sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro.

Esta, no meu entendimento, é uma questão crucial para vigilância das fronteiras nacionais via monitoramento do espaço aéreo.

Aproveito para ressaltar, como sendo uma questão estratégica para o Estado Brasileiro, a garantia da conclusão da Base de Alcântara, bem como a garantia do aporte de recursos orçamentários que permitam o bom andamento do programa espacial brasileiro.

Destaco a criação da Alcântara Cyclone Space, binacional Brasil/Ucrânia, responsável conjuntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia pela posição de destaque que o nosso País ocupa no Hemisfério Sul no campo da pesquisa espacial.

Vale ressaltar a assinatura de tratados de cooperação espacial com outros países, com destaque para a Ucrânia, a Alemanha e a China, com quem desenvolvemos as diversas gerações do CBERS, um dos satélites mais avançados do Mundo.

Em política e tecnologia ninguém espera por ninguém. Temos aí uma ameaça, porque precisamos de todo o controle do nosso espaço aéreo, da aviação civil e militar e das comunicações.

A escolha será entre construirmos e lançarmos nossos satélites ou ficarmos comprando imagens dos Estados Unidos, da China, da França ou da Rússia.

O conhecimento de tecnologia espacial, o desenvolvimento de satélites e o domínio do *know-how* para lançamento de artefatos espaciais é uma questão estratégica para o Brasil.

Tive a honra de ser escolhido Relator setorial da Lei Orçamentária Anual de 2009 na área de Justiça e Defesa. Tenho procurado es-

tudar e refletir sobre a importância estratégica das Forças Armadas. Aqui pude discorrer um pouco sobre programas estratégicos da Marinha e da Aeronáutica.

Infelizmente, o tempo não me permitiu abordar questões estratégicas e fundamentais para o País relativas ao Exército.

O fato é que, ao longo dos anos, nós tivemos um distanciamento das Forças Armadas brasileiras da classe política. Precisamos ampliar essa interação, compreendendo a importância estratégica das Forças Armadas no desenvolvimento de novas tecnologias, no planejamento estratégico do País e no papel fundamental que desempenham para garantir a defesa e o desenvolvimento nacional.

Espero poder, nesta Relatoria setorial, contribuir, garantindo recursos significativos para que as Forças Armadas possam desempenhar suas funções constitucionais.

Quero aqui defender a posição de que está na hora de termos, no nosso País, um orçamento impositivo, não uma mera peça de ficção.

O Congresso Nacional deve ser respeitado na sua decisão e, ao alocar os recursos para questões estratégicas, como as Forças Armadas, esses recursos não devem ser contingenciados, mas utilizados estrategicamente para onde foram destinados.

No caso especial, refiro-me às Forças Armadas brasileiras.

Ficam aqui essas reflexões, tendo a convicção de que este Congresso Nacional, que não tem faltado às suas responsabilidades, saberá compreender a importância estratégica das Forças Armadas como instrumento do Estado brasileiro de defesa nacional.

Elas que têm uma contribuição enorme a dar ao desenvolvimento sustentável do nosso País. ☺

# A Ordem Internacional – uma perspectiva divergente\*

Oliveiros S. Ferreira\*\*

**D**urante muito tempo, o ano de 1991 será lembrado como aquele em que a União Soviética deixou de existir nos mapas dos Estados-Maiores e da Organização Postal Internacional. O desaparecimento do Estado, que muitos costumavam representar pela figura do Urso, foi saudado como o primeiro ano de uma nova era, para não dizer, de uma nova ordem internacional, cujos contornos poucos souberam traçar — se é que houve quem pudesse fazê-lo. Até os dias atuais, não se chegou a um consenso sobre a denominação desse novo período das relações internacionais, que chamarei mais propriamente de interestatais. Acostumados à imagem de um Mundo onde eram visíveis os Pólos Leste e Oeste — fortes o bastante para influir nas relações dos demais Estados, situados nos pólos Norte e Sul — patinamos em busca de uma definição: que ordem internacional é essa com que nos defrontamos? Unipolar, ao risco de termos o Globo com um único pólo? Multipolar, então a cada grau de Latitude ou Longitude podemos encontrar quem se dispenha a dividir o Mundo conhecido? Ou essa estranha figura de um Globo que é vista como uni e multipolar, ao risco de os navegantes não saberem mais se orientar, perdidas as pautas de referência em que todos os Estados apoiaram-se desde 1648?

Nessa busca de uma definição, a um tempo geográfica e descolada da realidade, esquecemo-nos dos fatos. O primeiro dos quais é a partir daquele instante, em 1991, quando o Partido Comunista da União Soviética e os generais do Exército Vermelho não mais tiveram condições de exercer sua dominação sobre a segunda massa territorial do Globo. O mapa-múndi mudou, e mudou de tal maneira que seria preciso voltar, a não se sabe até quando, no tempo para encontrar o desenho de uma Europa, ou mais corretamente, de uma Eurásia igual ou similar ao que então se tornou concreto. Preocupados em encontrar uma definição para enquadrar a realidade, deixamos de vê-la e continuamos timbrando em assim proceder.

Depois de 1991, o mapa da Europa nunca mais voltou a ser o mesmo. Aquele que nossos avós acostumaram-se a ver até 1914 havia sido desfeito em 1919, com a partição do Império Austro-Húngaro, a criação da Iugoslávia na vã tentativa de resolver problemas de rivalidade étnica e religiosa, a recriação do Estado polonês, não mais como Reino, mas como República, e a consolidação, a partir de 1922, de um novo Estado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nossos pais e minha geração viram as mudanças que a Alemanha introduziu no mapa europeu de 1919–22, com a anexação da

\* Palestra em seminário *Os 60 anos da Guerra Fria*, PUC-SP, em 24 de maio de 2007.

\*\* O autor é professor universitário e jornalista.

Áustria e a ocupação dos Sudetos, depois da Tchecoslováquia por inteiro. Alterou-se o mapa da Europa em 1939, depois em 1940 e, finalmente, em 1941. Mudanças essas que se tornaram mais profundas depois que, na sua vitoriosa contra-ofensiva iniciada no inverno de 1942, o Exército Vermelho ocupou a Europa Oriental, nela incluída a Polônia, e instalou-se firmemente na Europa Central. As gerações de 1960 e subseqüentes assistiram à outra grande mudança no mapa europeu, depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do fim da União Soviética, em 1991.

O mapa europeu de hoje não tem semelhança em nenhum daqueles que nossos antepassados, e nós mesmos, estudamos: a Rússia perdeu imensos territórios que faziam da União Soviética a segunda massa territorial do Globo; a Polônia perdeu territórios a leste e compensou a anexação pela URSS com terras alemãs a oeste; a Iugoslávia deixou de existir e, em seu lugar, surgiram novos Estados, cuja criação, assim se supôs, poria fim ao ódio étnico e religioso que marcara a história dos Bálcãs. Suposição vã, como a crise na Bósnia, na Croácia e depois em Kosovo demonstrou sobejamente.

É sobre esse mapa que devemos trabalhar e refletir — sem esquecer que no Oriente Próximo, no Oriente Médio e no Extremo Oriente também os mapas de 1919, e mesmo de antes, alteraram-se.

Quando nos detemos na análise desses novos mapas, devemos deixar de lado, por um instante, a Geografia *tout court* e pensar na Geopolítica. Com isso, pretendo dizer que, para buscarmos responder à pergunta “que ordem internacional temos pela frente?”, devemos ter os mapas físicos e políticos diante dos olhos, mas também os mapas político-humanos, vale dizer,

aqueles que retratam como as nações ordenaram-se depois de 1991 e como aparecem atualmente no jogo de poder mundial.

A mudança que se poderia reconhecer corresponderia ao aumento da projeção político-humana dos Estados Unidos que consolidaram, já a partir de 1945, sua posição de grande potência, ancorada na posição geográfica de “Ilha continental”, na sua indústria e na capacidade de usar a riqueza acumulada pela guerra para afirmar-se como a primeira potência econômico-financeira do Mundo — além de ter sido, de 1945 a 1949, a grande e única potência militar não convencional. O ano de 1949 é importante, porque foi quando a União Soviética, malgrado ter perdido boa parte de sua infra-estrutura física e industrial durante a guerra, experimentou sua primeira bomba atômica, logo seguida pela de hidrogênio, acompanhando de perto os Estados Unidos. É a partir de 1949, depois 1952, que se estabelece o “equilíbrio do terror”, marcando todo o período e permitindo a construção, sem que se atentasse para alguns fatos que se passavam no terreno político-diplomático, da idéia — ou teria sido da teoria? — de um Mundo bipolar. Os que, como nós, estão situados na periferia das grandes decisões estratégicas — nela situados pela imposição geográfica de situarmos no Hemisfério Sul — devemos olhar o Mundo com olhos diferentes dos generais que faziam planejamentos de guerra em tempo de paz, como acentuou Kennan no fim da vida, e também daqueles “generais em trajes civis” — intelectuais preocupados, na Academia, em dar um novo sentido à nova fase das relações internacionais — que construíram as teorias da bipolaridade e das diferentes estratégias nucleares.

Se nos dermos a esse exercício intelectual e soubermos interpretar corretamente o que significou a expressão “congelamento do poder mundial”, enunciada por Araújo Castro, seremos obrigados a reconhecer que a bipolaridade terminou em 1968 quando, temendo que o seu exemplo fosse seguido por outros Estados, a União Soviética e os Estados Unidos firmaram o Tratado de não-proliferação Nuclear (TNP), depois “enfiado goela abaixo” dos Estados que não tinham pretensões de poder mundial ou regional. Significando o congelamento do poder mundial nas mãos da URSS e dos Estados Unidos, o TNP marcou, de fato dessa perspectiva, o fim da confrontação estadunidense-soviética, que teve início em 1947 com a Doutrina Truman, mas que alguns insistem em dizer que de fato começara na Conferência de Potsdam, em 1945. Em 1991, o desaparecimento da União Soviética nada mais indicou que havia caído o pano sobre um dos atos do grande jogo que os “generais em trajes civis” insistiram em chamar de Guerra Fria, e os generais que fazem planos de guerra em tempos de paz sempre consideraram parte do jogo de poder disputado nos velhos termos de política e equilíbrio de poder.

Na análise do quadro geral, em que se dão as relações interestatais, é perda de tempo retirar das estantes os muitos livros que procuram explicá-las pelo que se chamou de “realismo”, “idealismo” ou que “ismo” se queira encontrar. Perda de tempo, porque nos esquecemos da lição da História, pelo menos desde o século XVI, ao afirmar que política externa dos Estados aspirantes à projeção mundial ou regional obedece sempre ao padrão do equilíbrio de poder. Essa é a lição da História e é sobre ela que devemos construir nossas análises das relações interestatais. A ideologia importa pouco nessas

relações; aliás, cumpre o papel expectador de uma ideologia: o de mascarar as reais intenções dos atores, especialmente quando eles são os que possuem o maior poder de decisão na cena internacional.

Pretender ver as guerras de libertação colonial pós-1945 do modo ensinado, isto é, “guerras por procuração”, é analisar as lutas dos colonizados como uma luta armada entre o Ocidente democrático e a União Soviética comunista. Ao colocá-las nesse patamar, esquecemos, intencionalmente, do elemento *nacional* que as animava. Fundamentados no fato de que muitas delas eram conduzidas por partidos comunistas, e inspiradas pela URSS, não percebemos que a manutenção da situação colonial — ou a criação de situação similar, como as antigas metrópoles realizando políticas classificadas de neocoloniais — ou a independência das colônias contava no jogo de poder global, independente da ideologia dos governos que controlavam o território.

É o jogo de poder global merecedor de nossa atenção. Ele, convém lembrar, só pode ser jogado com cartas muito especiais, chamadas de territórios, nas relações internacionais. Os generais que vestem uniformes, e não trajes civis, pouca importância dão à ideologia de quem controla o território e consideram um “ativo”, pretendendo acrescentá-lo a seu “capital principal” no jogo global. Não se importam com a ideologia desde que o território continue sendo seu “ativo”. Da perspectiva das relações de poder internas, será tanto melhor se os que controlam esse ou aquele território pautarem as políticas econômicas, sociais e políticas pelos mesmos padrões do grande jogador. Se esse não for o caso, qualquer tipo de Governo serve. O importante é que o território possa ser compreendido como:

- posição, significando possibilidade de construir bases militares para ameaçar o eventual adversário ou, do ponto de vista do controle dos “ativos” a serem acrescentados ao “capital principal”, neutralidade;
- superfície, denotando maior ou menor possibilidade de manobra defensiva capaz de conduzir à vitória ou ao retardamento do progresso do adversário, suposto em caso de agressão;
- fornecedor de naturais e mercado provável;
- capaz de, por intermédio de seu Governo, oferecer colaboração militar em tempo de paz e estar disposto à luta em caso de agressão.

O importante é que esse território, preenchidas essas condições, possa ser contado como “ativo”, passando a integrar as zonas de influência.

No jogo político entre Estados Unidos e União Soviética, conhecido como Guerra Fria, o padrão de comportamento foi o do equilíbrio de poder, implicando o respeito às zonas de influência que, na Europa, foram delimitadas pela marcha dos Exércitos a partir de 1942-43, na frente oriental; de 1944, na frente ocidental. Na Ásia, foi a partir de 1947 que a Europa iniciou sua retirada, marcada em 1954, com a queda de Dien Bien Phu, na Indochina francesa, e em 1975, pela retirada dos Estados Unidos do Vietnã. As lições da Coréia e da Indochina francesa, não aprendidas na Guerra do Vietnã, contiveram norte-americanos e soviéticos quando o inimigo nº 1 passou a ser a China, imensa massa territorial e enorme população. Na África, as guerras coloniais terminam apenas em 1975, em

virtude da “Revolução dos Cravos”, em Portugal, com raras exceções.

Zonas ou áreas de influência devem ser pensadas em termos geoestratégicos. Uma área de influência é sempre um território que deve preencher uma das quatro condições apontadas anteriormente, ou todas. No entanto, há uma quinta condição: uma área de influência é sempre, da perspectiva dos generais em uniforme, a primeira, ou no máximo, a segunda linha de defesa do território do Estado que exerce influência. Do ponto de vista militar — de que freqüentemente nos esquecemos quando estudamos relações interestatais —, a zona de influência vale por isto: é nela que se espera travar as primeiras batalhas se, e quando, for rompido o equilíbrio de poder.

Os países do Oriente Médio não contam como linha de defesa, mesmo considerando as relações especiais dos Estados Unidos com Israel. Contam como fonte de fornecimento de energia e como áreas onde se afirma prestígio, que auxilia no aumento do valor dos “ativos” no grande jogo global.

Gostaria de chamar a atenção para fato curioso que diz respeito à maneira pela qual vemos o cenário diplomático. Hoje, deixamos de falar em *Terceiro Mundo*. A expressão teria perdido sentido com o desaparecimento do Segundo Mundo, o bloco socialista, substituída por “países em desenvolvimento”, ou até pela expressão francamente preconceituosa “Estados Falidos”, ainda que possa ter algum fundamento na realidade. Deixamos também de insistir em que o Mundo possui múltiplos pólos de atração econômica — Estados Unidos, Japão e Alemanha — como fazíamos há 10 ou 15 anos. De 1992 em diante, as economias da Europa — a Alemanha havia se integrado à União Européia

— e do Japão esvaeceram-se, e no máximo passamos a ver a possível, mas não certa, competição entre o dólar e o euro como moeda de reserva. A partir de 1991, deixamos todas essas opiniões de lado, e os Estados Unidos passaram a ser vistos como hegemônicos, com os outros Estados desaparecendo. Não seria, então, o caso de perguntar o que aconteceu para que os Estados Unidos saltassem da condição de país e economia em competição com outros à de hegemonia? Não teriam eles, em 1992, o poder nuclear que possuem hoje? Ou a capacidade de dedicar à sua defesa — pesquisa científica e tecnológica, e produção de armamentos — os bilhões de dólares que desperdiçam atualmente? É evidente que a situação econômica mundial não se alterou de modo que possamos deixar de lado as economias européia e japonesa, e nos contentemos em dizer que os Estados Unidos são a potência hegemônica — sem pararmos para pensar que não o é na América do Sul, na Ásia, no Oriente Próximo, onde não consegue impor-se ao Irã e não pôde impedir que o Paquistão desenvolvesse capacidade nuclear. Muito menos são hegemônicos na África onde disputa agora — e diria em condições de inferioridade — mercados e apoios com a China, esta assentada nas fabulosas reservas cambiais que acumulou e chegou ao trilhão de dólares.

Se for assim, cabe rever a afirmação de que os Estados Unidos são hegemônicos — a menos que o consideremos tal por ter o maior mercado do Mundo, medido pelo *déficit* da balança comercial. Militarmente, não podemos assim considerá-lo porque a Rússia ainda tem poder de retaliação suficiente para que não se afaste a hipótese Mútua e Assegurada Destruição (MAD) e possui a chave de boa parte da matriz energética da Europa.

Para responder à pergunta inicial — que tipo de ordem internacional temos? — convém, assim, esquecer essa palavra “hegemonia” que tudo explica, e dispensar a expressão “crise de hegemonia”, e também que voltemos a olhar os mapas como Richelieu examinava-os diuturnamente.

Com o fim da União Soviética, não terminou o período que se convencionou chamar de Guerra Fria, — desde que esse período seja analisado por uma perspectiva não ideológica, mas como convém; muito menos fez com que a Rússia deixasse de alimentar o sonho de proteger os eslavos nos Bálcãs — a discussão sobre se Kosovo será independente ou continuará parte da Sérvia é disso a prova, para não dizer das advertências de Moscou aos Estados Unidos, Polônia e Tchecoslováquia, a propósito da instalação de um sistema antimíssil nas antigas repúblicas democráticas e socialistas. Mais sério ainda, a confrontação entre a União Européia que se funda na solidariedade de seus membros, segundo o presidente da Comissão Européia, e Putin, a respeito do que o dirigente russo considera uma grave violação dos direitos humanos e uma ofensa à Rússia, praticada pela Estônia, ao retirar de seu lugar o monumento ao soldado soviético.

Esse período da história das relações interestatais, que gostamos de denominá-lo como Guerra Fria, não chegou ao fim pela simples e boa razão de que essas relações continuam sendo regidas pelo padrão de equilíbrio de poder, devendo ser compreendido em função do poder real de cada um dos jogadores e da garantia de territórios capazes de oferecer segurança aos envolvidos nessas relações sob as cinco condições aqui apontadas, e todas consideradas à luz da moderna tecnologia bélica que, em muitos

casos, torna a posse de territórios desnecessária para a defesa.

Que nos dizem os mapas? Especialmente aqueles feitos logo depois de 1945 que apresentam uma sombra, espalhando-se por toda a imagem e adquirindo cada vez mais contornos definidos, como se fosse um espelho antigo e embaçado. Refiro-me ao terrorismo, conquistando seu lugar na cartografia mundial como ator de primeira grandeza, ainda que de rosto desconhecido.

Joseph Conrad, em *O agente secreto*, já nos mostrava como é difícil identificar quem está por trás de atos que os defensores da Ordem Nacional não conseguem prever quando e como atingirão o coração das sociedades organizadas. Se, nos idos de 1960 e 1970, era fácil reconhecer em determinados atos o carimbo desse ou daquele grupo, como as Brigate Rosse ou seu irmão gêmeo alemão, o Baader-Meinhof, cuja ideologia era ser contra o sistema capitalista, e sua suposta encarnação na civilização ocidental de hoje, exceto talvez na antiga Palestina, será difícil saber contra quem se está lutando. Por isso, simbolizamos em Bin Laden o inimigo que, para alguns, encarna no seu microcosmo organizatório o desafio de uma civilização contra outra.

Reconhecido ou não, com sede e secretário-geral identificados ou não, a figura do terror avulta atualmente como inimigo comum de todos os Estados que não se consideram falidos e é ator principal nas relações interestatais, porque o argumento de sua ação conduz a que haja, entre os Estados que se considerem ou Governos que aleguem dele ser alvos prováveis, a cooperação em setores de segurança privada, aquela de que não cabe aos generais em uniforme cuidar, mas nem por isso deixa de ser a se-

menteira onde se põem os ovos da serpente totalitária. O terror seria um ator que age com uma estratégia de todos os azimutes, como o General de Gaulle pretendia que fosse a estratégia francesa. Seu mundo não é nem uni nem multipolar; é global, embora nos custe raciocinar nesses termos, acostumados a ver o Globo com seus pólos.

Se conseguirmos obter um mapa em que essa grande mancha não exista, veremos uma grande potência — os Estados Unidos — que opera nas relações interestatais como se o princípio do *pacta sunt servanda* pudesse ser sempre substituído por aquele outro, cuja observância produz no sistema internacional uma instabilidade maior do que a natural, isto é, a decorrente da existência de Estados que não aceitam sua posição na hierarquia internacional e pretendem a todo instante alterá-la. As ações fundadas no princípio *rebus sic stantibus* são próprias das grandes potências ou daquelas que tal se consideram nas áreas onde exercem sua influência.

Se insisto em que é o padrão equilíbrio do poder, gestor das relações interestatais, é porque a globalização da economia e de alguns aspectos da cultura permitiu que os Estados — de fato organizações estatais e determinadores de uma afirmação regional ou mundial — não têm mais que se preocupar em saber se suas políticas externas estão ou não conformes àquelas que antes eram as esperadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética. A globalização das comunicações e do Capital, associada à crescente difusão da crença na soberania dos Estados e, contraditoriamente, no avanço do chamado Direito Humanitário Internacional e na idéia de que a democracia deve imperar no Mundo custe o que custe, trouxe, no plano das políticas externas, uma maior autonomia aos países me-

nores que se inserem ordenadamente na sociedade internacional. Maior autonomia porque não necessitam mais examinar, antes de adotar esta ou aquela atitude, se poderão contar com o apoio da União Soviética ou dos Estados Unidos para sustentá-la. A globalização trouxe à superfície, sem disfarces, o objetivo real oculto até então: a realidade mundial, racional e anônima, sem proprietário definido, do Capital.

As políticas internas — e, freqüentes vezes, as externas — dos Estados que não pretendem mais ser grandes potências, mas talvez aspirem ao *status* de média, guiam-se hoje não mais pelos pólos ideológicos em que imaginamos um dia que o Mundo apresentava-se, mas pelas condições que se podem obter — ou impor em determinados casos — para flutuar tranqüilamente no mercado. Este sim, anárquico das finanças mundiais, sabendo que as regulamentações atuais existentes militam no sentido de evitarem-se crises no comércio mundial.

O padrão equilíbrio de poder, que até 1991 poderia ser referido à existência das zonas de influência soviética e norte-americana na Europa, hoje deve ser referido à possibilidade de alianças que diminuam encargos de defesa e às decisões daqueles que, pensando e agindo no mundo racional e frio das finanças, decidem quais países podem ser reconhecidos como tendo alcançado “grau de investimento”. Sem contar que as últimas guerras balcânicas vieram mostrar, sem qualquer sombra de dúvida, que, para manter o equilíbrio das ordens internas dos Estados membros, evitando-se a propagação de conflitos étnicos para além de fronteiras naturais, existe hoje na Europa, agindo independentemente do que prescreve o Direito Internacional, uma outra sombra a toldar os mapas, que é a Organização do Tratado do Atlântico Norte, sem limites

geográficos de atuação claramente definidos, mas que, para clarear a grande sombra do terrorismo, estende seus braços armados para onde lhe parecer que o equilíbrio interno, mascarado de “segurança internacional” possa ser ameaçado. O Afeganistão é, disso, o exemplo.

A ordem internacional não é uni, multi ou uni-multipolar. Se pensarmos em ordem, mesmo deixando de lado o fato de seu estabelecimento — acumulação do Capital e o processo de sua globalização —, temos de raciocinar em termos de ordenação hierárquica. Se for assim, é preciso reconhecer que ainda estamos em 1968, quando os Estados Unidos e a União Soviética firmaram o TNP e fizeram saber ao Mundo o “congelamento” do poder mundial. Dessa perspectiva, mudou apenas o contorno regional com a ascensão da Índia e do Paquistão à categoria de potências atômicas. Entretanto, o que realmente se alterou, e para isso é preciso atentar em nossas análises, foi a sombra do terrorismo, espalhando-se pelos diferentes mapas-múndi, e a criação da imagem dos Estados Falidos pelas grandes potências, sempre divisoras do globo em áreas de influência. Tal criação proporcionou a substituição da imagem de Terceiro Mundo, a fim de lhes impor a lei e a ordem, valendo-se dos Estados Sipaio da Globalização, que fornecem à ONU as tropas para manter ou para impor a paz.

Essa é, a meu ver, a realidade da sociedade internacional nos dias de hoje. E é tendo ela em mente e deixando de lado, por sinceras que sejam, quaisquer inspirações ideológicas que devemos, como brasileiros, olhar o Mundo e formular uma política externa de afirmação em um Planeta onde, queiramos ou não, o poder é fator decisivo para a garantia da afirmação autônoma do exercício da soberania nacional. ☉

# A transformação da defesa e sua aplicação no Brasil\*

*Jaime Garcia Covarrubias*

*O conceito transformação de defesa foi lançado na Estratégia Nacional de Segurança, nos Estados Unidos, em 2002. Entretanto, o conceito é antigo, tendo sido abordado por Beaufre e outros, em seu livro *Dissuasão e Estratégia*.*

**A**s denominadas novas ameaças referem-se aos riscos a que ficaram sujeitos todos os países após a Guerra Fria. A partir de então, esse conceito começa a surgir mais intensamente, revelando a necessidade de reformar o setor da defesa dos países, a fim de desenvolver as capacidades necessárias para enfrentar tais ameaças.

Assim sendo, diversos países concordaram que as novas ameaças eram, entre outras, o crescente desemprego, a marginalidade social, as migrações descontroladas, o narcotráfico, o terrorismo em todas as suas formas, o crime organizado, as violações dos direitos humanos, a degradação do meio ambiente e as discriminações diversas.

Essa situação complica-se ainda mais com o fato de que alguns países identificam, ou melhor, confundem o conceito de segurança nacional com segurança pública. Em virtude desses

fatos confusos, ao longo dos anos, intensificou-se a necessidade de se definir as diferenças entre Defesa e Segurança. Qual é o âmbito de uma e de outra? Sem dúvida, isso é uma discussão de interesse mais acadêmico que político. Há uma posição denominada visão instrumental da defesa, na qual a segurança é somente um “efeito”. Por sua vez a segurança pública, que se confunde com o “efeito” segurança, é um dos instrumentos que o Estado possui, da mesma forma que a defesa, saúde, educação e habitação para resolver seus problemas, nesse caso, a segurança das pessoas. Porém, o que significa uma defesa instrumental? Significa que se, em função da magnitude e do tipo da ameaça ou problema, o Estado resolve ou precisa utilizar as forças armadas para resolvê-los, a ameaça será considerada de defesa. Por outro lado, se o problema — por exemplo, Aids — exige o sistema de saúde para ser resolvido, simplesmente é um

\*Colaboração do Comando de Operações Terrestres – COTER. Adequação do texto do seguinte trabalho: COVARRUBIAS, Jaime Garcia. A Transformação da Defesa nos EUA e sua Aplicação na América Latina. *Military Review*. mai/jun. 2005. Disponível em: <http://www.ndu.edu/chds/docUploaded/covarubias.pdf> Acesso em: 31 out. 2007.

problema próprio do setor de saúde. Em suma, o instrumento a ser empregado definirá se a ameaça é própria do setor de defesa ou é um problema relativo a outro setor.

Obviamente, haverá ameaças que são nitidamente de uma determinada natureza, exigindo um instrumento muito preciso para resolvê-lo. Por exemplo, se um país é invadido militarmente, não há dúvida de que essa circunstância (ou ameaça) é própria da defesa e, portanto, requer um aparato militar para resolvê-la. Nesse caso, a “natureza” da ameaça é, sem dúvida, própria do âmbito da defesa. Por sua vez, as forças armadas, como instrumento de defesa, têm uma destinação: foram criadas para cumprir uma missão e são dotadas de capacidades para serem eficazes e eficientes no seu cumprimento, além de terem uma base constitucional que as regula. O lógico é empregá-las dentro desses preceitos. Por sua vez, o próprio Estado terá que desenvolver suas capacidades específicas para resolver os diferentes tipos de problemas ou ameaças. Por exemplo, desenvolver um bom sistema de saúde que controle a AIDS, uma estrutura educacional adequada, iniciativas que resolvam a miséria etc.

Não obstante, há uma intenção de descaracterizar o setor da defesa, porém, é importante salientar que os países concordam que o principal papel das forças armadas continua sendo a defesa da soberania nacional e reconhecem tacitamente que cada país tem liberdade para definir um âmbito próprio de ameaças específicas. Isso concede liberdade de ação aos países no que diz respeito à validação de suas hipóteses de guerra, em geral com os países

limítrofes, que deverão ser resolvidas ou apaziguadas pelos próprios países por meio de entendimentos bilaterais.

É essencial ter muito claro que, no Mundo de hoje, haverá três cenários que poderão entrar em vigor simultaneamente. O primeiro é a paz, à qual se acrescentou o adjetivo “relativa”, já que as novas ameaças são um fenômeno observado em um cenário de paz. O segundo é a crise, em que as forças armadas deverão se envolver e aprofundar medidas de dissuasão concretas, reais e plausíveis. O terceiro cenário é a guerra ou conflito armado, com o emprego militar dos meios de defesa. Esses três eventos poderão se entrelaçar e se combinar, uma vez que hoje as guerras não são declaradas, coexistindo com a paz e/ou a crise. Quanto mais compromissos estratégicos o país tiver, maior será o risco da simultaneidade dos eventos. Da mesma forma, em qualquer momento poderá ser parte de uma crise ou de grande tensão em alguma parte.

No cenário estratégico atual, os setores de Defesa terão que cumprir quatro missões principais. A primeira é resolver as ameaças tradicionais ou eventual ataque militar; a segunda, as chamadas novas ameaças; a terceira, cumprir com os compromissos estratégicos do país, como as operações de manutenção de paz, entre outros; finalmente, participar do desenvolvimento nacional, de acordo como o papel subsidiário do Estado em uma política de mercado. Adicionalmente, e como quinta tarefa, poderão ser acrescentadas as funções de Segurança Pública, quando a polícia depender do setor da Defesa. Cada país priorizará soberanamente essas missões, de

acordo com a sua situação particular. Assim sendo, antes de resolver qualquer processo de reforma do setor, terão que serem cumpridos três requisitos preliminares. Inicialmente, esclarecer a confusão conceitual entre defesa e segurança. Qualquer opção é válida, porém o inconveniente é a confusão em si, já que esta tem um impacto muito grande no cumprimento das tarefas do setor da Defesa. Em seguida, identificar e hierarquizar os quatro papéis que as forças armadas irão desempenhar na atualidade. Finalmente, definir a extensão desejada à reforma militar e as causas que a motivam.

As experiências dos países foram revisadas minuciosamente e os novos enfoques foram comparados, agora com uma visão dinâmica, assumindo que atualmente as modificações são muito rápidas tornando bianuais as necessidades de revisões realizadas anteriormente em períodos de 40 anos. Talvez o ensinamento mais importante tenha sido a necessidade de se passar de um exército próprio da sociedade industrial, segunda onda, para um da era tecnológica e da informação, terceira onda. Essa mudança é tão profunda que hoje — ao contrário da Segunda Guerra Mundial — um soldado na trincheira está tão informado da evolução política da guerra quanto a opinião pública ou seus próprios comandantes. Acrescente-se a isso, o perigo da guerra assimétrica como a principal ameaça das chamadas *rogue nations* (nações rebeldes). Nesse tipo de guerra, as armas de destruição em massa e a neutralização do sistema tecnológico aparecem como os maiores perigos. Todos esses fatos dão início à urgente necessidade de se realizar uma verdadeira “revolução” em assuntos militares.

A definição de transformação é bastante explícita. Entende-se por transformação o processo de antecipar as mudanças naturais em assuntos da esfera militar e de cooperação, por meio de uma combinação de conceitos, capacidades, indivíduos e organizações, explorando as vantagens da nação e protegendo-se contra as vulnerabilidades assimétricas. O acima mencionado mantém uma posição estratégica adequada para sustentar a *Transformação da Defesa*.

O conceito fundamental da definição é “antecipar-se a mudanças naturais”, o que implica reconhecer que há mudanças que transcendem a vontade dos homens e que é necessário acompanhá-las. Um outro conceito mencionado é a “esfera de ação militar e cooperação”, abrangendo assim não somente a guerra. Outros conceitos importantes são as necessidades de proteger-se das “ameaças assimétricas” e de “sustentar a posição estratégica” — Força de Paz. Esse processo de transformação envolve o combate e a gestão das forças armadas, bem como a cooperação e a integração dos demais instrumentos do poder nacional.

Por outro lado, a estratégia consiste em modificar a cultura por intermédio de uma liderança inovadora e em modificar os processos e as capacidades por meio da Transformação das Forças Armadas. O prazo para o Projeto deve ser de aproximadamente 20 anos. A transformação é um processo permanente, que terá um início, mas que não terá um término. As bases sobre as quais se apóia esse projeto são basicamente as seguintes: explorar as vantagens de inteligência, desenvolver e experimentar concei-

tos e desenvolver a transformação das capacidades. Em poucas palavras, as forças em transformação têm capacidade de participar com mais credibilidade na etapa dissuasiva, operar com maior potencial, rapidez e liberdade de ação, alternando favoravelmente as condições iniciais e obter os resultados almejados em prazos mais breves, despendendo de menos recursos.

Sob uma perspectiva teórica, as forças armadas apóiam-se em três conceitos básicos. O primeiro é a sua destinação, já que estas foram criadas para cumprir uma tarefa que a sociedade concedeu-lhes, desde a sua concepção. Em segundo lugar, o estado de direito outorgou-lhes uma base legal e jurídica e em terceiro lugar, o Estado permite-lhes certas capacidades para que cumpram as tarefas de sua destinação em conformidade com sua base legal e jurídica. Esses três pilares básicos interagem e quando um é modificado, essa ação repercute sobre os outros. Por exemplo, a Constituição paraguaia estabelece que a nação renuncia à guerra e que suas forças armadas são defensivas. Essa alteração na estrutura jurídico-legal reflete, de certo modo, na destinação e obviamente nas capacidades das Forças Armadas paraguayas, que deverão ser defensivas. No caso das grandes potências, as modificações não se concentram na destinação nem tampouco são jurídicos legais, porém se referem diretamente a suas capacidades, como é o caso da essência da transformação militar nos EUA. No Brasil, transformar as forças armadas significa uma mudança radical na sua destinação, nas normas que a regem e nas suas capacidades.

Definitivamente, todas as decisões políticas, adotadas pela defesa, repercutem na estrutura organizacional das forças armadas, no denominado “modelo de forças”. Isto é, novas missões exigem um novo modelo para as forças militares. Se acrescentarmos missões ou tarefas às forças armadas, teremos que pensar em gerar as capacidades necessárias. Hoje, trabalha-se simultaneamente com três conceitos. No Mundo atual, há uma definição para esses conceitos sendo a adaptação, a modernização e a transformação etapas de um mesmo processo, que basicamente está dividido em curto, médio e longo prazo. No caso do Brasil, as interpretações mais adequadas seriam: adaptação, que consiste em adequar as estruturas existentes para continuarem cumprindo as tarefas previstas; modernização, em otimizar as capacidades para cumprir da melhor maneira as missões previstas; transformação, em desenvolver novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate. Conseqüentemente, se um país decide reformar ou reestruturar seu setor de defesa, deverá analisar com muito cuidado esses conceitos.

Ao expor este tema, insistimos que não se trata de aplicar fórmulas alienígenas, muito menos copiar modelos, mas sim levar em consideração as tendências, aproveitando os aspectos aplicáveis, mantendo as devidas proporções e respeitando as especificidades. Conforme esse critério, seria particularmente interessante que se discutisse profundamente a idéia de transformação militar — poderia coincidir em parte com o conceito de versatilidade — com o objetivo de tirar conclusões para o nosso Exército. Tal

procedimento é recomendável em virtude da possibilidade de os processos de modernização perderem seus efeitos, mais cedo ou mais tarde, resultando na necessidade de realizar uma transformação mais integral nas forças armadas. A esse respeito, deve se pressupor que os processos futuros ou de transformação militar deveriam levar em consideração, pelo menos, os seguintes aspectos: Primeiro, definir claramente o modelo estratégico a ser adotado, visto que deste originar-se-á a estrutura organizacional da força. Da mesma maneira, como hierarquizar as missões adequadas para os tempos atuais, isto é:

1. a hipótese de guerra (ameaças convencionais);
2. ameaças novas ou não convencionais;
3. compromissos estratégicos;
4. papel no desenvolvimento.

Por exemplo, para o Uruguai, os compromissos estratégicos são a primeira prioridade. Para o Chile, provavelmente as ameaças convencionais sejam prioritárias. Para a Venezuela, possivelmente o papel no desenvolvimento nacional seja o prioritário, enquanto para a Colômbia, serão as ameaças não convencionais. É importante conceber as forças armadas como um instrumento da política exterior e não somente em função de hipóteses fronteiriças, às vezes desvinculadas dos interesses e das oportunidades dos Estados. Esse conceito produz uma mudança nos pressupostos, dado que se contrapõe ao fundamento no qual muitas forças apoiaram-se durante todo o século passado.

Hoje é necessário desenvolver capacidades combinadas e com possibilidades de interoperabilidade internacional, adotar organizações mais ligeiras e polivalentes, dotadas de reservas móveis; paralelamente preparar forças para desempenho eficiente em operações multinacionais; definir claramente sua função no desenvolvimento nacional, tomando cuidado para que sua função principal não seja deturpada, sendo ainda indispensável desenvolver as capacidades para executar as “novas missões”, embora as ameaças não sejam novas; prever uma coordenação militar-policial eficaz na área indefinida, “zona cinza”, onde as forças policiais são empregadas em ações típicas de combate por necessidade de alguns países. Além disso, é importante destacar que, em vários países, a polícia subordina-se ao Ministério da Defesa. A questão no Brasil é definir se almejamos modernizar ou transformar as forças armadas ou se, por motivo da escassez de recursos ou por necessidade do país, só poderemos adaptá-la. O fato de estabelecer novas missões para as Forças Armadas, obriga a efetuar sua transformação, sendo fundamental a aquisição de novas capacidades. Em suma, no Brasil, transformar as Forças Armadas significa abordar os três pilares fundamentais, isto é, sua destinação, a norma jurídico-constitucional que as regula e as capacidades de que necessitam.

Finalmente, uma simples reflexão: Por que as Forças Armadas deveriam se transformar?

Porque sua principal obrigação é se antecipar aos acontecimentos e não ser surpreendida por eles. ☉

# Poluição ambiental e intenso consumo dos recursos naturais — possíveis causas de conflitos internacionais\*

Vicente Cavaliere\*\*

**D**iz a lenda que, há muito tempo, existia uma civilização avançada, com um desenvolvimento científico e tecnológico tão grande que lhe permitia, inclusive, manipular as forças da natureza.

As demais civilizações contemporâneas foram subjugadas, pois eram bem mais atrasadas.

No entanto, os governantes daquela nação, ávidos em obter cada vez mais poder, abusaram na utilização dessas forças e passaram a agredir a natureza.

A reação foi imediata — o continente, com sua nação, com seu povo, com seus políticos e com seus governantes, foi tragado para sempre pelas águas do Oceano Atlântico. (*Lenda da Atlântida*)

Seja lenda ou história real, o que aconteceu com a Atlântida pode servir como ensinamento e sinal de alerta para nós, habitantes do Planeta, principalmente para aqueles que dispõem de alguma responsabilidade na condução dos destinos das nações.

Todos nós dependemos de uma biosfera para conservarmos nossas vidas. Apesar disso, cada país luta por sua sobrevivência e por sua

prosperidade como se fosse o único no Mundo, quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais. Alguns países consomem os recursos da Terra a um ritmo que, provavelmente, pouco sobrarão para as gerações futuras.

Hoje, a dimensão de nossa intervenção na natureza é cada vez maior, e os efeitos de nossas decisões ultrapassam fronteiras nacionais, podendo gerar conflitos entre nações.

Há, também, tendências ambientais que ameaçam modificar radicalmente o Planeta e a vida de muitas espécies, incluindo a espécie humana.

Normalmente, os efeitos de uma agressão ao ambiente não se disseminam somente ao interior de uma nação, mas também a várias nações. Os ecossistemas não respeitam fronteiras nacionais. A poluição das águas vai tomando rios, lagos e mares que banham mais de um país. Através da atmosfera, a poluição do ar espalha-se até bem longe. Os efeitos de acidentes mais sérios — principalmente em reatores nucleares ou em fábricas e depósitos que contêm materiais tóxicos — podem propagar-se por toda região.

\* Colaboração do autor.

\*\* O autor é Coronel-Aviador. Atualmente, é adjunto do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais da ECEMAR.

Raramente a pressão ambiental é a única causa dos principais conflitos entre as nações. No entanto, ela poderá ser um elemento importante e, em certos casos, catalisador no conjunto de causas ligadas a qualquer conflito.

Portanto, deve-se aprimorar e ampliar, sem demora, a capacidade de identificar, de avaliar e de divulgar os riscos de danos irreversíveis aos sistemas naturais e as ameaças à sobrevivência, à segurança e ao bem-estar da comunidade mundial.

Se medidas concretas de cooperação internacional não forem tomadas no presente, em uma visão prospectiva, poderemos presenciar uma terrível ironia: um simples conflito, motivado pela utilização de recursos naturais ou pela poluição ambiental, evoluir para um conflito ainda maior, causando a maior de todas as agressões à natureza — um conflito nuclear.

E, então, não seria apenas um continente a ser tragado pelas águas do Atlântico. O Planeta Terra seria “tragado” pela imensidão sideral, pulverizado por suas bombas nucleares.

Espera-se, apenas, que algum ser humano, antes de sucumbir ao holocausto nuclear, escreva e envie para o espaço a “Lenda da Terra”!

O primeiro conflito, do qual se tem notícia, em função de utilização de recursos naturais e de poluição do meio ambiente, está descrito na fábula *O Lobo e o Cordeiro*. Segundo esta, um lobo está bebendo água rio acima, e um cordeiro também está bebendo água rio abaixo. O lobo, então, pergunta ao cordeiro: “— Cordeiro, por que é que você está sujando a água que eu bebo?” O restante da fábula todos conhecem.

Será que esse tipo de procedimento também acontece entre nações?

Por exemplo, as nações do Primeiro Mundo, mais desenvolvidas, mais fortes econômica e militarmente, e que mais poluem a atmosfera com os gases CO<sub>2</sub>, podendo ocasionar o “efeito-estufa”, como veremos adiante, questionam — e culpam — as nações em desenvolvimento por causa das queimadas em suas florestas. Esse modo de proceder, idêntico ao da fábula, contém a potencialidade de ser, no futuro, o catalisador ou o desencadeador de um conflito entre nações.

No passado, as nações freqüentemente lutaram para ter ou manter o controle de matérias-primas, por suprimento de energia, por territórios, por bacias fluviais, por passagens marítimas e por outros recursos ambientais básicos. A busca de matérias-primas foi, em grande parte, responsável pela competição entre as potências colonizadoras.

No futuro, esses conflitos tenderão a aumentar à medida que os recursos escasseiam, a competição por eles cresce, e à proporção que pioram as agressões ao ambiente:

Apesar das profundas mudanças que se verificam no contexto internacional, o poder militar ainda continua como fator de dissuasão necessário para a resolução de disputas.

Atualmente, apontam-se novas ameaças, tais como o fundamentalismo islâmico, os governos radicais, o narcotráfico e a questão ambiental. Da mesma forma, continua presente a possibilidade de intervenção armada, sob a alegação de razões humanitárias, ameaças à paz e à segurança — Panamá, Iraque, Somália —, desde que os interesses dos Estados Unidos e de outras potências — Inglaterra, França, Alemanha etc. — estejam em perigo. Aumentam de importância as questões relacio-

onadas à preservação do meio ambiente, as migrações, a manutenção da democracia e os direitos humanos, que deverão afetar, de uma forma ou de outra, o tratamento a ser dispensado ao tema da Segurança, tanto na esfera bilateral como multilateral.<sup>1</sup>

Podemos citar, como primeiro fator de conflito, a utilização da água.

No passado, já houve disputas por águas fluviais: na América do Norte, o Rio Grande; na América do Sul, os rios da Prata e Paraná; no sul e no sudeste da Ásia, os rios Mekong e Ganges; na África, o Nilo; no Oriente Médio, Jordão, Litani, Orontes e Eufrates.

Hoje, já existem países que sofrem de uma grave escassez de água. No futuro, haverá uma competição cada vez maior por água para irrigação, para indústrias e para uso doméstico. Estima-se que, em 2025, metade da população da Terra, 8 bilhões de pessoas, estará brigando e até se matando por um balde d'água. Água vai virar poder militar.<sup>2</sup>

Será que, futuramente, a Bacia Amazônica — maior reserva de água doce do Planeta (14 a 20% do total) — será considerada como uma reserva estratégica para a humanidade? O que acontecerá se algum país membro do Conselho de Segurança da ONU resolver desencadear uma intervenção na Amazônia, alegando a preservação do meio ambiente e das reservas de água doce?

Na hipótese de propostas de intervenção ou de internacionalização da Amazônia, o Brasil teria poder para impedir (vetar) uma decisão da ONU nesse sentido? Na atmosfera retórica das Nações Unidas, todos os países soberanos do Mundo são iguais, mas todos sabem que os Estados Unidos têm o poder de veto que o Brasil não tem.<sup>3</sup>

Fora dos limites territoriais dos países soberanos, somente uns fracos tratados limitam o aproveitamento dos recursos dos oceanos para a pesca, para o desenvolvimento mineral ou de energia, para a navegação e para o depósito de lixo. A captura de peixes segue crescendo, acercando-se ao limite máximo do sustentável. Esse limite já foi excedido em algumas zonas pesqueiras, gerando o colapso das capturas.

Em 1974, a Islândia, que depende muito de sua indústria pesqueira, viu-se envolvida em uma “guerra do bacalhau” com o Reino Unido.

Nós já tivemos a nossa “guerra da lagosta” com a França.

Atualmente, existe um grande problema entre Canadá e Espanha, por causa da zona pesqueira situada próxima ao Canadá, em que a pesca está sendo realizada em quantidades bem acima da capacidade de regeneração dos cardumes.

Uma nova disputa está nascendo, e novamente com a Espanha, pois esta se considera no “direito adquirido” de pescar 40% da produção anual de atum nas costas brasileiras.

<sup>1</sup> PIMENTEL, J. A. *Nuevas Propuestas de Seguridad en Latino America*. Instituto de Investigaciones de Relaciones Internacionales: Chile, 1994.

<sup>2</sup> BETING, Joelmir. *O Globo*. Rio de Janeiro, ago. 2002.

<sup>3</sup> MENDONÇA, Ana Maria. *Correio Braziliense*. Brasília, mai. 1991.

Os conflitos do Oriente Médio contêm, inevitavelmente, as sementes da intervenção de uma grande potência e de uma conflagração mundial, em parte, em virtude do interesse internacional pelo petróleo.

A Guerra do Golfo foi uma pequena amostra.

Tratando-se de reservas mundiais de petróleo conhecidas, o Iraque possui 6,2%, o Kuwait 13% e a Arábia Saudita 24,2%. Deixar que o Iraque mantivesse a ocupação do Kuwait seria o mesmo que entregá-lo, a curto prazo, um total de 43,4% dessas reservas. Caso o Iraque estabelecesse novas regras para o petróleo no mercado internacional, a grande consequência seria o desemprego e a recessão nos países do Primeiro Mundo.

Portanto, "... a simples ocupação do Kuwait não seria razão suficiente para os aliados colocarem em risco as vidas de seus compatriotas. Contudo, quando esta ameaça a estabilidade econômica, toda ação, por mais violenta que fosse, estaria justificada."<sup>4</sup>

As chuvas ácidas, associadas principalmente à poluição industrial e automobilística, estão afetando seriamente a Europa e a América do Norte, com consequências graves sobre os bosques, os climas locais, a biologia aquática, a erosão dos solos, a sedimentação e as inundações.

As indústrias do Nordeste dos Estados Unidos, principalmente as automobilísticas, e as usinas termoelétricas emitem gases na atmosfera, os quais provocam chuvas ácidas, tanto

em seu próprio território como no vizinho Canadá, e estão gerando protestos por parte deste e uma intensa disputa diplomática.

Um outro fator de conflito é o destino a ser dado aos resíduos tóxicos e radioativos.

Nos países industrializados, em geral, foram instituídas normas e padronizações de contaminação mais exigentes e controles mais severos e eficientes. Isso causou a transferência, pelas indústrias multinacionais, das tecnologias mais poluentes para os países da América Latina e do Caribe, assim como a outros do Terceiro Mundo. A Embraer, por exemplo, produz grandes peças em fibra de carbono para os jatos comerciais de grande porte. E essa fibra é cancerígena.

Um fato mais recente é a exportação de despejos industriais tóxicos de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, normalmente de forma enganosa ou clandestina.

O que mais chama a atenção da mídia, nos dias de hoje, é o "efeito-estufa".

A teoria do "efeito-estufa" teve origem com o "prêmio Nobel" Svante Arrhenius. Ele argumentou que, se aumentarmos a quantidade de gases que retêm o calor, como o CO<sub>2</sub>, na atmosfera, então a temperatura geral da Terra aumentará 6°C nas próximas décadas, pela retenção dos raios infravermelhos provenientes do Sol, como se fosse uma estufa. As consequências mais graves do aquecimento climático se traduzirão, muito provavelmente, em uma ascensão geral do nível do mar, com a consequente inundação de muitas zonas costeiras, incluindo

<sup>4</sup> Citação de congressista norte-americano, no *Washington Post*, por ocasião da Guerra do Golfo.

idades importantes, e desaparecimento de milhares de ilhas.

Em função disso, em 1994, alguns países já protestaram formalmente na ONU — a Holanda, com relação às queimadas na Amazônia, e o pequeníssimo arquipélago de Tuvalu, às queimadas na Austrália.

Em 2001, os jornais noticiaram:

O efeito-estufa está criando os primeiros refugiados ambientais da história. Os 11 mil habitantes de Tuvalu preparam-se para abandonar sua terra natal e escapar da ameaça representada pelo avanço do mar. Ao longo do século XX, o nível das águas elevou-se de 20 a 30cm. Para os próximos 100 anos, a previsão é de uma elevação de 1m, fazendo o país desaparecer totalmente. Os tuvaluanos tiveram abrigo negado na Austrália e na Nova Zelândia. Esta semana, anunciaram que estão em busca de um país que os acolha o mais brevemente possível, porque já enfrentam problemas decorrentes da inundação das terras mais baixas.<sup>5</sup>

As nações do Primeiro Mundo, como mencionamos no início, são as que mais poluem a atmosfera, com os gases CO<sub>2</sub> emitidos (80% do total) por sua imensa frota de veículos e por suas indústrias. Anualmente, são despejadas na atmosfera 7 bilhões de toneladas desse gás.

Em 1997, no Japão, foi assinado o Protocolo de Kioto, mas os países do Primeiro Mundo recusaram-se a assiná-lo. De acordo com esse protoco-

lo, os países desenvolvidos precisam, até 2012, reduzir em 5% as emissões de gases. Porém, em novembro de 2000, três anos após, as emissões não só não diminuíram como aumentaram em 10%.<sup>6</sup>

Em novembro de 2000, representantes de várias nações, inclusive do Brasil, participaram de mais uma rodada de negociações, na VI Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Nesta, foi discutido o futuro do Planeta e, principalmente, o novo desenho das economias globalizadas. Está em jogo um mercado que envolve cifras na casa dos trilhões de dólares, na forma do “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo” e outros instrumentos ditos de flexibilização, que são a “Implementação Conjunta” e os “Certificados de Redução de Emissões”. Deve ser ressaltado que a redução de emissões representa, em muitos casos, uma drástica mudança da matriz energética. Países que possuem economia movida a combustíveis fósseis, petróleo e carvão, terão de despender enormes quantias, caso decidam pela redução pura e simples de suas emissões.

“As quantias envolvidas são astronômicas: evitar que a temperatura do Planeta suba um grau até 2050 exigirá gastos da ordem de 1,3% do PIB mundial, algo em torno de US\$ 4 trilhões.”<sup>7</sup> E, mais uma vez, a Convenção encerrou seus trabalhos sem que os países do Primeiro Mundo assinassem qualquer tipo de acordo.

<sup>5</sup> *O Globo*, nov. 2001.

<sup>6</sup> CARDOSO, Paulo Henrique. Diretor do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. *O Globo*, nov. 2000.

<sup>7</sup> *O Globo*, nov. 2000.

Agora, em 2002, na *RIO + 10*, realizada em Johannesburgo, África do Sul, os Estados Unidos continuam mantendo a posição de não assinar o protocolo.

Assim sendo, essas nações do Primeiro Mundo, diretamente ou por meio de Organizações Não-Governamentais (ONG) fortemente subsidiadas, ou por meio dos *lobbies* das indústrias automobilísticas, procuram difundir mundialmente a idéia de que as nações em desenvolvimento são as únicas culpadas por esse fenômeno, por causa das queimadas em suas florestas.

Os clorofluorcarbonos (CFC) e outros gases ativos reagem muito agressivamente, destruindo as moléculas de ozônio que se acumulam na estratosfera e atuam como uma tela protetora que absorve grande parte das radiações ultravioletas, provenientes do Sol.

Os países desenvolvidos produzem 95% desses gases, e 84% são consumidos por eles mesmos; 91% dos gases produzidos em um ano escapam para a atmosfera no decorrer do mesmo ano de fabricação. Porém, os efeitos da redução da camada de ozônio sobre a saúde humana e a vida marinha são globais.

No entanto, outra vez, a mídia internacional e as ONGs apontam as queimadas como sendo as únicas culpadas pela destruição da camada de ozônio.

O risco da guerra nuclear continua sendo a ameaça mais importante à sobrevivência da espécie humana. Embora medidas estejam sendo tomadas para o desarmamento nuclear, a capacidade de destruição em massa, por parte das grandes potências, continua intacta. A potencialidade nuclear do Mundo alcança, na atualidade, entre 15 mil e 20 mil megatons —

equivalente a 1,4 milhões de bombas iguais à de Hiroshima.

Em novembro de 2001, foram iniciadas conversações entre Estados Unidos e Rússia, objetivando a redução do número de ogivas nucleares, mas, até hoje, ainda não chegaram a nenhum entendimento.

Uma guerra nuclear, mesmo limitada, ocasionaria danos imprevisíveis a todo o Planeta. Esse risco de guerra limitada aumenta à medida que material nuclear, necessário para a confecção desses artefatos, seja vendido clandestinamente por países integrantes da antiga URSS, a vários países com instabilidade política ou com fanatismo religioso. Os dirigentes da organização terrorista Al-Qaeda afirmam que possuem artefatos nucleares e fazem ameaças de empregá-los.

Muitas disputas e conflitos podem ser evitados ou resolvidos mais prontamente se os princípios, direitos e responsabilidades basearem-se em estruturas legais nacionais e internacionais, e forem absolutamente respeitados e implementados por muitos países.

Já existem vários acordos internacionais em relação ao meio ambiente. Esses acordos têm, como objetivo final, a obtenção de um desenvolvimento sustentável de todos os países, em um clima de harmonia entre eles.

As nações devem concentrar-se em seu futuro e enfrentar o desafio comum de trabalhar pelo desenvolvimento sustentável, agindo em harmonia, para pôr fim às fontes ambientais de conflito cada vez numerosas.

Desse modo, no futuro, não apenas uma, mas inúmeras pessoas poderão contar, não a “lenda”, mas a “História do Desenvolvimento Harmônico e Sustentável do Planeta Terra”.

# Os Bálcãs no jogo dos Grandes Impérios

*Therezinha de Castro\**

## Introdução

O ano de 1991 marcava o fim da geopolítica do confronto pautada no eixo Leste/Oeste, sustentado por alianças militares — Otan e Pacto de Varsóvia. Os países da “Cortina de ferro” e os Bálcãs, que há meio século dormiam em sono letárgico, começavam a acordar.

Na “Cortina de Ferro”, o despertar geopolítico assistiu ao pacífico secessionismo da Tchecoslováquia, nos Bálcãs ocorreria o desmoronar da Iugoslávia, uma federação de seis Repúblicas e duas Províncias, de modo bem violento.

Desmembramento que provocaria a maior vaga de refugiados na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o HCR ou Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas, cerca de dois milhões de pessoas tiveram que abandonar suas terras até meados de 1992, deixando para trás uma cifra de mais de 30 mil mortos.

## Caracterização geopolítica

Em turco, *balcan* significa montanha. Deu origem ao topônimo Bálcãs, designativo de uma península europeia reunindo oito países, aos quais

se costuma juntar a Rumânia, mais caracterizadamente danubiana, e a Turquia europeia.

No norte, entre os mares Adriático e Negro, a Península Balcânica, a mais oriental no Mediterrâneo, forma um largo território contínuo, enquanto o contraste no sul vem por conta da ramificada Grécia com numerosas ilhas, vizinha do setor europeu turco.

Dos 767.119 km<sup>2</sup> da Turquia, apenas 23.485 km<sup>2</sup> estão na Europa. É aí que se encontram e entrecruzam as rotas marítimas e terrestres, entre os Mares Mediterrâneo e Negro, e Continentes europeu e asiático. O setor, também conhecido como Ásia Menor ou Anatólia, é banhado pelo Mar Negro, ligado pelo Estreito de Bósforo ao Mar de Mármara que, por sua vez, se conecta com o Egeu, via Dardanelos.

Esse espaço é de grande importância geoestratégica e, com a tomada de Bizâncio — atual Constantinopla — pelos turcos, em 1453, fechava o Mediterrâneo ao comércio cristão (especiarias) dos genoveses e venezianos, abrindo o caminho da conquista para o islamismo na Europa. Esse pequeno rincão na Europa foi o que restou, como parte integrante da Turquia, do vasto Império Otomano.

\* A autora, renomada Professora e consagrada Conferencista das Escolas ESG, ECEME, ECEMAR, EsAO, EAOAr e EGN. É reconhecida internacionalmente por seus inúmeros livros publicados sobre Geopolítica. Faleceu em fevereiro de 2000, em Lisboa, onde se encontrava proferindo uma série de palestras, a convite do Governo português.

Na Península Balcânica, o relevo montanhoso ocupa todo o interior. Do setor adriático, os Alpes dináricos estendem-se até a Grécia, com altitudes de quase 3.000m; na Bulgária, a cadeia de montanhas já tem o nome genérico de Balcãs. Além dos Alpes dináricos e balcânicos, estendem-se as planícies por onde correm o Sava, o Morava e o Danúbio.

Nesse corredor plano, instalaram-se Zagreb, Belgrado e Bucareste, o sítio preferido para a movimentação dos exércitos que demandavam o Oriente via Mar Negro.

A Rumânia, que nesse mar já possui um litoral bem maior, é elo de transição entre os setores central e oriental europeu. Detendo apenas a Valáquia, suas perdas territoriais foram de 66.000km<sup>2</sup>, ao entregar à Bulgária o setor meridional da Dobrudja e a Bessarábia para a União Soviética.

Os Balcãs caracterizam-se como área geopolítica de ajustes territoriais, daí ter ficado bastante fragmentada, enquanto seu posicionamento a tornava bastante cobiçada, de onde sua conquista e integração eram em grandes impérios.

Gregos, macedônios, romanos, godos, hunos, ávaros, eslavos, magiares, bizantinos, tártaros, turcos, venezianos, austro-húngaros transformariam os Balcãs em um campo de batalha durante sucessivos séculos. Em conseqüência, o esfacelamento geopolítico seria a tônica nessa península de conexão Europa e Ásia. Daí o autêntico universo em miniatura coexistir na História dos Balcãs, em uma sucessão de povos que conquistam e são conquistados, corroborando para a implantação de um panorama étnico dos mais complexos.

## Era dos Grandes Impérios



A Península Balcânica fez parte do Império Macedônico de Alexandre, integrou o Império Romano que se desfez com as invasões bárbaras dos hunos, godos, ávaros e, em especial, dos eslavos. Estes seriam os verdadeiros colonizadores dos Balcãs, formando um substrato que, paulatinamente, iria diferenciando-se em sérvios, croatas e macedônios, quando aí chegaram os búlgaros.

No contexto balcânico, a Albânia, isolada na montanha, seria o único território não atingido pelas invasões, descendendo hoje sua população dos ilírios, dos quais conserva a língua com ligeiras influências latinas, gregas e eslavas.

No transcorrer da Idade Média, a península não escaparia da dinâmica da queda e ascensão de grandes impérios. O primeiro seria dos búlgaros, hegemônicos na região até serem suplantados pelos bizantinos.

Entre os séculos XIII e XIV, caberia aos sérvios o destino da região, até a chegada dos turcos otomanos. Caberia a estes implantar a

experiência inteiramente nova para os povos balcânicos cristianizados. Enquanto os invasores anteriores acabavam sempre assimilados e convertidos, os turcos otomanos, fanatizados pela fé islâmica, tinham por objetivo converter. Os que não aceitavam o novo credo eram “infiéis” e, em conseqüência, os povos balcânicos passavam a ser estrangeiros em sua própria terra.

Assim, a ocupação islâmica ocorreria de forma diversa. Na Bósnia, Herzegovina e Albânia, ocorreu a conversão em massa; na Bulgária, Sérvia e Macedônia, em face da resistência, a antiga nobreza local seria afastada, cedendo lugar a uma casta turca no poder.

Transcorreram-se vários séculos, até que se espalhassem pela Europa as idéias liberais da Revolução Francesa, coincidindo estas com os sinais de fraqueza no vasto Império Otomano, visto como “o homem doente da Europa”.

Os sérvios foram, em 1804, os primeiros a se revoltar contra a situação miserável e a tirania que a milícia turca dos janizaros impunha-lhes. Entretanto, foi a independência da Grécia e a perda da Bulgária, em 1878, que decretaram o declínio otomano, enquanto a Áustria e a Rússia tratavam de sua expansão nos Bálcãs.

### **Pomo das discórdias**

A complexa rivalidade de interesses impediria, até a Primeira Guerra Mundial, que fosse traçado um mapa político racional nos Bálcãs.



Lá se encontrava um autêntico pomo de discórdia, levando Bismarck, Chanceler alemão, a vaticinar, em 1897, que “alguma loucura nos Bálcãs” poderia deflagrar um conflito mundial. É que, protegido pela Rússia, também eslava, o pequeno reino sérvio era um grande perigo para o Império Austro-Húngaro, que, em 1908, anexara a Bósnia-Herzegovina, subtraindo as regiões ao Império Otomano.

### **Bálcãs 1913**

Mantendo a Sérvia sob sua influência, a Rússia insuflara os iugoslavos ou eslavos do Sul a procurar formar a união dos estados balcânicos.

Em 28 de julho de 1914, o herdeiro do trono austríaco, Francisco Fernando, após assistir às grandes manobras das tropas na Bósnia, vai visitar Sarajevo, onde ele e sua esposa são assassinados por um estudante nacionalista bósnio, Gravilo Printzip. Embora não tenha conseguido



provas, o Governo de Viena acusa a Sérvia de cumplicidade no assassinato do casal.

Resolve então eliminar a Sérvia como fator político. A Rússia protesta, pois com isso perderia sua influência nos Bálcãs, deixando o campo livre para a Áustria.

O conflito austro-sérvio transformava-se em austro-russo. A Alemanha colocava-se ao lado da Áustria, mostrando que o pan-germanismo opunha-se ao pan-eslavismo. França e Inglaterra, por força de sua aliança militar com a Rússia, entram no conflito que, aos poucos, iria se generalizando para tomar o nome de Primeira Guerra Mundial.

A guerra terminaria em 1918, ocasionando o esfacelamento do Império Austro-Húngaro e o desmembramento do Império Otomano. Tudo levava a crer que estava iminente a realização do sonho dos eslavos do Sul.

Formava-se o Reino dos Sérvios-Croatas-Eslovenos, ao qual aderiam a Bósnia e a Dalmácia. A Albânia preferia a sua independência que proclamara em 1912. A Bulgária, com

governo fascista, recebia parte do território da Macedônia, que desaparecia, também repartida entre a Grécia e a Sérvia. Por sua vez, o Tratado de Trianon, em 1920, criava a Grande Romênia, avançando para a Hinterlândia, mas com pequeno litoral no Mar Negro.

### Bálcãs 1920

Os distúrbios não cessariam no Reino dos Sérvios-Croatas-Eslovenos. O pretexto era sempre atribuído ao ressentimento dos croatas católicos em

face da supremacia dos sérvios ortodoxos que dirigiam os destinos do novo país. Assim, em 1934, os fascistas da Croácia assassinavam o Rei Alexandre, que tentava reestruturar o país, centralizando o poder com províncias sem raízes históricas e até mudando-lhe o nome para Iugoslávia.

### Política dos eixos

Na ocasião, já se esboçava nos Bálcãs a geopolítica do confronto, estando de um lado o totalitarismo de esquerda do comunismo russo e, do outro, o totalitarismo de direita do nazifascismo ítalo-germânico.

Pela política dos eixos, os Bálcãs transformaram-se em um “barril de pólvora” prestes a explodir até a Segunda Guerra Mundial. Estava mais uma vez caracterizada a eterna dependência dos países balcânicos de características coloniais, subdesenvolvidas, atreladas às potências europeias.

Dessa feita, a importância geoestratégica dos Bálcãs, como elo entre o ocidente e o oriente, iria atrair a Itália.

No período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, o regime fascista de Benito Mussolini estava interessado no outro lado do Adriático. Iria então procurar encorajar regimes direitistas na Bulgária, atrair a Albânia, que iria invadir em 1939, e auxiliar separatistas dentro da Iugoslávia.

Eram fascistas e comunistas se confrontando nos Bálcãs, quando entram em cena Adolf Hitler e Joseph Stalin. Assinavam o Pacto Nazi-Soviético de 1939, definindo as esferas de influência em territórios balcânicos. Era interesse russo pôr fim à Grande Rumânia, subtraindo-lhe a Bucovina e Bessarábia perdidas, respectivamente, pelo Império Austro-Húngaro e Rússia, após a Primeira Guerra Mundial. Contaria com o beneplácito da Alemanha, que só se interessava por um tratado comercial que lhe assegurasse o petróleo rumeno.

Esse Pacto iria envolver os Bálcãs no conflito dos eixos totalitários de direita e esquerda, quando Hitler e Stalin passaram para campos opostos na Segunda Guerra Mundial.

Durante o conflito, os russos ocuparam a Transilvânia húngara e parte da Dobrudja rumena, levando o Governo de Bucarest a cerrar fileira com o nazismo, participando da invasão até Odessa.

A geoestratégia globalista dos nazistas incluía, além da Rumânia, também a Bulgária e a Iugoslávia para sua esfera de influência. Sobre tudo porque os gregos, resistindo aos ataques de Mussolini, levavam Hitler a temer que os ingleses usassem a Grécia como “cabeça-de-ponete” para a invasão no continente.

Além de envolvida nesse jogo de guerra, a Iugoslávia enfrentava a crise interna com os

adeptos do Príncipe Paulo, aliados dos anglo-franceses, sendo forçados a assinar um acordo com Hitler. Por isso, um golpe de estado elevava ao trono o Príncipe Pedro, filho do assassinado Rei Alexandre, sob o lema “antes a guerra do que o pacto”. Situação que redundaria em uma investida fulminante das tropas do Eixo, em abril de 1941, e que só cessaria quando gregos e iugoslavos estivessem submetidos.

A oposição iugoslava, é certo, havia atrasado a ofensiva nazista contra a União soviética, o que foi fatal para Hitler. No entanto, em contrapartida, provocaria o desmembramento total da Iugoslávia, dividida entre a Alemanha, a Itália, a Hungria e a Bulgária, e a elevação da Croácia a Reino aliado dos nazistas, em 1941, que tratava de eliminar os sérvios e os judeus.

Nesse início da guerra, os Bálcãs e grande parte da Europa estavam em poder do Eixo. E caberia à Sérvia o mais efetivo movimento de resistência contra os nazistas. Ação inicial tomada pelos *tchetniks*, remanescentes do Exército iugoslavo, refugiados nas florestas centrais sérvias, agindo dentro do sistema dos *baiduks*.

No entanto, sendo sérvios, esses *tchetniks* não teriam condições de atrair os outros povos da esfacelada Iugoslávia, que se mostravam temerosos e vulneráveis às intimidações e represálias nazistas.

Em conseqüência, a luta mais efetiva contra o Eixo só teria início em junho de 1941, em seguida ao ataque da Alemanha à União Soviética. A resistência iria caber ao Partido Comunista iugoslavo liderado por Josip Broz, mais conhecido pelo codinome Tito, com seus *partisans* acostumados à clandestinidade, agindo sob o sistema de guerrilhas em todo o país. Era, assim,

um movimento nacional contrastando com o regionalismo dos *tchetniks*. Regionalismo que os tornaria inimigos dos *partisans*, levando-os a colaborar com os nazistas e seu comandante, o General Draza Mihailovic, a ser julgado e condenado após o término da guerra.



### Balcãs 1942

Em novembro de 1943, a resistência instituiu um Conselho Antifascista de Libertação Nacional com representantes de todas as regiões iugoslavas, consagrando-se o princípio do federalismo, enquanto o líder dos guerrilheiros transformava-se em Marechal.

Caberia aos aliados dar apoio militar a Tito que, imobilizando 15 divisões alemãs na Iugoslávia, enfraqueceu a frente nazista balcânica.

Em outubro de 1944, as forças *partisans* e o Exército russo conquistaram Belgrado. Realizava-se, mais uma vez, o sonho dos “eslavos do sul”, visto que, em 1945, Tito ocupava o Governo da unificada República Iugoslava.

### A “Guerra Fria”

Com governo forte, escapando do divisionismo, a ação na Iugoslávia contrastaria com as dos países vizinhos.

A Albânia, por exemplo, possuía três frentes de ação — duas conservadoras e uma comunista; esta, porém, formada por pequenos grupos de intelectuais isolados. Caberia aos iugoslavos unir os grupos albaneses de esquerda, supervisionando a criação do Partido Comunista, tendo como secretário geral, Enver Hoscha, um professor de francês.

Em contrapartida, os albaneses ajudaram os iugoslavos a ultimar a derrota dos nazistas em Kosovo, o bastião defensivo da Albânia.

Graças a esse bastião, o isolamento geográfico da Albânia faria dela o único país balcânico não invadido pelo

Exército soviético ante a derrocada nazista. Invasão que ocorreria na Bulgária, em setembro de 1944, após a tomada da Romênia, em agosto de 1944. Nesse último país, o General Ion Antonescu, pró-Eixo, abriu suas fronteiras para que os alemães ocupassem a Iugoslávia e atacassem a União Soviética.

No reverso da medalha, seria a ação centralizadora da esquerda iugoslava o trunfo para que, em 1947, os países balcânicos estivessem quase todos incluídos na “Cortina de Ferro”.

A união Belgrado e Moscou seria efêmera. A Iugoslávia iria passar da ação à reação, levando para os Balcãs o estopim da discórdia sintetizado no lema “contra a vontade de Stalin, a vontade de Tito”.

O líder iugoslavo estava bem mais disposto a levar avante uma política externa agressiva: reivindicava territórios fronteiriços com a Áustria e a Itália, derrotadas na guerra; criticava os comunistas franceses por não terem tomado o poder em seguida à libertação do país; procurava auxiliar os comunistas gregos a tomarem o Governo pelas armas.

Stalin pedira cautela aos comunistas franceses, pois reconhecia que a França estava bem mais afeita à órbita ocidental. Cedendo, sabia o líder soviético que poderia cimentar sua influência no setor leste-europeu, onde instalaria a “Cortina de Ferro”, peça importante para Moscou no jogo geopolítico de confronto no continente.

No entanto, os ataques mútuos e divergências de táticas entre os partidários comunistas e iugoslavos estavam enfraquecendo as bases do socialismo internacional, que transcendia as fronteiras nacionais. Por isso, a ofensiva stalinista surge no dia 28 de junho de 1948, com a publicação da Resolução do Kominform, órgão de informação dos partidos comunistas da “Cortina de Ferro”. Nesse documento, havia a exigência para que Tito se retratasse, ante a afirmativa de que os líderes iugoslavos estavam pensando erroneamente, “que podem manter a independência do país e constituir o socialismo sem a União Soviética”. Incitava a insurreição, convidando “as forças sadias do Partido Comunista Iugoslavo a impor uma nova linha de direção”.

Era, na realidade, os Balcãs se transformando no ponto

nevrálgico da “Guerra Fria”. E era justamente com a Iugoslávia, criando uma nova modalidade de esquerda, que passava a se chamar eurocomunismo; dissidência apoiada na ajuda militar que os Estados Unidos dariam, em 1951, ao Governo de Belgrado.

A dissidência que alcançava a Albânia, em 1961, afastando-se de Moscou para se aproximar de Pequim, já dissociada do Kremlin era a “Cortina de Ferro”, sofrendo um recuo nos Balcãs, deixando escapar a valiosa saída para o Adriático.

Observando que a solidariedade foi mais forte na Iugoslávia, entre os anos de 1948–1953, quando Tito, de pai croata e mãe eslovena, conseguiu impor, em torno da Sérvia, um compromisso multinacional.

A morte de Stalin, em 1953, abrandaria, em parte, a situação leste e oeste nos Balcãs; muito embora permanecesse o destino divisionista na península, com a Iugoslávia e Albânia afastadas do Kremlin, a Bulgária e a Romênia atadas a Moscou, a Grécia e a Turquia aliadas ao Bloco Capitalista como membros da Otan.



### Destino divisionista

No conjunto balcânico, a Iugoslávia continuava a ser país complexo de vários povos conflitantes, com o nacionalismo sempre no topo dos problemas.

Nacionalismo que gerava dissidências mesmo quando, planejando suas economias, as repúblicas acusavam-se mutuamente. A Croácia, com sua costa adriática atraindo turistas, reclamava suas divisas desviadas pela federação para outras repúblicas. A Sérvia justificava, uma vez que os hotéis de turismo croatas haviam sido construídos com o dinheiro do conjunto, enquanto os alimentos consumidos iam de seus campos cultivados.

Por outro lado, a disputa entre Sérvia e Croácia estava ligada às línguas semelhantes, mas, enquanto os sérvios valiam-se do alfabeto cirílico, professando a religião ortodoxa, os croatas mantinham a fé católica e escrita latina. Em consequência, a Croácia, ainda durante o período da “Guerra Fria”, procurou levar sua autonomia às últimas consequências; eram constantes suas reivindicações ao Governo sediado em Belgrado que, sabendo os croatas ser a capital da Sérvia, viam-na como símbolo da proteção federal aos sérvios.

O secessionismo levaria o Marechal Tito a aplicar a política da autogestão, anulando a descentralização e mascarando a autonomia regional. Política que era justificada por Tito — “não se trata de atrasar os ponteiros do relógio e sim de caminhar para a frente”; daí o restabelecimento do papel da Liga Comunista como o guia mais efetivo da nação, visto que a Iugoslávia era país socialista.

No entanto, a despeito do sistema forte, o país, que não era uma nação, caminharia em ziguezague, tanto no contexto político como no econômico, situação que se deterioraria ainda mais após a morte, em 1980, de Tito, o herói legendário.

Em 1990, a Iugoslávia não escaparia ao “efeito Gorbachev” que, na tarde de 25 de dezembro de 1991, não tinha mais a bandeira vermelha da foice e do martelo a tremular no Kremlin, onde fora substituída pela mais conservadora tricolor. Era a “primavera de Moscou” que, em 1968, tentara estrangular a “primavera de Praga”.

A implosão do regime comunista da União Soviética teria seus reflexos nos “satélites”. Moscou teria que se conformar com a periferia ou “Cortina de Ferro” libertando-se de seu centro de poder, enquanto Belgrado não podia deter o embate da “Primavera da Croácia e Eslovênia”. Essas regiões, com a Voivodina, são as mais ricas do Norte, contrastando com o subdesenvolvimento muçulmano-sérvio da Bósnia-Herzegovina, onde a questão iugoslava tomaria as cores de verdadeira tragédia.

O secessionismo iugoslavo iria começar em 25 de junho de 1991, com a proclamação da República da Croácia e Eslovênia independentes do federalismo de Belgrado; atos que a geoestratégia de uma melhor saída para o Mar Adriático levariam ao reconhecimento imediato oficial, tanto da Áustria como da Hungria.

Impunha-se o “efeito dominó”, pois em 15 de outubro de 1991, a maioria croato-católica e a muçulmana posicionaram-se contra a Sérvia e a favor da soberania da Bósnia-Herzegovina. Após 43 meses de guerra, em 1995, o Acordo

de Dayton punha fim ao conflito. A Bósnia-Herzegovina era dividida em duas entidades de base étnica — a República Sérvia da Bósnia e a Federação Muçulmana Croata. De acordo com o plano de paz, os Estados Unidos e a União Européia administram a área conflagrada para forçar, lentamente, a evolução democrática, até que os partidos políticos de motivação étnica percam o apoio e desapareçam.

Em 15 de julho de 1992, era a vez da República da Macedônia obter a separação, muito embora sem o reconhecimento internacional. É que o Conselho europeu, reunido em Lisboa, em 27 de julho de 1992, vincularia o reconhecimento do novo país à mudança do nome, acatando a posição grega que mantém parte da Macedônia dentro de seus limites.

Em 1998, Kosovo tentava sua saída da federação, obrigando a intervenção armada do Governo de Belgrado e subsequente ameaça da intervenção da Otan a um cessar-fogo. A trégua, em outubro de 1998, pôs a questão em compasso de espera. Em nome da ELK — Exército de Libertação do Kosovo —, Baduhl Mahmuti aceitou a trégua, desde que os kossovares obtivessem, em três anos, a independência total e não a simples autonomia dentro da Iugoslávia.

Quanto à formação da Grande Albânia de união com o Kosovo, de maioria albanesa, poderá não agradar ao esquema regional, pois traria reflexos sobre a minoria albanesa que vive na Macedônia e na Grécia.

Portanto, deduz-se ser substancial o envolvimento do Governo de Atenas nos acontecimentos em Kosovo, na República da Macedônia e na Albânia. Sabe a Grécia que poderá contar com a União Européia e com a Otan,

graças ao seu posicionamento privilegiado no Mediterrâneo Oriental, com costa digitada e múltiplas ilhas — trampolins, controlando rotas marítimas no extremo meridional da Península Balcânica.

## Conclusão

Igualmente Província Autônoma como o Kosovo, a Voivodina poderá reduzir ainda mais os limites da Iugoslávia, hoje formada pelas Repúblicas da Sérvia e Montenegro.

Caso se concretize o secessionismo da Voivodina, um outro impasse poderá surgir pela continuidade geográfica. É que essa província, com capital Novi Sad, que os húngaros chamam de Ujvidek, nas margens do Danúbio, é continuação natural da *Putzta*, a planície da Hungria.

Nessa fase de esfacelamento, iniciada em 1991, o interesse de Belgrado é a salvaguarda dos interesses dos sérvios que vivem nas repúblicas secessionistas, sabendo bem o Governo de Belgrado que na República Socialista Federativa da Iugoslávia não houve jamais consciência de um destino comum.

A composição demográfica, caracterizada por variada minoria, é resultado da presença de povos que conquistaram e foram conquistados em uma península que, por seu destino-passage, englobaria um panorama étnico dos mais complexos. Povos assimilados em alguns lugares, mas que, em outros, segregaram-se, dotando os Bálcãs de uma demopolítica dispersa. Povos entre os quais têm destaque:

- os gregos, descendentes assimilados dos seus ancestrais, ou cruzados com outros grupos;

- os albaneses, relacionados com os antigos ilírios, usando a designação própria *shquiptare*, significando homem do país das águias;
- os valacos ou rumenos, em constante nomadismo, aos quais se vieram juntar os sérvios, autênticos eslavos chegados nos séculos VI e VII; os búlgaros, de origem mongólica, porém fortemente eslavizados, vindos no século VII; os turcos otomanos, invasores do século XIV;

Considerados os verdadeiros colonizadores dos Bálcãs, os eslavos aos poucos diferenciaram-se dos sérvios, croatas e macedônios. As constantes ondas migratórias levaram alguns desses povos a se acomodarem, cercados por fronteiras geo-históricas, mas não políticas. Foi o caso dos macedônios, com seu *habitat* dividido entre Iugoslávia, Bulgária e Grécia, que preocupa hoje tanto a política do Governo de Atenas.

A Península balcânica tem uma área que não alcança a de nosso Sudeste, região natural brasileira constituída pelos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (927.286 km<sup>2</sup>).

Embora com sua História caracterizada pela violência internacional, nos Bálcãs o culto pelo passado e velhas tradições serve de apoio a muitas nacionalidades.

A Bulgária é país de maiores afinidades com a Rússia, pois o alfabeto cirílico, comum aos dois países, atraiu sempre a elite búlgara a estudar em Moscou ou São Petersburgo. O *boro* é a presença viva do passado búlgaro, dan-

ça folclórica de grande agilidade como a dos cossacos, assemelha-se bastante ao *kolo* sérvio.

A *doina*, canção melancólica, assemelha-se às baladas líricas dos búlgaros, tal como o fado português.

Os trajes com bordados coloridos são comuns nos vários países balcânicos; mas é na Albânia que a *schupleta*, veste típica das mulheres, é considerado o mais antigo, ainda em uso no mundo civilizado, acreditando-se que venha do período creto-micênico, do segundo milênio antes de Cristo.

O passado e o presente históricos interpenetram-se nos Bálcãs, de países com fronteiras em contínua mutabilidade, pois a Geografia condenou esse espaço europeu a participar sempre do jogo geopolítico dos grandes impérios.

O esfacelamento do Império Otomano, nos fins do século XIX e começo do XX, animaria os nacionalismos locais, manejados, muitas vezes, pelas grandes potências.

Nenhum domínio, porém, conseguiu unificar os Bálcãs, muito embora cada uma dessas culturas exteriores tenha deixado aí sua marca.

A topografia abrupta e dificuldades de intercâmbio na região favoreceriam a resistência dos povos balcânicos.

Povos balcânicos, cuja complexidade etnográfica contribuiu para impor a base do regionalismo, o que, na prática, é tradicional em toda a Europa. Como as rivalidades locais são tenazes e inflamadas, em face ao sistema feudal ainda não liquidado, as interferências externas nada mais fizeram e fazem do que provocar conflitos internos nos Bálcãs. ☉

# Independência do Kosovo e o Direito Internacional\*

*Marcelo Rech\*\**

**N**o dia 17 de fevereiro, uma declaração unilateral, emitida pelo Parlamento de Kosovo, reacendeu a discussão sobre o Direito Internacional quanto à soberania e à integridade territorial de um Estado, e dividiu o Mundo entre os que reconheceram a independência do país e aqueles que apóiam a Sérvia, segundo princípios básicos da lei internacional.

O Brasil preferiu esperar por uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) para se manifestar. Faz o jogo duplo de quem não quer desagradar ninguém. No entanto, mais importante que a neutralidade brasileira é a divisão que impera entre os 15 membros do Conselho de Segurança da ONU, o que não leva a um consenso.

Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica e Croácia reconheceram o novo Estado com o respaldo da União Européia e da Otan, instituições que se responsabilizaram pela segurança e pelo desenvolvimento do Kosovo.

Por outro lado, países como Rússia e China entendem que a autoproclamação da independência de Kosovo viola a soberania da Sérvia, segundo a carta das Nações Unidas. Talvez por isso, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, evitou responder aos jornalistas se considera legal a declaração unilateral de independência pelo Kosovo.

Apesar de contraditória, a posição dos 27 países que integram a União Européia foi de apoio à independência do Kosovo, seguindo à risca a política externa norte-americana. Além disso, a iniciativa tem o apoio da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (Osce), que está disposta a interferir caso haja uma ameaça à segurança do novo Estado e à desestabilização da situação na região.

Ao lado de Rússia e China, Indonésia, Índia, Espanha, Grécia, Eslováquia, Romênia, Bulgária, República Checa e Chipre, que não estariam prontos para reconhecer a independência do Kosovo, Portugal e Malta exigem que o futuro da província seja resolvido pelo Conselho de Segurança da ONU.

A propósito, mesmo nos Estados Unidos, há quem discorde da decisão de reconhecer a independência do Kosovo e estabelecer relações diplomáticas com esse país.

O presidente do Instituto da Religião e Política Pública, de Washington, Joseph Gribosky, acredita que a separação do Kosovo da Sérvia poderá desestabilizar a situação mundial. Ele entende que a decisão vai reforçar vários movimentos separatistas em curso.

Preveno o crescimento das tensões na região, tropas da Otan fecharam a fronteira norte para isolar o Kosovo da Sérvia. À sua vez, a

\* Transcrito de InfoRel, em 29 de março de 2008.

\*\* O autor é jornalista, editor do InfoRel e especialista em Relações Internacionais e Estratégias e Políticas de Defesa.

União Européia enviou uma missão a Kosovo para assegurar a lei e a ordem, em um enclave que respira instabilidade.

A União Européia também pretende ajudar Kosovo economicamente, com cerca de 300 bilhões de euros nos próximos anos. No mês de junho, deverá ser realizada uma reunião de países doadores para que o Kosovo tenha alguma sustentabilidade financeira, a fim de lhe proporcionar seus primeiros passos como nação.

Igualmente importante é percebermos que os Estados Unidos estabeleceram no Kosovo a sua maior base militar na Europa. O Departamento de Estado dos Estados Unidos chegou a divulgar que “pretende guardar as suas tropas no Kosovo até que a missão da Otan tenha saído”.

Atualmente, as Forças Armadas do novo país são formadas a partir do Corpo do Exército de Proteção do Kosovo (KPC), que foi gradual e silenciosamente formado com base no antigo Exército de Libertação do Kosovo (UCK). Este integrou, de forma conveniente, a lista de organização terrorista estabelecida pela comunidade internacional.

O fato é que os Estados Unidos mais uma vez tiveram sucesso na Europa, que por sua vez, confirmou sua debilidade. Hoje, a União Européia está enfraquecida como organização, não por obra dos kosovares, mas dos norte-americanos.

O reconhecimento do Kosovo violou princípios legais internacionais como “soberania” e “inviolabilidade de fronteiras”. É possível que tal situação afete a estrutura das relações internacionais, minando definitivamente a já questionada autoridade das Nações Unidas.

Mais que isso, o reconhecimento da independência do Kosovo pode “descongelar” conflitos e estimular outras regiões a buscarem sua independência. Esse reconhecimento pelos europeus também desafia a futura adesão da Sérvia à União Européia. Está claro que as relações entre a Sérvia e vários países membros da UE estão comprometidas.

Esse quadro alimenta especulações acerca da possibilidade de uma nova guerra nos Bálcãs, o que ainda é pouco provável, mas que não deve ser completamente descartada.

### BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



#### BRASIL-FRANÇA, RELAÇÕES HISTÓRICAS NO PERÍODO COLONIAL

*Vasco Mariz (organizador)*

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra.

O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.

# O *schwerpunkt* de Clausewitz mal traduzido do alemão, mal entendido em inglês\*

Milan Vego\*\*

**E**m uma época na qual o Exército dos Estados Unidos avança em seus esforços para transformar-se de modo profundo, pode ser útil para seus líderes reexaminar as origens de alguns conceitos que servem como fundamentos teóricos do exército atual e de sua doutrina. Entre estes, que deveriam ser cuidadosamente considerados, está o “centro de gravidade” (CG), um conceito amplamente atribuído a Carl Von Clausewitz e agora considerado como o coração de qualquer plano razoável de campanha ou operação de grande escala.<sup>1</sup> Até mesmo uma olhada superficial na literatura militar dos últimos 30 anos, começando com documentos sobre doutrina elaborados pelo Exército norte-americano, revela o quão onipresente e essencial o conceito de CG tornou-se para o pensamento operacional nos EUA. Grande quantidade de tempo, energia, caneta e papel tem sido empregada na definição, na análise e no debate sobre como o conceito deveria ser corretamente aplicado no contexto de um suposto paradigma clausewitziano de guerra. Entretanto, o maior

problema a respeito desse tema, ao menos em uma perspectiva histórica, é que o próprio Clausewitz jamais utilizou o termo “centro de gravidade”. Talvez, ele também não concordasse completamente com o que esse conceito representa no atual repertório militar norte-americano. O termo, a partir do qual o conceito de CG foi elaborado, *Schwerpunkt* significa na realidade “foco de esforço”, ou “ponto de aplicação principal do poder de combate”. Ao se retornar o centro de gravidade como um dos pilares da doutrina, é importante observar que o conceito original de *schwerpunkt* está, de fato, mais próximo do que os militares dos EUA agora denominam de “setor de esforço principal” e “ponto de ataque principal” (defesa). Apesar de a descrição original clausewitziana do *schwerpunkt* incluir, assim como o CG, os elementos físicos e humanos, ele é menos complicado de se identificar, embora não necessariamente menos complicado de se aplicar do que o conceito CG dos EUA. Em contraste com o emprego moderno de centro de gravidade, o *schwerpunkt* de

\* Transcrito da *Military Review*, mai-jun 2007.

\*\* O autor é professor de operações conjuntas, na Escola de Guerra Naval dos EUA. Possui o título de Bacharel e de Mestre pela Universidade de Belgrado, e Ph.D. pela Universidade de George Washington. É autor do manual *Operational Warfare* (2001) e de *The Battle for Leyte: Allied and Japanese Plans, Preparation and Execution* (2006).

<sup>1</sup> Em uma estrita definição do termo, um centro de gravidade é “aquele ponto de um objeto ao redor do qual seu peso é igualmente distribuído ou balanceado; Centro da massa; Ponto de equilíbrio”. *Webster's New World Dictionary of the American Language*. College Edition. Nova Iorque: World Publishing, 1960.

Clausewitz lidava quase exclusivamente com o nível estratégico da guerra.

O objetivo deste trabalho é traçar o desenvolvimento do conceito de *schwerpunkt*, conforme entendido e aplicado pelos alemães, provavelmente de forma mais de acordo com a intenção de Clausewitz, desde o período do Marechal Alfred Von Schlieffen como Chefe do Estado-Maior das Forças alemãs, nos anos do entreguerras, até a Segunda Guerra Mundial. Poderemos então comparar a interpretação alemã com a norte-americana, para examinar a validade do conceito atual de centro de gravidade nos EUA. Nossa análise oferecerá talvez uma alternativa correlacionada, mas significativamente diferente ao conceito moderno de CG. Alternativa essa que talvez possamos utilizar como ponto principal no planejamento de futuras campanhas ou operações de grande escala.

### O desenvolvimento do *schwerpunkt*

Clausewitz utilizou o *schwerpunkt* em diversas ocasiões em seu trabalho seminal *On War* (capítulo 4, “a mais aproximada definição do objetivo de uma guerra: a destruição do inimigo”, no livro 8). Em países sujeitos a conflitos internos, ele declarava ser o *schwerpunkt* geralmente a capital. No mesmo parágrafo, ele diz que:

Em países pequenos que dependem de outros maiores, o *schwerpunkt* é normalmente o exército de seu protetor; entre alianças ele reside na comunidade de interesses e durante levantes populares ele é a

personalidade de seus líderes e a opinião pública. é contra estes que nossas energias deveriam ser direcionadas.<sup>2</sup>

Ao avaliar todas essas possibilidades, uma pessoa deveria ter em mente as idéias de Clausewitz acerca do *schwerpunkt*; afinal de contas, Clausewitz acreditava firmemente que a destruição ou neutralização das forças inimigas era o caminho para a vitória final. A identificação do *schwerpunkt* capacitaria o atacante a alcançar esses objetivos.

Apesar de vários teóricos alemães e austríacos, da metade para o final do século XIX, terem enfatizado que a capital se constituía no *schwerpunkt* contra o qual os esforços de alguém deveriam ser direcionados, o objetivo subentendido para se lidar com a capital era o mesmo: ameaçá-la ou tomá-la para a destruição ou neutralização final das forças armadas de um inimigo. Os teóricos, portanto, forjaram um novo termo, *schwerpunktlinie*, “linha de concentração de esforços” — a mais curta, mais direta linha entre uma base de operações e a capital inimiga. Para alcançar vitória, esperava-se que um exército operasse decisivamente ao longo da linha de concentração de esforços e, ao fazê-lo, atingisse seu objetivo mais rapidamente.<sup>3</sup>

### O *schwerpunkt* evolui

De seu sentido original como “concentração de esforços”, atualmente conhecido por muitos exércitos como “esforço principal”, o *schwerpunkt* sofreu algumas sutis, mas significativas mudanças ao final e após os anos 1880,

<sup>2</sup> CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Edição e tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984. p. 596.

<sup>3</sup> NEUMANN, J. *Grundzuege der Strategie. Ein Leitfaden fuer das Studium der Kriegsgeschichte*. Viena, 1870. p. 8.

principalmente estimulado por um vigoroso debate entre teóricos alemães acerca desta questão: se a introdução de armas mais destrutivas havia transformado os ataques de larga escala obsoletos.<sup>4</sup> O problema alemão, no nível estratégico, era a alta probabilidade de uma guerra contra dois fortes oponentes em duas frentes diferentes. Um consenso emergiu de que o conceito da concentração do esforço oferecia o único caminho para neutralizar a absoluta superioridade estratégica que os potenciais inimigos da Alemanha pudessem ter. Portanto, os alemães planejaram alcançar a superioridade operacional em pontos decisivos de cada frente de batalha, o mais rápido possível, de modo a encerrar o conflito antes que este pudesse se transformar em uma desgastante guerra de atrito em duas frentes.

Poucos foram mais influentes ao enfatizar a importância essencial do princípio da concentração do esforço do que Schlieffen.<sup>5</sup> Ele havia concluído que, em virtude do advento dos exércitos com o número superior a um milhão de homens e com o poder de devastação ampliado pelas novas armas, as linhas de frente tornar-se-iam inevitavelmente estendidas e ininterruptas. Isso significava que o atacante apenas poderia sonhar com o sucesso se suas forças fossem posicionadas de

forma organizada, em profundidade e, precisamente, no lugar correto, no momento decisivo.<sup>6</sup> Schlieffen acreditava que, enfraquecendo drasticamente suas forças em certas partes da linha de frente e as concentrando em um ponto onde pudesse decidir a batalha, atenderia aos pré-requisitos para o sucesso. Operações decisivas seriam conduzidas, onde o inimigo fosse mais fraco e nenhum ataque fosse esperado.<sup>7</sup> A influência de Schlieffen foi a principal responsável pela ênfase alemã na incorporação do *schwerpunkt* nos níveis operacional e tático da guerra.

Posteriormente, os alemães aperfeiçoaram o conceito de concentração do esforço entre as duas grandes guerras.<sup>8</sup> No início dos anos 1920, os manuais de campanha do *Reichswehr* estipulavam que qualquer ataque precisava ter seu ponto de concentração do esforço, o qual deveria ser estabelecido em uma ordem de operações (O Op).<sup>9</sup> Sob o General Ludwig Beck, Chefe do Estado-Maior do Exército de 1935 a 1938, o enfoque mudou para a questão de como conduzir manobras de penetração e envolvimento usando o *schwerpunkt* como princípio-guia. Fatores a serem considerados no planejamento de uma manobra decisiva de penetração incluíam o dispositivo do inimigo, a natureza do terreno e o emprego eficiente de suas forças.<sup>10</sup>

<sup>4</sup> BRANDENBERGER, Erich. *Der Deutsche Generalstab, ZA/1 1879, 031a, 30, Teil Studien der Historical Division Headquarters. United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch Bundesarchiv/Militaerarchiv (BA-MA), Freiburg, i. Br., p. 91-92.*

<sup>5</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940.* Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 416.

<sup>6</sup> BRANDENBERGER, Erich. *Der Deutsche Generalstab, ZA/1 1879, 031a, 30, Teil Studien der Historical Division Headquarters. United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch Bundesarchiv/Militaerarchiv (BA-MA), Freiburg, i. Br., p. 91-92.*

<sup>7</sup> COCHENHAUSEN, Friedrich von. "Schlieffen. Zu seinem 100 jaehrigen Geburtstage 28 de fevereiro de 1933," *Militaerwissenschaftliche Mitteilungen.* Viena: 1933. p. 18.

<sup>8</sup> O termo 'peso de esforços' é também usado em referência ao foco de planejamento de força, esforços diplomáticos, política e muitas áreas da vida social e da ciência.

<sup>9</sup> "Mittel und Wege der Schwerpunktbildung". *Militaer-Wochenblatt*, n. 6, p. 207, ago. 1931.

<sup>10</sup> BRANDENBERGER, op. cit, p. 111.

### Selecionando o *schwerpunkt*

O mais importante documento para a fase inicial de uma campanha era aquilo que os alemães chamavam de *Aufmarschanweisungen* (“calco de operações”). Esse documento claramente explicitava o limite e a direção do *schwerpunkt*, e estipulava a necessidade da concentração de forças para apoiá-lo. Como consequência, forças em outros setores precisavam ser reduzidas em favor da estratégia escolhida.<sup>11</sup> Também subentendia-se que os comandantes, em todos os escalões, eram responsáveis por selecionar seus próprios *schwerpunkt*, apesar de os comandantes superiores manterem, onde apropriado, a prerrogativa de determinar a concentração do esforço de seus subordinados.<sup>12</sup>

### A intenção do comandante

Os principais fatores na seleção da concentração do esforço eram: a intenção do comandante, *Absicht*, a situação do inimigo e o terreno (ver figura 1).<sup>13</sup> A intenção oferecia a visão do comandante de maior nível sobre qual deveria ser a situação final de uma operação. Sob o sistema alemão, a visão do comandante era virtualmente inquestionável. No entanto, a doutrina estipulava que, durante a execução de

uma missão, cada comandante subordinado deveria possuir liberdade de ação, desde que respeitado o plano geral do comando superior.<sup>14</sup> Para equilibrar a visão do comandante e a flexibilidade de ação, os comandantes subordinados eram chamados a avaliar todo seu planejamento de ações em consonância com o plano de operações do escalão superior.<sup>15</sup> Em geral, a intenção do comandante promovia a união dos esforços de modo flexível, para que não prevalecesse precisamente os planos ou expectativas de uma única pessoa.<sup>16</sup>

Na *Wehrmacht*, esse fator não reiterava simplesmente o esquema de manobra; mais que isso, incentivava os comandantes subordinados de níveis inferiores a pensarem e agirem mais rápido que o inimigo e a conquistarem a iniciativa. De cada comandante exigia-se o entendimento da missão dois escalões acima do seu. Isso era necessário para capacitá-los na tomada de decisões durante situações nas quais o comando da operação não pudesse ser alcançado a tempo para maiores instruções.<sup>17</sup>

### A situação do inimigo

Apesar de múltiplos fatores influenciarem na determinação do *schwerpunkt*, a situação do

<sup>11</sup> RENDULIC, Lothar. *Entschlussfassung*, MS # D-080a, 9 de março de 1947, ZA/1 1429, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 8-9.

<sup>12</sup> “Mittel und Wege der *Schwerpunkt*bildung,” p. 210; KESSELRING, Albert. *Kurzvorschrift fuer Fuehrung und Kampf in den Niederen Einheiten*, 1 de outubro de 1950, MS # P-060b, ZA/1, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 21.

<sup>13</sup> “*Schwerpunkt*,” HDv 100/900 VS-NfD, Sch-SEA; “*Schwerpunkt*,” ed. Hermann Franke. *Handbuch der neuzeitlichen Wehrwissenschaften 1, Wehrpolitik und Kriegfuehrung*. Berlin, Leipzig: Walter de Gruyter, 1936. p. 649.

<sup>14</sup> ANTAL, John F. “Forward Command: The *Wehrmacht*’s Approach To Command and Control in World War II.” *Armor* (novembro-dezembro de 1991): p.28.

<sup>15</sup> KEITHLY, David M.; FERRIS, Stephen P. “Auftragstaktik, or Directive Control, in Joint and Combined Operations.” *Parameters*. 1999. p.125.

<sup>16</sup> NELSEN II, John T. “Auftragstaktik: a case for decentralized battle,” *Parameters*, 1987. p. 25.

<sup>17</sup> ANTAL, loc. cit

inimigo era, de fato, a mais importante. A abordagem alemã era analisar cuidadosamente sua própria situação e a do inimigo antes de decidir sobre o foco de esforço e o desenvolvimento da ação. Reconhecimentos terrestres e aéreos eram fundamentais no ganho de precisão e confiabilidade acerca do real posicionamento e distribuição do inimigo.

### Terreno

O terreno era outro fator de planejamento importante. Ao selecioná-lo para o foco de esforço, os alemães acreditavam que as posições mais valiosas neste eram aquelas que permitiam o controle sobre as posições inimigas por uma vasta área e que pudessem exercer um efeito imediato sobre partes adjacentes das forças inimigas.<sup>18</sup> Outras importantes considerações sobre o terreno eram o número de linhas de comunicação ou vias de acesso que uma área possuía e se o local podia ser alcançado por meio de rotas cobertas ou camufladas.

No entanto, pode-se dizer que a facilidade de manobra dificilmente era considerada um fator decisivo na seleção do foco de esforço. Os alemães sempre conseguiam equilibrar as desvantagens do uso de poucas e desfavoráveis vias de acesso, com as vantagens de se obter o fator surpresa nas operações.<sup>19</sup> De fato, ao planejar a invasão da França em 1940, os alemães optaram pelo elemento surpresa nas Ardenas, em vez da facilidade de movimentação e de concentração na Bélgica e na Holanda.

Também pesavam profundamente na seleção dos locais para a concentração do esforço a possibilidade de se empregar aviação de ataque, forças mecanizadas em massa e a artilharia em um papel decisivo.

### Desmembrando o *schwerpunkt*

A extensão lateral da concentração do esforço era denominada *schwerpunktabschnitt* e era expressa em quilômetros. *Schwerpunkttraum* era, por sua vez, a zona de ação, estendendo-se em profundidade para trás das linhas de frente, ou seja, zona de retaguarda. Esta havia de ser profunda o suficiente para permitir constantes reforços das forças de vanguarda, uma vez que a penetração fosse conquistada. Os alemães enfatizavam que a superioridade local na concentração do esforço seria criada pela seleção de estreitas faixas de combate, *Gefechtsstreifen*, e, em seguida, pelo desencadeamento de ataques em profundidade por dentro delas.<sup>20</sup>

### O *Schwerpunkt* em ataque

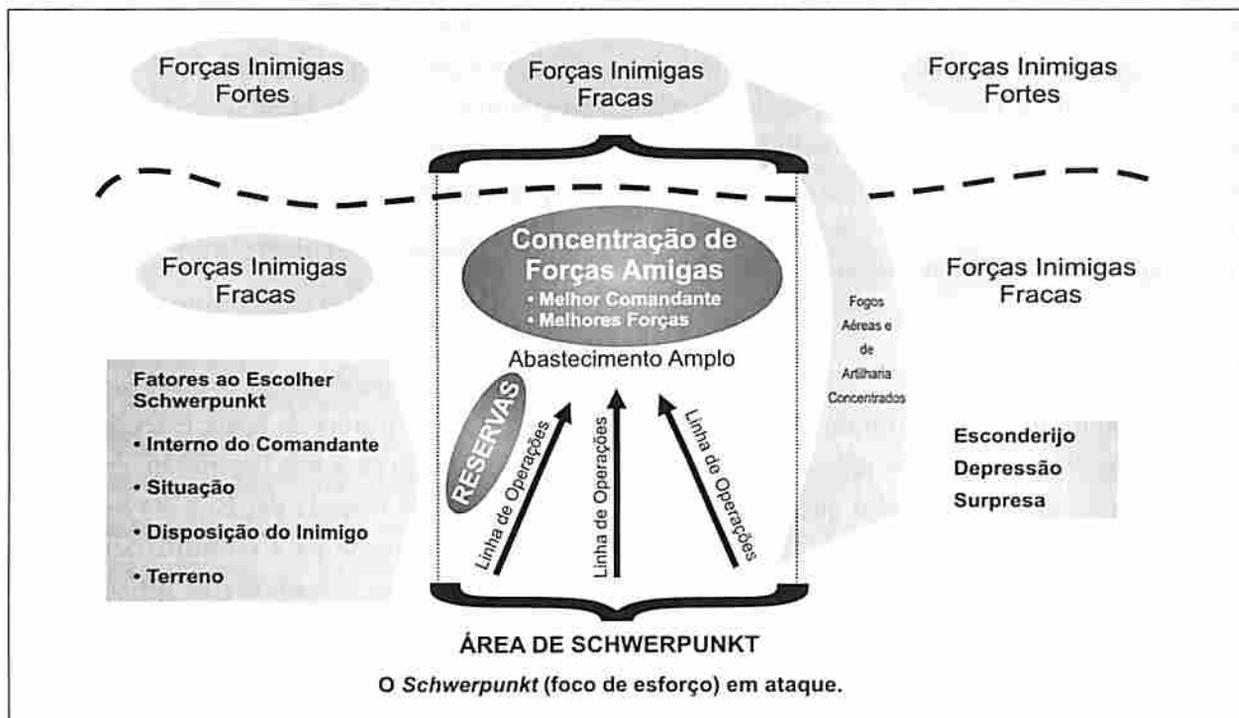
Ao planejar um ataque, os alemães priorizavam a concentração do esforço onde eles acreditassem que o inimigo tivesse suas forças mais fracas, fossem estas em número ou em qualidade. Uma preocupação constante era o perigo de que o inimigo deduzisse as intenções alemãs por meio da reunião de suas forças em locais específicos e, conseqüentemente, tomasse suas contramedidas.

Por essa razão, os alemães enfatizavam que os pré-requisitos para o sucesso estavam em agir

<sup>18</sup> "Mittel und Wege der Schwerpunktbildung". *Militaer-Wochenblatt*, n. 6, p. 207, ago. 1931.p. 208.

<sup>19</sup> PALMER, Peter J. *Operational Main Effort and Campaign Planning*. Fort Leavenworth: School of Advanced Military Studies, U.S. Army Command and General Staff College, 1991. p. 18.

<sup>20</sup> Ibid.



sem aviso e mover suas forças rápida e repentinamente, ao mesmo tempo preservando o sigilo e enganando o defensor.<sup>21</sup> O plano alemão para a operação Amarela, a invasão da França, em maio de 1940, foi um modelo de planejamento empregando-se o *schwerpunkt*. Posicionou corretamente a concentração do esforço no Rio Meuse, entre Sedan e Dinant, um setor crucialmente importante, mas defendido por apenas sete divisões francesas, majoritariamente de segunda categoria.<sup>22</sup>

No planejamento de ataque, os alemães também tentavam determinar os limites entre duas frentes inimigas adjacentes, para então

posicionar a concentração do esforço naquele setor específico da frente de combate. Por exemplo, no final de dezembro de 1944, na Operação *Wacht am Rhein*, Vigília no Reno, a qual ficou conhecida pelos aliados como a Batalha do Bolsão, “Batalha das Ardenas”, os alemães selecionaram seu *schwerpunkt* no setor, contendo os limites entre os Exércitos britânico e norte-americano.<sup>23</sup> A concentração do esforço da operação inteira estava entre Monschau e Echternach, selecionada prioritariamente porque aquela área era fracamente ocupada por tropas aliadas quando comparada a outros setores. Os comandantes alemães acreditaram estar com-

<sup>21</sup> “Schwerpunkt.” HDv 100/900 VS-NfD, Sch-SEA; “Schwerpunkt,” ed. Hermann Franke. *Handbuch der neuzeitlichen Wehrwissenschaften 1, Wehrpolitik und Kriegführung*. Berlin, Leipzig: Walter de Gruyter, 1936, p. 212–13.

<sup>22</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munique: R. Oldenbourg Verlag, 1995, p. 106; GREGORY, Charles R. *Operational Reserves—Renewing the Offensive Spirit*. Fort Leavenworth, KS: School of Advanced Military Studies, Centro de Ensino de Comando e Estado-Maior dos EUA, 1988, p. 16.

<sup>23</sup> VOGGENREITER, Martin. “Fruehjahrsoffensive 1918 und Ardennenoffensive 1944,” *Wehrwissenschaftliche Rundschau*, 1964, p. 746–47.

batendo o I Corpo de Exército dos EUA, com oito divisões de infantarias e três divisões blindadas. Na realidade, apenas cinco divisões dos EUA e parte de uma divisão blindada, totalizando 83 mil homens e 400 blindados foram posicionadas ao longo das 62 milhas de extensão do setor de Monschau-Echternach.<sup>24</sup>

### O Schwerpunkt na defesa

Na defesa, os alemães estipulavam que o foco de esforço deveria ser designado como uma oposição ao foco de esforço inimigo. Em outras palavras, o posicionamento inimigo e a intenção do comandante determinavam a posição a ser defendida.<sup>25</sup> Ao conduzir uma ação retardadora, os alemães tentavam realizar a concentração do esforço em uma área que forçasse o atacante a canalizar suas forças para uma faixa do terreno estreita, profunda e cheia de obstáculos.<sup>26</sup>

### O schwerpunkt dentro do schwerpunkt

Em uma campanha, os alemães determinavam a concentração do esforço em cada nível de comando, desde o escalão do exército até o das forças táticas. Conseqüentemente, havia diversos schwerpunkts dentro da concentração do esforço do exército, da divisão ou do

batalhão. Por exemplo, entre os três grupos de forças empregadas na Operação Amarela, o esforço ficou a cargo do Grupo de Exércitos A, do General Gerd Von Rundstedt — 4º, 12º e 16º Exércitos e Grupo Panzer Von Kleist —, posicionados ao longo de 100 milhas (161km) da linha de frente, por trás de Namur e Longwy. Dentro desse grupo de exércitos, uma concentração do esforço subordinado era o Grupo Von Kleist — XXXI Corpo Panzer, XIX Corpo Panzer e XVI Corpo Motorizado. Essa força possuía 5 das 10 divisões panzer alemãs então disponíveis, 2 outras divisões panzer estavam alocadas ao 4º Exército, e foi então posicionada por trás de uma faixa de 50 milhas dos rios Meuse e Chiers, em três localidades.<sup>27</sup> A concentração do esforço para o XIX Corpo, do General Heinz Guderian, 3 divisões panzer, com 60 mil homens e 22 mil veículos, era o setor de 6,2 milhas (10km) de largura entre o Canal de Ardenas e Noyers-Pont Maugis. Guderian, por sua vez, selecionou um setor de 3,1 milhas (5km) de largura entre Donchery e Vadencourt para o esforço de sua 1ª Divisão Panzer.<sup>28</sup> A seleção de cada schwerpunkt era determinada com base em um completo e preciso reconhecimento do terreno e das forças inimigas posicionadas na área. Ao fazer tais determinações, os comandantes não apenas

<sup>24</sup> FOERSTER, Roland G. "The Ardennes Offensive in 1944: Politico-strategic Consideration and Operational Planning on the German Side," em *Militaergeschichtliche Forschungsamt*, ed., *Development, Planning and Realization of Operational Conceptions in World Wars I and II*, p. 85; PARKER, Danny S., ed., *The Battle of the Bulge: The German View. Perspectives from Hitler's High Command*. Londres: Greenhill Books, 1994. p. 39.

<sup>25</sup> "Mittel und Wege der Schwerpunktbildung". *Militaer-Wochenblatt*, n. 6, ago. 1931. p. 207; KESSELRING, Albert. *Kurzvorschrift fuer Fuehrung und Kampf in den Niederen Einheiten*, 1 de outubro de 1950, MS # P-060b, ZA/1, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 21.

<sup>26</sup> HILLER, W. *Vergleich und Bewertung der in der HDv 100/100 (TF/G) und in der Anweisung fuer Fuehrung und Einsatz 700/108 dargestellten Fuehrungsgrundsaeetze*. Hamburg: Fuehrungsakademie der Bundeswehr, 1985. p. 15.

<sup>27</sup> GREGORY, Charles R. *Operational Reserves—Renewing the Offensive Spirit*. Forte Leavenworth, KS: School of Advanced Military Studies, Centro de Ensino de Comando e Estado-Maior dos EUA, 1988. p. 14.

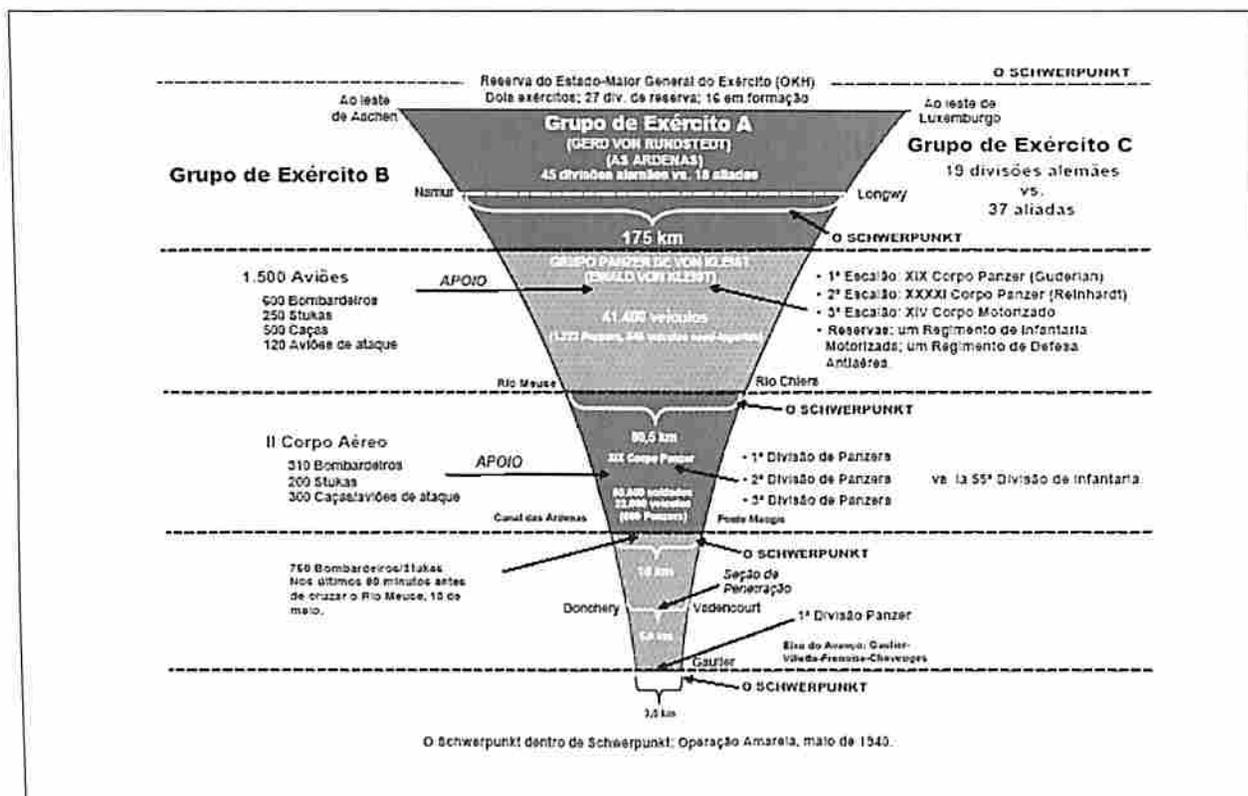
<sup>28</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 191.

precisavam estudar os mapas da área, mas também eram levados a realizar, eles próprios, um reconhecimento de terreno, bem como a serem informados dos resultados das patrulhas naquela área. Era considerado um erro significativo, e particularmente desonroso, quando as forças eram posicionadas erroneamente, porque um comandante não possuía informações suficientes acerca da ordem de batalha do inimigo no terreno.<sup>29</sup>

### A distribuição de forças de acordo com o schwerpunkt

Assim como atesta a história, os alemães normalmente selecionavam a concentração do esforço apropriado e designavam forças sufici-

entes para aquela tarefa. No entanto, em outros casos, as forças necessárias não estavam disponíveis ou o alto comando havia tomado uma decisão errônea na distribuição de suas forças de apoio ao schwerpunkt. Por exemplo, em seu famoso memorando sobre uma possível guerra contra a França, em 1905, Schlieffen possivelmente tinha adequadamente distribuído as forças alemãs entre duas alas, apesar de agora podermos apenas conjecturar a respeito. Ele aparentemente desejava que o flanco direito fosse tão forte quanto possível, enquanto permaneceria na defensiva na Alsácia-Lorena. Schlieffen, portanto, previa uma força de 23 corpos-de-exército, 12,5 corpos de reserva e 8 divisões de cavalaria avançando rumo ao nordeste francês



<sup>29</sup> "Mittel und Wege der Schwerpunktbildung," op. cit., p. 208.

através da Bélgica. O pivô da manobra deveria estar situado na área de Mmetz-Diedenhofen, Thionville. No flanco esquerdo, o plano de Schlieffen requeria o posicionamento de apenas 3,5 do exército, 1 corpo de reserva e 3 divisões de cavalaria.<sup>30</sup> Um total de 54 divisões deveriam ser posicionadas entre Metz e Achen, deixando apenas 8 divisões na área da Alsácia-Lorena, ou seja, uma proporção de 7 para 1 entre as alas direita e esquerda do Exército alemão. O sucessor de Schlieffen, General Helmuth Von Moltke Jr., possuía 8 divisões novas disponíveis para posicionamento e, em uma infração ao conceito de *schwerpunkt*, alocou todas elas para a ala esquerda. Isso alterou a proporção de forças entre as duas alas, estabelecendo 3 para 1 e, ao fazê-lo, provavelmente condenou o avanço alemão no norte da França.<sup>31</sup> Em consequência, aquilo que os alemães muito temiam — uma guerra de atrito em duas frentes — veio a ocorrer.

Antes que a Segunda Guerra Mundial e a invasão da França e Benelux pela Alemanha ocorressem, o Estado-Maior do Exército alemão divulgou seu esquema de manobra com o posicionamento de suas forças, em 19 de outubro de 1939, alocando 37 divisões ao Grupo de Exército B, em contraste com as 26 divisões alocadas ao Grupo de Exército A. Essa decisão também foi errônea, uma vez que os aliados haviam posicionado o maior número de

suas divisões no nordeste, no setor do Grupo de Exército B. Ignorando os pressupostos do *schwerpunkt*, O Estado-Maior havia escolhido atacar onde o inimigo era mais forte, em vez do mais fraco. No entanto, os alemães corrigiram seu erro, antes da invasão, por meio da alteração da concentração do esforço de toda a campanha, do Grupo de Exército B para o Grupo de Exército A, no centro, posicionando 45 divisões na fronteira com Luxemburgo, onde os aliados possuíam apenas 18.<sup>32</sup> Imediatamente ao sul, na vizinha Ardenas, os belgas haviam posicionado apenas duas fracas divisões. Na área do esforço do Grupo Panzer Von Kleist, do Grupo de Exércitos A, os franceses haviam posicionado as 9ª e 2ª Divisões.<sup>33</sup> Os franceses apressadamente posicionaram quatro divisões e duas brigadas de cavalaria no combate para enfrentar, em 10 de maio, os panzer de Von Kleist que avançavam. Foram posicionadas 37 divisões completas, incluindo uma divisão polonesa, por trás da Linha Maginot, onde elas enfrentaram apenas 19 divisões do Grupo de Exércitos C alemão.<sup>34</sup> O resto é história: o Grupo de Exército A prontamente penetrou as forças aliadas no centro, flanqueando a Linha Maginot e isolando a ampla força aliada no norte em um bolsão. Ao utilizar corretamente o *schwerpunkt*, os alemães conquistaram a França de forma impressionante, em apenas 45 dias.

<sup>30</sup> BERNHARDI, Friedrich von. *Deutschlands Heldenkampf 1914–1918*. Munique: Ed. J. F. Lehmanns Verlag, 1922. p. 98.

<sup>31</sup> ROTH, Guenter. "Operatives Denken bei Schlieffen und Manstein," em OTTMER, Hans-Martin; OSTERTAG, Heiger. *Ausgewählte Operationen und ihre militärhistorischen Grundlagen, Operatives Denken und Handeln in deutschen Streitkräften*, publicado sob os cuidados de Militärgeschichtlichen Forschungsamt (MGFA). Bonn/Herford: Verlag E.S. Mittler & Sohn, 1993. p. 284.

<sup>32</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 105–06.

<sup>33</sup> O Grupo Panzer Von Kleist era capaz de conduzir operações independentes terra-ar de grande escala; conseqüentemente, em termos de capacidade, equivalia a um Grupo de Exércitos.

<sup>34</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 106.

### Concentração do esforço

Na teoria e na prática alemãs, cada comandante era responsável por concentrar suas forças no esforço, *schwerpunktbildung*, de modo ordenado.<sup>35</sup> Isso era talvez um dos elementos mais críticos para o sucesso de toda uma campanha ou operação de grande escala. Entre outras coisas, suas forças deveriam estar escalonadas em profundidade na área do esforço. Conseqüentemente, a extensão do esforço deveria ser relativamente curta. A área de concentração selecionada deveria permitir o fogo concentrado de várias armas, amplo suprimento de munições e forte apoio aéreo. Outra necessidade era a criação de reservas suficientes na área do esforço para empregá-las no decorrer das operações de combate.<sup>36</sup> Ao concentrar suas forças contra os pontos fracos do inimigo, os alemães eram cuidadosos para garantir que as condições fossem favoráveis a uma rápida e completa penetração. Cada comandante era responsável por trazer suas forças à área de ataque de modo ordenado, para então posicioná-las em profundidade ao longo de uma frente de batalha estreita, de modo a permitir a máxima concentração de tropas no ponto mais fraco do inimigo. Durante a operação, a surpresa também era importante. Utilizando-se da velocidade, mobilidade, terreno e cobertura da noite, esperava-se que os comandantes manobras-

sem suas unidades para suas posições de assalto sem alertar o inimigo sobre o iminente ataque e, conseqüentemente, o privasse da oportunidade de reforçar a área-alvo do *schwerpunkt*, garantindo assim que todas as variáveis e riscos permanecessem a favor dos alemães.<sup>37</sup>

### Liderança das melhores unidades

Era também importante que o comando da operação, sempre que possível, dispusesse de seus melhores comandantes e tropas para o esforço. No entanto, os alemães perceberam que nem sempre as melhores tropas estavam disponíveis ou, mesmo se estivessem, outras considerações poderiam privá-los de seu emprego. As melhores unidades poderiam estar posicionadas longe demais da área selecionada para chegar a tempo de participar do ataque ou poderiam estar decisivamente engajadas em combate em outras frentes. Em alguns casos, poderia abalar o moral da tropa se um comandante da operação desse clara preferência a uma das unidades sob seu comando.<sup>38</sup> Na prática, o *schwerpunkt* precisava ser flexível.

### Prioridade de apoio de fogo e de meios de comunicações

Para garantir o sucesso inicial e facilitar o avanço das tropas, uma vez que o esforço estava

<sup>35</sup> "Schwerpunkt," HDv 100/900 VS-NfD, p. 649.

<sup>36</sup> KESSELRING, Albert. *Kurzvorschrift fuer Fuehrung und Kampf in den Niederen Einheiten*, 1 de outubro de 1950, MS # P-060b, ZA/1, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 21.

<sup>37</sup> HANISCH, N. *Untersuchen Sie die operativen Ideen Manstein hinsichtlich Schwerpunktbildung, Ueberraschung, Initiative und Handlungsfreiheit an den Beispielen Westfeldzug 1940 (Sichelschnitt-Plan) und Operation Zitadelle*. Hamburg: Fuehrungsakademie der Bundeswehr, 1988. p. 2.

<sup>38</sup> "Mittel und Wege der Schwerpunktbildung". *Militaer-Wochenblatt*, n. 6, ago. 1931. p. 207; KESSELRING, Albert. *Kurzvorschrift fuer Fuehrung und Kampf in den Niederen Einheiten*, 1 de outubro de 1950, MS # P-060b, ZA/1, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 209.

em andamento, os alemães tomavam todos os cuidados em prover fogo de artilharia, maciço apoio aéreo e prioridade de comunicações, via rádio, necessárias ao seu êxito. Em virtude da já esperada alta taxa de consumo, os comandantes precisavam providenciar a coordenação necessária para garantir estoques extras de munição. Alguns teóricos alemães, no entanto, acreditavam que era um erro concentrar muita artilharia no setor do esforço, uma vez que o inimigo poderia concluir sobre o dispositivo de ataque e, desse modo, ser capaz de antecipadamente preparar suas defesas de modo coordenado.<sup>39</sup>

### Terreno favorável

Um dos mais importantes fatores para uma concentração bem-sucedida para o esforço era o terreno. Como indicado anteriormente, caso os planejadores tivessem realizado seu trabalho corretamente e se a situação assim o permitisse, o terreno selecionado ofereceria um número de vias de acesso ou linhas de comunicação que levavam às Zonas de Reunião (Z Reu). Uma área com muitas rodovias e estradas de ferro transversais e longitudinais era especialmente desejável, pois permitia maior flexibilidade na movimentação das forças rumo às Z Reu.

Um número maior de vias de acesso podia também significar maior rapidez na concentração e exploração de uma penetração. Na prática, é claro, tais condições em um “ponto-chave” não estavam sempre disponíveis. Na campanha de maio de 1940, o Grupo Panzer Von Kleist, a principal força alemã destacada para romper as defesas belgas e francesas nas

Ardenas, precisava mover-se da fronteira alemã para o Rio Meuse, a uma distância de cerca de 105 milhas (169km). As colunas Kleist foram forçadas a se deslocar através de estreitas e sinuosas estradas por 31 milhas (50km) em Luxemburgo, 62 milhas (100km) na Bélgica e de 6,2 a 12,4 milhas (10 a 20km) em território francês, até alcançarem o Rio Meuse. Os alemães planejavam chegar ao Meuse em três dias, para cruzá-lo no dia seguinte. A extensão teórica das colunas Kleist — compostas de 41.140 veículos, incluindo 1.222 carros-de-combate e 545 veículos de meia-lagarta — era de 960 milhas (1.545km). No entanto, o Grupo de Exército alocou às forças Kleist apenas quatro estradas, totalizando uma extensão de cerca de 250 milhas (402km), negando-lhe um pedido para que se usasse ao menos mais uma estrada.<sup>40</sup> A respeito da baixa condição de trafegabilidade, o Grupo Panzer Von Kleist alcançou seus objetivos.

### O emprego de reservas

O principal recurso para influenciar no curso de um combate em um *schwerpunkt* era o emprego de reservas. Em um ataque, a reserva podia ser utilizada para alterar o esforço ou para proteger os flancos e retaguarda.<sup>41</sup> Em uma campanha ou operação de grande escala, uma reserva operacional podia ser utilizada para fortalecer o ataque ou a defesa de um setor de esforço principal durante o momento mais decisivo, para desencorajar ou rechaçar contra-ataques inimigos, ou para cobrir outras possíveis contingências.<sup>42</sup> Normalmente, as reservas eram

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>40</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 128.

<sup>41</sup> HILLER, p.17.

<sup>42</sup> BERNHARDI, Friedrich von. *On War of To-Day*. Vol. II: *Combat and Conduct of War*, trans. Karl von Donat, 2 volumes. (Nova Iorque: Dodd, Mead & Company, 1914), p. 288.

posicionadas na retaguarda do setor selecionado como foco de esforço.<sup>43</sup>

### Surpresa

O princípio teórico da concentração no esforço era intimamente relacionado ao princípio da surpresa. Os alemães invariavelmente tentavam surpreender o inimigo por meio da manutenção de estrito sigilo em relação a seus planos e movimento de suas forças, particularmente no foco de esforços. Na invasão da França, em 1940, e da URSS, em junho de 1941, e na contra-ofensiva de Manstein no sul da Rússia, em março de 1943, forças panzer e motorizadas foram inicialmente mantidas afastadas, na retaguarda da área do objetivo. O relativo sigilo de sua presença, somado à crença inimiga de que tais forças não pudessem se mover rapidamente para a área de ataque, contribuíram consideravelmente para o sucesso daquelas operações.<sup>44</sup>

Os alemães invariavelmente planejavam diversas medidas operacionais de simulação e dissimulação antes do início de uma campanha ou operação de grande escala. Em 1940, eles prepararam e executaram elaborados planos para confundir os aliados acerca da localização de seu esforço. Nos três primeiros dias da invasão, usaram a maior parte dos bombardeiros da Luftwaffe, bem como os temidos bombardeiros Stuka na área do Grupo de Exército B, conduzindo longos ataques contra alvos no Norte da Bélgica, Holanda e no interior da França. Os poucos meios da Luftwaffe, nas Ardenas, fo-

ram em sua maioria empregados contra a aviação aliada de reconhecimento.

Os alemães também se utilizaram de forma muito efetiva da propaganda para confundir seus objetivos operacionais. Os sucessos do Grupo de Exército B foram amplamente divulgados, enquanto as atividades das forças alemãs ao redor de Sedan quase não eram mencionadas pela imprensa alemã. Ironicamente, isso, na realidade, causou um efeito adverso no moral das tropas da área de Sedan, uma vez que seus feitos não eram publicamente reconhecidos.<sup>45</sup>

As forças aerotransportadas alemãs também desempenharam um importante papel em dissimular os aliados, em maio de 1940. Taticamente, seus ataques no Norte da Bélgica e na Holanda apoiavam as manobras do Grupo de Exército B, porém, estrategicamente, aquelas ações eram orientadas para que os aliados acreditassem que o esforço alemão estava no norte e não no centro. De fato, as ações espetaculares dos pára-quedistas alemães contra a fortaleza de Eben Emael causaram um efeito hipnótico no topo da cadeia de comando militar dos aliados, que passou a se concentrar exclusivamente naquilo que estava ocorrendo no nordeste. Essa fixação, somada ao emprego da Luftwaffe com fins ilusórios no norte, levou os aliados a adotarem a fatal decisão de mover suas melhores tropas rumo à Bélgica, mesmo quando as forças panzer e motorizadas alemãs emergiram pelas Ardenas rumo ao Rio Meuse. Quando os comandantes aliados per-

<sup>43</sup> LEGGEMANN, Christian. *Die taktisch/operativen Ideen Mansteins hinsichtlich Weight of effort/bildung, Ueberraschung, Initiative und Handlungsfreiheit*. Hamburg: Fuehrungsakademie der Bundeswehr, 1989. p. 3.

<sup>44</sup> WILLEMER, Wilhelm. *Camouflage, ZA/1 2096 P-130*, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 196.

<sup>45</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 103-04.

ceberam qual era o verdadeiro esforço alemão, era tarde demais.<sup>46</sup>

Os alemães também tomaram medidas para convencer os aliados de que a invasão pendente reprisaria o plano de Schlieffen de 1914. Nos meses que precederam o ataque real, o almirante Wilhelm Canaris, comandante da *Abwehr* — uma organização de inteligência alemã — enviou muitos de seus agentes de inteligência a países neutros, bem como a várias outras partes do Mundo, em visitas a adidos e empresas amigas, com o objetivo de espalhar rumores de que o antigo plano de Schlieffen estava para ser utilizado novamente em 1940. Essas manobras de contra-inteligência foram muito bem-sucedidas.<sup>47</sup>

### Mudança no esforço

Teóricos alemães compreenderam que alterações em uma situação iria requerer variações ou mudanças no esforço, *schwerpunktverlegung* ou *schwerpunktverlagerung*.<sup>48</sup> Eles estipularam, no entanto, que o enfraquecimento do esforço em favor de alguma outra porção enfraquecida da frente de batalha seria feito apenas em casos extremos. O ponto-chave, acima de tudo, era a manutenção da iniciativa e da impulsão de ataque do *schwerpunkt*. Ao planejar sua ofensiva ocidental, os alemães estabeleceram quatro diretrizes para o posicionamento operacional de suas tropas. Como já vimos, a primeira variante do plano, divulgada em 19 de outubro de 1939, designava o esforço para o

Grupo de Exércitos B, ao norte. Em uma nova diretriz datada de 29 de outubro, isso foi alterado para duas direções de esforço: Grupos de Exército A e B. A terceira versão, divulgada em 30 de janeiro de 1940, possuía três direções de esforço: duas em setores do Grupo de Exércitos B e um em um setor do Grupo de Exércitos A. Três semanas depois, os alemães fizeram sua alteração final, mudando o esforço para o Grupo de Exércitos A, no centro. Dentro dessa última alteração, os alemães também mudaram o tamanho da força e a composição de seus três grupos de exércitos. A alocação, no terceiro plano, de 37 divisões para o Grupo de Exércitos B e de 26 para o Grupo A, mudou para 29 no Grupo B e 45 para o Grupo A. Ainda mais importante: os alemães alocaram 7 de suas 10 divisões panzer para o Grupo de Exércitos A. Resultado: em 10 de maio, a proporção das forças no norte, no setor do Grupo de Exércitos B, era de 60 para 29 divisões em favor dos aliados, enquanto na porção centro-sul da frente de batalha, no setor que ia de Namur a Longwy, na fronteira com Luxemburgo, onde estava concentrado o Grupo de Exércitos A, a proporção era de 45 divisões alemãs para 18 aliadas.<sup>49</sup> Um desenrolar inesperadamente favorável da situação durante o combate poderia — ou mesmo deveria — incentivar uma alteração do esforço. O mais eficiente meio para mudar o esforço era por intermédio da mudança da prioridade de fogos da artilharia e de outras armas pesadas, além do posicionamento da reserva de cada

<sup>46</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 104–05.

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> “Schwerpunkt,” HDv 100/900 VS-NfD, p. Sch-SEA; outros termos correlacionados incluem “área do peso de esforço” (*Schwerpunktraum*), “peso de esforço em ataque” (*Schwerpunkt des Angriffs*), etc.; Huerth, *US-NfD. Militarisches Studienglossary Englisch*, vol. 2/3. Bonn: Bundessprachenamt, p. 1060; “Schwerpunkt,” em FRANKE, p. 649.

posicionadas na retaguarda do setor selecionado como foco de esforço.<sup>43</sup>

### Surpresa

O princípio teórico da concentração no esforço era intimamente relacionado ao princípio da surpresa. Os alemães invariavelmente tentavam surpreender o inimigo por meio da manutenção de estrito sigilo em relação a seus planos e movimento de suas forças, particularmente no foco de esforços. Na invasão da França, em 1940, e da URSS, em junho de 1941, e na contra-ofensiva de Manstein no sul da Rússia, em março de 1943, forças panzer e motorizadas foram inicialmente mantidas afastadas, na retaguarda da área do objetivo. O relativo sigilo de sua presença, somado à crença inimiga de que tais forças não pudessem se mover rapidamente para a área de ataque, contribuíram consideravelmente para o sucesso daquelas operações.<sup>44</sup>

Os alemães invariavelmente planejavam diversas medidas operacionais de simulação e dissimulação antes do início de uma campanha ou operação de grande escala. Em 1940, eles prepararam e executaram elaborados planos para confundir os aliados acerca da localização de seu esforço. Nos três primeiros dias da invasão, usaram a maior parte dos bombardeiros da Luftwaffe, bem como os temidos bombardeiros Stuka na área do Grupo de Exército B, conduzindo longos ataques contra alvos no Norte da Bélgica, Holanda e no interior da França. Os poucos meios da Luftwaffe, nas Ardenas, fo-

ram em sua maioria empregados contra a aviação aliada de reconhecimento.

Os alemães também se utilizaram de forma muito efetiva da propaganda para confundir seus objetivos operacionais. Os sucessos do Grupo de Exército B foram amplamente divulgados, enquanto as atividades das forças alemãs ao redor de Sedan quase não eram mencionadas pela imprensa alemã. Ironicamente, isso, na realidade, causou um efeito adverso no moral das tropas da área de Sedan, uma vez que seus feitos não eram publicamente reconhecidos.<sup>45</sup>

As forças aerotransportadas alemãs também desempenharam um importante papel em dissimular os aliados, em maio de 1940. Taticamente, seus ataques no Norte da Bélgica e na Holanda apoiavam as manobras do Grupo de Exército B, porém, estrategicamente, aquelas ações eram orientadas para que os aliados acreditassem que o esforço alemão estava no norte e não no centro. De fato, as ações espetaculares dos pára-quedistas alemães contra a fortaleza de Eben Emael causaram um efeito hipnótico no topo da cadeia de comando militar dos aliados, que passou a se concentrar exclusivamente naquilo que estava ocorrendo no nordeste. Essa fixação, somada ao emprego da Luftwaffe com fins ilusórios no norte, levou os aliados a adotarem a fatal decisão de mover suas melhores tropas rumo à Bélgica, mesmo quando as forças panzer e motorizadas alemãs emergiram pelas Ardenas rumo ao Rio Meuse. Quando os comandantes aliados per-

<sup>43</sup> LEGGEMANN, Christian. *Die taktisch/operativen Ideen Mansteins hinsichtlich Weight of effortbildung, Ueberraschung, Initiative und Handlungsfreiheit*. Hamburg: Fuehrungsakademie der Bundeswehr, 1989. p. 3.

<sup>44</sup> WILLEMER, Wilhelm. *Camouflage*. ZA/1 2096 P-130, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 196.

<sup>45</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 103-04.

ceberam qual era o verdadeiro esforço alemão, era tarde demais.<sup>46</sup>

Os alemães também tomaram medidas para convencer os aliados de que a invasão pendente reprisaria o plano de Schlieffen de 1914. Nos meses que precederam o ataque real, o almirante Wilhelm Canaris, comandante da *Abwehr* — uma organização de inteligência alemã — enviou muitos de seus agentes de inteligência a países neutros, bem como a várias outras partes do Mundo, em visitas a adidos e empresas amigas, com o objetivo de espalhar rumores de que o antigo plano de Schlieffen estava para ser utilizado novamente em 1940. Essas manobras de contra-inteligência foram muito bem-sucedidas.<sup>47</sup>

### Mudança no esforço

Teóricos alemães compreenderam que alterações em uma situação iria requerer variações ou mudanças no esforço, *schwerpunktverlegung* ou *schwerpunktverlagerung*.<sup>48</sup> Eles estipularam, no entanto, que o enfraquecimento do esforço em favor de alguma outra porção enfraquecida da frente de batalha seria feito apenas em casos extremos. O ponto-chave, acima de tudo, era a manutenção da iniciativa e da impulsão de ataque do *schwerpunkt*. Ao planejar sua ofensiva ocidental, os alemães estabeleceram quatro diretrizes para o posicionamento operacional de suas tropas. Como já vimos, a primeira variante do plano, divulgada em 19 de outubro de 1939, designava o esforço para o

Grupo de Exércitos B, ao norte. Em uma nova diretriz datada de 29 de outubro, isso foi alterado para duas direções de esforço: Grupos de Exército A e B. A terceira versão, divulgada em 30 de janeiro de 1940, possuía três direções de esforço: duas em setores do Grupo de Exércitos B e um em um setor do Grupo de Exércitos A. Três semanas depois, os alemães fizeram sua alteração final, mudando o esforço para o Grupo de Exércitos A, no centro. Dentro dessa última alteração, os alemães também mudaram o tamanho da força e a composição de seus três grupos de exércitos. A alocação, no terceiro plano, de 37 divisões para o Grupo de Exércitos B e de 26 para o Grupo A, mudou para 29 no Grupo B e 45 para o Grupo A. Ainda mais importante: os alemães alocaram 7 de suas 10 divisões panzer para o Grupo de Exércitos A. Resultado: em 10 de maio, a proporção das forças no norte, no setor do Grupo de Exércitos B, era de 60 para 29 divisões em favor dos aliados, enquanto na porção centro-sul da frente de batalha, no setor que ia de Namur a Longwy, na fronteira com Luxemburgo, onde estava concentrado o Grupo de Exércitos A, a proporção era de 45 divisões alemãs para 18 aliadas.<sup>49</sup> Um desenrolar inesperadamente favorável da situação durante o combate poderia — ou mesmo deveria — incentivar uma alteração do esforço. O mais eficiente meio para mudar o esforço era por intermédio da mudança da prioridade de fogos da artilharia e de outras armas pesadas, além do posicionamento da reserva de cada

<sup>46</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p. 104–05.

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> “Schwerpunkt,” HDv 100/900 VS-NfD, p. Sch-SEA; outros termos correlacionados incluem “área do peso de esforço” (*Schwerpunktraum*), “peso de esforço em ataque” (*Schwerpunkt des Angriffs*), etc.; Huerth, *US-NfD. Militarisches Studienglossary Englisch*, vol. 2/3. Bonn: Bundessprachenamt, p. 1060; “Schwerpunkt,” em FRANKE, p. 649.

escalão considerado.<sup>50</sup> Era parte integrante da arte de comandar, o rápido reconhecimento e a exploração dos pontos fracos do inimigo, para que então se pudesse alterar o esforço para locais onde as concentrações dos fogos de artilharia pudessem exercer um efeito mais imediato, ao mesmo tempo em que também redirecionavam-se as reservas.<sup>51</sup>

Os alemães exibiram tal arte em 1940, quando alteraram o esforço de sua Luftwaffe, da parte norte da Bélgica para o setor de Sedan. O total de 1.500 aeronaves, incluindo 600 bombardeiros e 250 Stukas, foi alocado para apoiar o ataque principal do Grupo de Exércitos A, o Grupo Panzer Von Kleist. Em apoio ao XIX Corpo Panzer Von Kleist, 310 bombardeiros, 200 Stukas e 300 aeronaves de combate do II Corpo Aéreo conduziram ataques em “barragem rolante” antes e durante a travessia do Rio Meuse. Seu esforço foi sobre setores de 2,5 milhas (4km) ao norte e ao sul de Sedan. Em uma demonstração de poderio aéreo até então sem precedentes, cerca de 750 bombardeiros e Stukas atacaram as posições francesas em Sedan, durante os 90 minutos que precederam a travessia do Rio Meuse, em 13 de maio.<sup>52</sup>

### Conclusão

Apesar de manter alguma semelhança com aquilo que o Exército dos EUA genericamente denomina de setor de esforço principal e ponto de ataque principal (defesa), o conceito alemão de schwerpunkt ou direção do esforço é, na realidade, muito mais sofisticado. Ele difere significativamente do conceito de centro de

gravidade (CG). Ambos, a direção de esforço e o centro de gravidade, possuem vantagens e desvantagens, porém, talvez a maior vantagem do schwerpunkt é que este não requer o absoluto conhecimento da situação inimiga para ser bem-sucedido. Em contraste com o conceito de centro de gravidade, o schwerpunkt visa principalmente o emprego de sua força de combate nos níveis tático e operacional da guerra. No nível estratégico, a direção de esforço é aplicada apenas em relação à distribuição geral das forças entre vários teatros de operações.

Existem alguns aspectos negativos na utilização do schwerpunkt. O conceito é inadequado para a análise e aplicação de fontes não militares de Poder Nacional para a conquista de objetivos estratégicos no teatro de operações. Também, assim como os exemplos históricos mencionados podem sugerir, a direção de esforço é um conceito provavelmente mais adequado ao ataque do que à defesa. Ainda assim, o schwerpunkt permanece como uma ferramenta muito útil no planejamento de uma campanha. Ele oferece não apenas uma alternativa útil ao “centro de gravidade”, no planejamento e execução de campanhas ou operações de grande escala, como também ele pode ser aplicado com sucesso em quaisquer formas de combate — em terra, mar ou ar. No final, cada método — schwerpunkt ou centro de gravidade — possui suas vantagens e desvantagens. É por essa razão que uma pessoa deveria dominar os fundamentos teóricos de ambos os conceitos, sendo assim, capaz de aplicá-los de acordo com suas preferências e experiência pessoal. ☺

<sup>50</sup> FRIESER, Karl-Heinz. *Blitzkrieg-Legende. 194 Der Westfeldzug 1940*. Munich: R. Oldenbourg Verlag, 1995. p 72–73.

<sup>51</sup> KESSELRING, Albert. *Kurzvorschrift fuer Fuehrung und Kampf in den Niederen Einheiten*, 1 de outubro de 1950, MS # P-060b, ZA/1, Studien der Historical Division Headquarters, United States Army Europe, Foreign Military Studies Branch, BA-MA, p. 21.

<sup>52</sup> “Mittel und Wege der Schwerpunktbildung,” p.210.

# Operações na MINUSTAH – Estudo de caso

Cláudio Tavares Casali

*“Manter a paz não é um trabalho para soldados, mas somente soldados podem fazê-lo.”*

Dag Hammarskjöld

## Introdução

No dia 15 de outubro de 2007, a Resolução nº 1.780, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), prorrogou por um ano o mandato da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Essa foi a 6ª renovação, após quatro, de seis meses e uma, de oito meses. Destaca-se que, nessa última resolução, 140 vagas do componente militar foram transferidas para o componente policial, como reflexo de

mais segurança no país, conseqüência do êxito das operações desencadeadas até o presente momento.

## Antecedentes da MINUSTAH

A presença militar estrangeira não é uma novidade no Haiti. Entre os anos de 1915 e 1934, no auge da política do *Big Stick*, os Estados Unidos da América (EUA) ocuparam militarmente o país, assumindo o controle da ordem pública e das finanças.

No princípio da década 1990, o país vivia em uma grande instabilidade política. O Presidente Jean-Bertrand Aristide fora deposto por um golpe de estado e exilado nos EUA. A Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas (ONU) e os norte-americanos impuseram sanções econômicas ao país para forçar os militares a permitirem a volta de Aristide ao poder.

Em 1993, um acordo permitiu o retorno do presidente exilado e a reforma das Forças Armadas. Junto com Aristide,



chegou a Missão das Nações Unidas no Haiti — MINUHA, de setembro de 1993 a junho de 1996 —, cujo objetivo era supervisionar a criação de uma polícia nacional. As Forças Armadas acabaram sendo extintas em 1995, e seus integrantes armados tornaram-se fortes opositores do Governo.

Depois da MINUHA, as Nações Unidas permaneceram no país por mais quatro anos em três missões sucessivas: Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti — MINUH, junho de 1996 a julho de 1997; Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti — MITNUH, de julho de 1997 a novembro de 1997, e Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti — MIPONUH, de novembro de 1997 a março de 2000. Simultaneamente a essas missões, estava desdobrada a Missão Internacional Civil no Haiti (MICIVIH) — uma força composta por Observadores da ONU e da OEA, com a missão de verificar o respeito aos direitos humanos e de acompanhar as instituições judiciárias e prisionais.

Em 2003, uma suspeita de fraudes na reeleição de Aristide levou a oposição a exigir sua renúncia. Sem acordo, eclodiu um conflito armado que assumiu o controle da Região Norte e espalhou-se para outras cidades. Paralelo aos problemas político marginais, expandiram seus domínios em Porto Príncipe, causando um grave comprometimento da ordem interna. Pressionado, o presidente deixou o poder e o país em 29 de fevereiro 2004.

Na mesma data, com a economia destruída por rebeliões internas e por corrupção governamental, assumiu a presidência o Sr. Boniface Alexandre. Também na mesma data, o Conselho de Segurança da ONU aprovou o envio de uma Força Multinacional Interina

(MIF), composta de 3.773 militares, para atuar por, no máximo, 90 dias. A missão dessa força era iniciar a transição política e constitucional e manter a segurança interna. Contava com o apoio dos países caribenhos e dos EUA, uma vez que esses temiam por nova diáspora haitiana. A fronteira República Dominicana, que compartilha a área da Ilha Hispaniola, era a mais temerosa, pois conta com bons índices sociais e um PIB cinco vezes maior que o haitiano, mas possui ampla e desguarnecida fronteira.

Decorridos os 90 dias previstos para atuação da MIF, em 1 de junho de 2004, a ONU criou a MINUSTAH, calcada no Capítulo VII — Ação relativa à ameaça à paz e a atos de agressão — da Carta das Nações Unidas de 1945, com a missão de criar um ambiente nacional seguro e estável, focado nos direitos humanos e no apoio à transição política. A missão contabilizava cerca de 9.800 integrantes, sendo 6.700 da Força Militar, 1.622 do componente policial e 1.500 do componente administrativo.

### **A Força Militar da MINUSTAH**

A Força Militar da MINUSTAH esteve sob o Comando do General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Após o estudo da situação, ele decidiu que deveria ocupar todo o país, com prioridade para a Capital Porto Príncipe e para a porção norte, principalmente nos núcleos urbanos de Gonaives e de Cap Haitien.

Na capital, foi elaborado um plano de segurança a ser executado em cinco fases, bem caracterizadas pelas áreas dos bairros onde se desencadeariam a primeira fase, em Sodechosa, área industrial; a segunda, em Bel Air, área cen-

tral; a terceira, em Cité Militaire, adjacente à área central; a quarta, em Cité Soleil, maior concentração das forças adversas; a quinta, em Martissant.

O Batalhão Brasileiro (BRABAT) liderou o trabalho de todas as fases em Porto Príncipe, com exceção de Martissant.

Em cada fase, inicialmente, empregavam-se meios mecanizados. Após conhecimento e domínio parcial do terreno, utilizavam-se meios motorizados e helitransportados. O setor marítimo era patrulhado em conjunto com a guarda costeira haitiana.

Nas operações tipo-polícia, a tropa realizava dia-e-noite a verificação de pessoas e de veículos, com o objetivo de controlar a população e de diminuir tanto o poder de combate como restringir a liberdade de atuação da Força Adversa (F Adv).



As operações de combate buscam os resultados decisivos, alcançados quando a tropa

ocupou Pontos Fortes (PF) no interior das áreas vermelhas. A partir dessas bases de operações, irradiava-se o patrulhamento, com a intenção de conhecer a área e os bandos armados, além de conduzir as operações ofensivas. Nas áreas de responsabilidade, quando o nível de segurança recomendava a realização de patrulha motorizada, utilizava-se o princípio da massa. Esta era obtida pela atuação conjunta de frações de outros contingentes, de elementos da



Polícia Nacional do Haiti, sob tutela de Observadores de Polícia da ONU e de pelotões das Unidades de Polícia da ONU.

Um dado estatístico que mede o avanço na promoção da estabilidade é o número de prisioneiros. No início da missão, o sistema prisional contabilizava 725 detentos; um ano depois, 2.587; em dois anos, 4.010 presos.

Apresenta-se, a seguir, o estudo de caso de uma das mais importantes operações desencadeadas em 2007, que, de modo geral, seguiu uma mesma linha de trabalho das demais.

### **Operação Jauru Sudamericana – Estudo de Caso**

#### *Estudo de Situação*

O estudo de situação seguiu o esquema previsto para as operações convencionais. Nos itens que se seguem, são apontados os aspectos mais importantes dos diferentes fatores a analisar.

#### *Missão*

Em dezembro 2006, próximo da renovação do mandato, o Representante Especial do Secretário Geral da ONU — Chefe da MINUSTAH — determinou uma intensificação de atividades, com vistas a buscar resultados mais expressivos na missão. A partir daí, uma série de operações foram desencadeadas em toda Porto Príncipe, variando de horário e dimensão, procurando sempre empregar o princípio de guerra da surpresa.

A Operação Jauru Sudamericana foi desencadeada no dia 9 de fevereiro de 2007 e visava à conquista da principal base de operação da força adversa que atuava em Boston, uma subdivisão de Cité Soleil, e o estabeleci-

mento de novos PF no interior dessa área. A prisão de integrantes e a captura de material seriam conseqüências do cumprimento da missão.

#### *Forças Adversas*

O Bando de Evans era a F Adv que controlava a área de Boston, com aproximadamente 45 integrantes. Seu arsenal incluía fuzis 5,56mm (T65, M16 e Gallil) e 7,62mm (M14), pistolas de diversos calibres, revólveres e granadas. Sua base, conhecida como Jamaica, vinha sendo fortificada ao longo dos últimos três anos, para proteção de tiro de fuzil. O bando possuía uma frota de seis veículos, já identificados pelo serviço de inteligência. Evans arrecadava fundos com a extorsão de comerciantes e com seqüestros.

#### *Terreno*

A área da operação era plana, formava um triângulo bem demarcado e qualquer edificação de dois andares era considerada um acidente capital. A tropa da MINUSTAH mantinha dois dos vértices desse triângulo, mobiliados por Pontos Fortes, proporcionando comandamento da área: o PF 16, estabelecido há dois anos e o PF Casa Azul, há 15 dias.

As vias de acesso estavam obstruídas por fossos dispostos em profundidade impeditivos a veículos mecanizados, que, em conseqüência, impediam o patrulhamento no interior dessa área.

#### *Meios*

A Força Militar da MINUSTAH foi organizada com 717 militares — Brasil (480), Bolívia (60), Uruguai (60), Peru (50), Paraguai (30), Chile (25), Jordânia (12) —, 33 veículos mecanizados, 11 veículos blindados e mais 11 veículos de categorias diversas.

### *Tempo*

Como a operação envolvia muitos meios e uma diversidade de países componentes, era necessário tempo para ensaios, a fim de se verificar todas as medidas de coordenação e de controle, especialmente de comunicações. Não era fator determinante, mas seria desejável que o Sr. Evans, líder do bando local, estivesse no interior da área.

### *Comentários da Operação*

Os pontos mais importantes da operação serão comentados, seguindo os sistemas operacionais, acrescentando-se as operações psicológicas.

### *Manobra*

A manobra foi concebida em quatro fases: a primeira, de cerco da área de Boston; a segunda, de investimento; a terceira, de identificação dos detidos com o uso de informantes; a quarta, a ser executada mediante ordem, de operação cívico-social.

Feito o cerco, com a participação das tropas que mobiliavam os PF16 e “Casa Azul”, e ainda, com a ocupação de uma elevada caixa d’água, a tropa partiu para o investimento, visando à conquista de objetivos intermediários, em cinco subfases.

Na 1ª subfase, as tropas do norte, uma FT Brasil–Chile, teriam a missão de conquistar o prédio de uma escola. Na 2ª subfase, por leste, brasileiros investiriam até uma edificação de dois andares no meio da comunidade, com paraguaios fazendo a proteção de retaguarda. Na 3ª subfase, por sudoeste, uma FT Peru–Bolívia–Uruguai partiria com a missão de conquistar duas edificações, acidentes capitais na área. Na 4ª subfase, por noroeste, uma Força Blindada de

veículos jordanianos e tropa brasileira executariam um curto avanço, sem objetivo demarcado. Na 5ª subfase, novamente pelo norte, a partir da escola já conquistada, a FT Brasil–Chile faria o investimento final. Pelo sul, os peruanos fariam a vigilância.

### *Inteligência*

A perfeita integração entre o órgão de inteligência do BRABAT, com o do Quartel-Gen-eral (QG), permitiu um minucioso conhecimento dos bandos armados e da área de operações. O Batalhão dispunha de diversas fontes de informes: relatórios de patrulhas de rotina, relatórios de reconhecimentos especializados, informantes, acompanhamento da mídia e análise de imagens aéreas (VANT e helicóptero). O QG trabalhava com os mesmos tipos de fonte, mas de origem diversa. O contato pessoal, com reuniões semanais, agilizou a produção e a difusão do conhecimento.

### *Logística*

Para a execução da operação, cada integrante da Força Militar da MINUSTAH transportava ração para 48 horas, pronto para qualquer eventualidade. O Pelotão de Engenharia do Batalhão Brasileiro e a Companhia de Engenharia Brasileira mobilizaram-se para executar obras nos Pontos Fortes a serem conquistados. Essas tropas estocaram areia, tijolo, cimento, saco de linagem, banheiro químico e brita, próximos da área do conflito para, de imediato, fortificar os acidentais capitais conquistados.

### *Mobilidade, Contramobilidade e Proteção*

A Engenharia preparou-se logisticamente para tapar todos os fossos levantados pela inteligência. Medidas especiais de coordenação

foram traçadas, uma vez que os veículos de engenharia não possuíam proteção blindada, e essa tarefa era imprescindível para a mobilidade dos demais veículos e para a continuidade da operação.

### *Comando e Controle*

As operações eram controladas no Centro de Operações de Segurança (SOC) da MINUSTAH, mediante a recepção de sinal de radiofonia e de imagens do helicóptero que sobrevoava a área de Boston. Além disso, um Posto de Comando foi estabelecido no PF Casa Azul e um Posto da Observação na elevação que, por sul, dominava a área de operações.

### *Apoio de Fogo*

A variedade de armamentos e munições empregados na missão foi equivalente à diversidade de frações de países participantes da Operação Jauru Sudamericana. A tropa utilizou grande quantidade de munição não letal no vasculhamento casa a casa, em Boston. Morteiros com munição iluminativa ficaram em condições de serem empregados, mas não foram necessários.

### *Operações Psicológicas*

As operações psicológicas foram fundamentais para o incitamento à rendição da Força Adversa e para a conquista da confiança da população. Diversos panfletos foram distribuídos em toda Cité Soleil. Eles informavam das operações que seriam desencadeadas na área, mostravam os telefones para denúncias e indicavam contatos para inserção no programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). A mídia foi convidada a cobrir a operação: as rádios locais produziram matérias ao vivo, e a BBC de Londres, um documentário. Após a conquista da Base Jamaica, esta foi imediatamente transformada em Centro de Atendi-

mento Social com inúmeros e contínuos projetos em prol dos habitantes locais.

### *Resultados da Operação Jauru Sudamericana*

A conquista da Base Jamaica foi mais uma demonstração de força e de autoridade da MINUSTAH. Mais três pontos fortes foram instalados e, de imediato, a área passou a ser controlada pela Força Militar. Diversos integrantes do bando de Evans foram capturados, bem como foram apreendidos armamentos e equipamentos. A partir dessa operação, descobriram-se cachês de armamento e munição, além de aumentar o número de entrega voluntária nos órgãos de DDR. Evans foi capturado no interior do país, no dia 13 de março de 2007, pouco mais de um mês após a operação Jauru Sudamericana.

### **Conclusão**

As Nações Unidas vêm cumprindo o seu papel para estabilização no Haiti. O acurado estudo de situação, a pressão constante sobre as Forças Adversas, a ocupação de pontos fortes nas áreas mais perigosas, o profissionalismo da tropa, o apoio da população e da mídia foram essenciais para o êxito alcançado pela Força Militar. No entanto, a missão não está cumprida. Serão necessários alguns anos para que o Haiti possa executar sozinho sua segurança pública e algumas gerações, até a mudança do quadro econômico. Afinal, é decorrido quase um século desde o início da ocupação norte-americana na ilha. O Haiti tem características próprias que lograram êxito do plano traçado. Não se pode, simplesmente, copiar o modelo aplicado no país caribenho, sob risco de insucesso, para emprego em outras missões de paz ou para emprego em segurança pública em países diversos. ☺

# A Aliança Liberal e a Revolução de 1930\*

*Alcyr Lintz Geraldo\**

## Primeira parte

Retornar ao episódio da História do Brasil acima nomeado determina que se faça breve bosquejo do Poder Nacional brasileiro durante a chamada República Velha.

No campo econômico, a agricultura, baseada no latifúndio, era a grande finca da respectiva estrutura. Herdada do império, tinha o café por produto-rei.

Nas cidades, florescia algumas indústrias cuja semente havia sido plantada ainda no tempo do império e adubada durante a época da Primeira Guerra Mundial. No tempo a que se refere este estudo, ainda eram insignificantes os tipos fundamentais de indústria, o vulto dos capitais nela empregados e sua concentração. Constituíam-nas pequenas unidades. Apresentavam maior presença em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que contribuíam para a produção nacional, respectivamente, com 31,5%, 20,8% e 11%.

No campo político, proclamada a República, os constituintes de 1891 optaram pela democracia representativa, como sistema de governo, e pela federação, como forma de estado. É sobejamente sabido que elas exigem a existência de mandatários do povo e dos estados, livremente eleitos pelo primeiro, por meio do sufrágio universal e direto, os quais comporão as casas legislativas que tomarão as decisões nacionais mais conspícuas.

Não se pode, porém, olvidar as profundas conexões entre as atividades políticas e econômicas desenvolvidas pelas pessoas. Inequivocamente, elas interagem entre si. No caso específico do Brasil, na chamada República Velha, a estrutura econômica repousava no latifúndio rural e agrário, cujos senhores subordinavam o homem do campo ao completo. Repercutindo na expressão política do Poder Nacional, os donos da propriedade agrária, os chamados “coronéis”, que mantinham o homem do campo sob completa submissão, eram os chefes políticos locais. Formavam as chamadas oligarquias estaduais. Desse estrato social, surgiam os “representantes do povo” nas câmaras legislativas. Os Partidos Republicanos, principalmente o Mineiro e o Paulista, formados pelos mais importantes senhores da terra, eram os principais atores do teatro político.

Todavia, o setor social, composto pelos dirigentes das indústrias predominantemente urbanas, ainda que pouco representasse numericamente, pôde valer os interesses próprios junto aos centros de decisão política.

Nas cidades, vivia também uma camada social que, embora de certo modo, dependente da oligarquia rural, detinha maior escolaridade e seus interesses peculiares. Agasalhava aspirações diversas sobre a vida e, conseqüentemente, sobre o exercício da política. Incomodava-lhe a distância entre os princípios da liberal democracia e as práticas políticas observadas à época.

\* Colaboração do autor. Uma síntese de capítulos da monografia *1930: o furacão veio do Sul*.

\*\* O autor é Tenente-Coronel e professor sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — IGHMB.

Esposava o cumprimento de tais preceitos pelo que defendia o voto secreto, eleições moralizadas e algumas reformas sociais.

E quais eram os eleitores?

No campo, provinham dos estratos inferiores da sociedade, ou seja, eram aqueles que trabalhavam na lavoura, às ordens dos “coronéis”. Pessoas de nula escolaridade, incapazes do mínimo discernimento para entender alguma coisa, muito menos a atividade política. Assim predominava o “voto de cabresto”, ou seja, os eleitores votavam em quem o “coronel” mandasse, constituindo seu conjunto, denominado “currais eleitorais”. Ainda em 1954, em uma cidade da região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais, um modesto servidor público federal, oriundo do campo, às proximidades de um pleito eleitoral, declarava-me que votaria em quem o Dr. X, cacique político local, mandasse.

Nas cidades, o eleitorado era formado por pessoas de maior esclarecimento e consciência, porque defendiam a observância irrestrita das normas do sistema de governo constitucionalmente adotado, a liberal democracia.

Se isso acontecia quanto a eleitos e eleitores, não menos evitados de vícios sérios eram os processos eleitorais comprometendo a escolha, a eleição e o reconhecimento dos candidatos.

Quanto à votação, imperava a fraude generalizada, tornada oficial, praticada pelo governo e pela oposição.

A respeito, relata Alzira Vargas do Amaral Peixoto:

O voto então só era secreto para o eleitor. Recebia das mãos do coronel, do chefe político ou do cabo eleitoral a cédula dentro de um envelope, já devidamente fechado e sacramentado. Nada dessas bobagens de cabina indevassável, de liberdade de es-

colha, de juízes eleitorais, de urnas fiscalizadas, que o ditador Getúlio Vargas inventou depois. Nada disso. Tudo era mais simples. As atas oficiais eram feitas em cima da perna e a vitória era proclamada conforme as conveniências.<sup>1</sup>

Pela legislação em vigor na época, as mesas receptoras de voto procediam à apuração imediatamente após o pleito. Os escores verificados eram encaminhados às juntas apuradoras que verificavam se os livros estavam devidamente assinados pelos eleitores e pelos mesários e se satisfaziam às demais exigências legais. De seus trabalhos, também eram lavradas atas, encaminhadas ao Congresso Nacional, poder verificador, visto que não existia justiça eleitoral. Nas casas legislativas, constituíam-se comissões. Cada um desses colegiados cuidava das eleições em certo número de estados e exarava um parecer, à base da documentação do pleito. O conjunto de tais juízos servia como finca ao parecer geral, submetido ao plenário.

Por meio de manobras sórdidas de candidatos vencidos perante as juntas apuradoras ou a maioria das casas congressuais, freqüentemente eram afastados aqueles que a junta apontava como vencedores, e candidatos derrotados asseguravam seu reconhecimento. Eram tidos como eleitos, tomavam posse de seu cargo. A esse vil expediente chamava-se, à época, “degola”.

Cada sucessão presidencial desencadeava verdadeira crise. Os conluios entre os líderes da situação e os das políticas estaduais apontavam os candidatos. Ante a inexistência de partidos nacionais, sob a coordenação do presidente da República, a escolha por tais líderes equivalia, na prática, à eleição.

<sup>1</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960. p. 19.

## A Política do Café com Leite

Reinava absoluta, à época histórica aqui considerada, a Política do Café com Leite, que vinha desde o período presidencial de Campos Sales (1902–06). Significava a alternância na presidência da República de políticos de São Paulo e de Minas Gerais, o que foi quebrado apenas no quadriênio presidido pelo Marechal Hermes da Fonseca (1910–14), e no período de 1918–22, que seria do paulista Rodrigues Alves, mas, em face de sua morte, foi ocupado excepcionalmente pelo paraibano Epi-tácio Pessoa.

Não é estranhável que a Política do Café com Leite gerasse descontentamento entre as oligarquias dos demais estados. Manifestação desse presságio foi a chamada Reação Republicana, surgida em 1922, formada pelos estados de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, quando da sucessão de Epi-tácio Pessoa. Surgiu em consequência de veto feito pelo estado sulino, à voz de Borges de Medeiros, à candidatura de Artur Bernardes que, para ele, significava a garantia da valorização do café, quando a nação carecia de equilibrar todo o seu sistema financeiro. Tal movimento apresentou, para o pleito que se aproximava, aspirantes a presidente da República, Nilo Peçanha, do Estado do Rio de Janeiro, e a vice-presidente da República, J.J. Seabra, do Estado da Bahia.

A insatisfação aqui referida fez brotar, entre outros setores da sociedade, principalmente nas camadas mais jovens, a convicção de que se tornava imperiosamente necessária, total e completa reformulação na conduta política, fazendo-a condizente com os processos de governo efetivamente democrático.

Não é difícil compreender que tal ideário contagiasse a jovem oficialidade do Exército que, em grande parte, a ele aderiu, constituindo o chamado Tenentismo.

Pessoas inescrupulosas tentaram incompatibilizar o candidato Artur Bernardes com o Exército, publicando em jornal de grande circulação na capital da República à época, carta a ele atribuída, contendo graves ofensas aos componentes da força terrestre e ao mais graduado de seus chefes, o Marechal Hermes da Fonseca.

Ainda que posteriormente tivesse sido provada a inautenticidade de tal carta, os fatos supracitados deram origem ao período rebelde, que vigorou entre 05 de julho de 1922 e a Revolução de 1930, no qual se inserem o segundo 05 de julho, o de 1924, e a marcha da coluna Miguel Costa-Prestes pelo País inteiro, combatendo, pregando a reestruturação do Brasil mesmo que fosse necessário recorrer às armas.

## A eleição de 1930

O Brasil vinha de dois períodos presidenciais autoritários, chefiados por Epi-tácio Pessoa e por Artur Bernardes, quando, em 15 de novembro de 1926, assumiu a presidência da República o Sr. Washington Luís Pereira de Souza, senhor de muitos atributos pessoais, porém, ríspido e intransigente ao paroxismo. A teimosia, a obstinação e o autoritarismo caracterizavam-lhe a personalidade.

À ocasião, os maiores anseios do povo brasileiro eram a decretação da anistia aos participantes dos movimentos sediciosos anteriormente mencionados e a reforma eleitoral com que a sociedade aspirava banir definitivamente as práticas políticas, já relatadas em tópico anterior.

O presidente da República não as aceitava em hipótese alguma. Em seu governo, estabeleceu reforma monetária, visando estabilizar a moeda e prosseguiu na política de valorização do café.

Pelo costume da Política do Café com Leite, caberia a Minas Gerais indicar o candidato oficial a presidente da República para o período de 1930–34.

Segmentos políticos de São Paulo aspiravam manter o governo da União em mãos paulistas, desejando prorrogar a política de valorização do café. Por conseguinte, brotou espontânea e inesperadamente a candidatura de Júlio Prestes a presidente da República. Embora Washington Luís nunca o tivesse proclamado expressamente, era o seu preferido, não só por ser seu grande amigo, com quem cultivava identidade de orientação — porque admitia que Prestes continuaria sua política financeira, prosseguindo com o plano de estabilização monetária —, como também pelos interesses paulistas referenciados. Note-se que Washington Luís, natural de Macaé, estado do Rio de Janeiro, fez toda a sua carreira política em São Paulo, guardando certa gratidão ao estado bandeirante.

Presidia o Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, descendente da ilustre família do Patriarca da Independência, a quem caberia a candidatura oficial segundo o costume político que vinha sendo observado. Motivos sobejos ele tinha para pleitear sua indicação para o cargo que detinha longa folha de serviços públicos prestados. Fora prefeito em Juiz de Fora e em Belo Horizonte, deputado federal, líder da maioria parlamentar, ministro da Fazenda, emérito financista que era. O Presidente Washington Luís, todavia, consagrava-lhe fidalgo antipatia, no que era por ele correspondido. Pode-

se dizer que eram personalidades incomensuráveis. Já foram referenciados aqui os traços característicos de Washington Luís, resumidos em aspereza e intransigência, os quais entravam em rota de colisão com os de Antônio Carlos, transigente, já que liberal por formação e crença, homem de fino trato, perfeito cavalheiro, político hábil, enfim, um verdadeiro fidalgo. Lado outro, em termos de política financeira, discordava fundamentalmente de Washington Luís.

A sensibilidade dos políticos já detectara, e o povo, como que adivinhava a inclinação oficial por Júlio Prestes, menosprezando o presidente as práticas do café com leite.

Em maio de 1929, grandes figuras políticas tais como Getúlio Vargas, Assis Brasil e o próprio Antônio Carlos externaram opiniões coincidentes quanto ao debate sucessório: o momento não era propício, cabendo ao presidente da República determinar o trato da questão para quando julgasse oportuno. Ele o fez dizendo que o assunto só seria considerado no mês de setembro de 1929. Todavia, um fato novo ocorreu. Em junho de 1929, a Câmara Municipal da pequena cidade de São Marcos, no interior do Estado do Rio de Janeiro, votou solidariedade às candidaturas de Getúlio Vargas e de Antônio Carlos ao posto mais elevado do Governo. O assunto motivou manifestações de Feliciano Sodré, senador pelo referido estado e Batista Luzardo, deputado pelo Rio Grande do Sul.

O acontecimento precipitou o início da campanha sucessória, ao arrepio do presidente da República. Começaram os políticos a desenvolver ações para equacionar o problema da sucessão presidencial.

Afonso Pena Júnior, uma das grandes expressões da política mineiral, propõe a Melo

Viana, outra figura proeminente na mesma área, também das Alterosas, que a chapa para aquela eleição fosse constituída por um paulista, para presidente, e um mineiro, para vice. A isso, veio a resposta das montanhas em alvitre, apresentado por José Bonifácio, outra figura de proa da política montesina, a Manoel Vilaboim, bandeirante, líder do Governo na Câmara dos Deputados: o candidato a presidente seria um mineiro e a vice, um paulista. Vilaboim obtém nova fórmula que inovava o café com leite: dois períodos dirigidos por paulistas seguidos de dois outros sob a presidência mineira porque, como já posto acima, desejavam os paulistas continuar tendo as rédeas do Governo Federal. A proposta de Vilaboim transparecia substancial veto do Catete à candidatura de Antônio Carlos. Bonifácio já havia obtido de Epiácio Pessoa a informação de que, por divergências quanto à política financeira, Antônio Carlos não gozava do apoio de Washington Luís. Provavelmente, diante disso, Antônio Carlos, por intermédio de Afrânio de Melo Franco, outro nome altamente exponencial na política mineira, com projeção fora das fronteiras do estado e do País, sonda Epiácio Pessoa quanto à aceitação de seu nome como candidato à presidência. Ele afastou liminarmente tal possibilidade.

Outros nomes foram considerados: Estácio Coimbra, presidente do estado de Pernambuco; Borges de Medeiros, velho cacique político no Rio Grande do Sul, e Getúlio Vargas, presidente daquele estado. Concluiu-se que o ideal seria este último, já que, ex-ministro da Fazenda, poderia continuar o programa financeiro do então chefe do Governo.

Em vista da aceitação do nome de Getúlio e levando em conta que sua candidatura fora

desconsiderada por Washington Luís, Antônio Carlos resolve refletir sobre os políticos riograndenses. Para isso, contribuiu com eficácia decisiva a ação do jornalista Assis Chateaubriand que já conhecia o presidente mineiro, em que ambos hospedavam-se no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro.

Chateaubriand, que estava iniciando sólida cadeia jornalística, por intermédio de Lindolfo Collor, redator-chefe do Jornal *A Pátria*, conheceu Getúlio Vargas, ambos, ele e Collor, deputados federais pelo Rio Grande do Sul. Vargas passou a freqüentar assiduamente a redação do jornal, seduzido pela idéia de Chateaubriand: formar uma cadeia nacional de jornais. Este, argutamente, pressentindo que Antônio Carlos não seria o ungido do Catete e considerando válida a pretensão dos sulinos de alcançarem a presidência da República, passa o natal de 1928 em Belo Horizonte, na companhia de Antônio Carlos. Evidentemente, o natal dos dois não foi apenas de comemorações cristãs, mas, e principalmente, de conversações políticas.

Aqui se faz mister uma interrogação: por que o Rio Grande do Sul, por que os políticos gaúchos? Porque, após a pacificação da política dos pampas, por meio do Tratado de Pedras Altas (1923), o Rio Grande do Sul havia conquistado solidez para intervir na política sucessória federal. Considere-se que o grande estado meridional já se opunha à Política do Café com Leite desde a sucessão de Campos Sales, passando pelas de Rodrigues Alves e de Epiácio Pessoa. Na sucessão deste, foi um dos partícipes da chamada Reação Republicana, movimento que apoiou a candidatura de Nilo Peçanha contra a do mineiro Artur Bernardes.

A pacificação política do Rio Grande do Sul fortaleceu o Partido Libertador, que reunia seguidores de Gaspar Silveira Martins e dissidentes do seu opositor, Júlio de Castilhos, tendo em Batista Luzardo uma das figuras mais dinâmicas e combativas. Podendo ser tido como uma espécie de “esquerda” do Partido Republicano Riograndense, iniciou luta contra qualquer candidatura oriunda do Catete. Desejando que Antônio Carlos encarnasse a liderança desse movimento oposicionista, concedeu-lhe prestígio inigualável. O tradicional Partido Republicano Riograndense possuía, à época, uma ala alinhada com essa idéia sob a ardorosa e entusiasmada direção de João Neves da Fontoura. Ele e Luzardo trabalharam, ombro a ombro e lado a lado, com grande ardor e obstinação em torno da idéia oposicionista.

Aglutinados os partidos gaúchos, constituíram nova e pujante força política, poderoso meio para concretizar as aspirações riograndenses.

Por conseguinte, Antônio Carlos, vendo ultrapassadas suas intenções de ser o candidato oficial, para o que tinha todas as qualificações, atrai Batista Luzardo a Minas Gerais. Por intermédio deste, coadjuvado pela ação de Afrânio de Melo Franco, obtém o beneplácito de Assis Brasil, chefe do Partido Libertador, à candidatura de Getúlio Vargas. Ainda por mediação de Melo Franco, consegue de João Neves da Fontoura a certeza de que o Rio Grande do Sul não lançaria o nome de um de seus filhos como candidato à presidência da República mas, se algum outro estado o fizesse, não deixaria de apoiá-la. A ele afirma que nenhum mineiro postularia o referido cargo.

Levados esses fatos ao conhecimento de Getúlio Vargas, ele responde exaltando o gran-

de apoio que o governo federal vinha proporcionando ao Rio Grande do Sul, mas frisava que, como seu estado não tinha compromissos, se lhe surgisse a ocasião oportuna, não faltaria a seus destinos. Essa postura foi ratificada por João Neves da Fontoura quando, em meados do ano de 1929, foi procurado por Francisco Campos, que lhe trazia a posição mineira a mando de Antônio Carlos.

Regressando a Belo Horizonte, Campos leva ao presidente mineiro o ponto de vista sulino. Antônio Carlos nomeia seu irmão, José Bonifácio, e o próprio Francisco Campos, mandatários de Minas Gerais, para avançar com João Neves da Fontoura, como representante do Rio Grande do Sul, acordo político que, ocorrido no dia 18 de junho de 1929, passou à história como o Pacto do Hotel Glória, cuja eficácia quanto ao Rio Grande do Sul carecia de aprovação pelo Sr. Borges de Medeiros, presidente do Partido Republicano Riograndense e sua mais importante figura.

Estava, assim, constituída a Aliança Liberal, união de grande número de políticos gaúchos e mineiros, dos pequenos partidos oposicionistas do País e dos descontentes de todas as origens, civis e militares, para combate à candidatura de Júlio Prestes.

Por que e como surgiu a denominação Aliança Liberal?

Após o Pacto do Hotel Glória, nos primórdios de agosto de 1929, deputados e senadores oposicionistas reuniram-se no mesmo hotel para tratar de assuntos relativos à campanha política, que seria desfechada para a eleição de presidente da República, tais como escolha de líderes e de componentes da executiva que iria dirigi-la. Foi nesse conclave que se ado-

tou a denominação Aliança Liberal, surgida de modo espontâneo na imprensa e “na voz rouca das ruas”.

Aos componentes já mencionados da Aliança Liberal, uniu-se o Estado da Paraíba, cujo Partido Republicano, espontaneamente e sem quaisquer contatos com os oposicionistas mineiros ou gaúchos, vetara a candidatura de Júlio Prestes em face do desacordo entre Washington Luís e Epitácio Pessoa quanto à sucessão presidencial.

Obteve a Aliança o apoio dos “tenentes” que pregavam melhoria das condições de vida do povo brasileiro por meio de reformas políticas, sociais e econômicas.

Conspícuo participante da Aliança Liberal foi o Partido Democrático de São Paulo, nascido em fevereiro de 1926, reunindo dissidentes do Partido Republicano Paulista, muitos profissionais liberais, principalmente advogados, entre os quais muitos professores na Faculdade de Direito.

Do programa da Aliança Liberal, destaca-se no campo econômico, fomento geral e completo a toda a produção brasileira e não somente ao produto-rei, o café, cuja valorização repelia em nome da rigidez financeira.

No campo social, previa o reconhecimento por lei de direito dos trabalhadores urbanos em face do poderio da burguesia industrial em formação, tais como o direito de aposentadoria, a regulamentação do trabalho do menor e da mulher e o direito ao gozo de férias.

No campo político, condenava o abuso do poder, a corrupção, a interferência oficial na escolha dos sucessores. Pregava a defesa das liberdades individuais, o voto secreto, o advento da justiça eleitoral, anistia, visando atrair os “te-

nenentes”, e a reforma política, com o objetivo de alcançar eleições que expressassem a verdadeira vontade do povo.

Ainda naquela fase de 1929, mineiros e gaúchos rompem com o Governo Federal na Câmara dos Deputados, sob as palavras vibrantes e entusiásticas de José Bonifácio e de João Neves da Fontoura. Ambos, com fatos inequivocamente provados e uma lógica de clareza irresistível, demonstraram como o presidente da República era o genitor e o alimentante da candidatura de Júlio Prestes.

Faltava, contudo, escolher o candidato à vice-presidência da República. Desejava a Aliança Liberal um nome de um estado do Norte do País para significar o seu caráter nacional. Já havia um do Sul e um do Sudeste. Cogitou-se de Estácio Coimbra, presidente de Pernambuco, que se recusou peremptoriamente, alegando aguardar consulta do presidente da República com quem tinha compromissos assumidos. Voltaram-se os aliancistas para João Pessoa, presidente da Paraíba.

Aqui, impõe-se nova interrogação: por que João Pessoa?

Toda a política paraibana girava em torno de Epitácio Pessoa, que era o verdadeiro cacique naquelas plagas. O presidente paraibano, sobrinho natural de Epitácio, havia chegado ao cargo pelas mãos do tio. O desacordo deste com Washington Luís, quanto à sucessão presidencial, fez de João Pessoa opositor ao Governo Federal e o conduziu aos braços da Aliança Liberal, em que Epitácio já se albergara. Assim, em 29 de julho de 1929, o diretório do Partido Republicano da Paraíba resolveu não apoiar a candidatura de Júlio Prestes. Embora a palavra “nego” não tivesse sido pronunciada nesse conclave,

aquele dia passou à história como o Dia do Nego.

Lançadas, então, as candidaturas, estavam assim postas as cartas na mesa: Chapa Oficial – Júlio Prestes e Vital Soares, este presidente do Estado da Bahia, apoiada por 17 estados; Aliança Liberal – Getúlio Vargas e João Pessoa, respaldada pelo Rio Grande do Sul, por Minas Gerais e pela Paraíba.

## Segunda parte

### **A Revolução de 1930: criatura da Aliança Liberal**

Formada a Aliança Liberal por três estados que dissentiam da candidatura oficial à presidência da República, sobre eles caiu a ira do Presidente Washington Luís e do Governo Federal.

Quanto à Paraíba, foi-lhe exigida a solução imediata do saldo de um empréstimo que vinha sendo resgatado por partes e adimplido rigorosamente em dia. Funcionários públicos federais simpáticos à Aliança eram transferidos ou dispensados sumariamente. O Governo central apoiou subversão desencadeada na cidade de Princesa, no interior do estado nordestino, chefiada por José Pereira, fazendeiro e chefe político local. O principal motivo foi a reforma tributária feita por João Pessoa, que aumentou tributos relativos a mercadorias que demandavam o Sertão da Paraíba por meio do porto de Recife, contrariando interesses não só dos comerciantes daquela região como também dos mercanciairos da capital pernambucana.

O pretexto para deflagrar a revolta foi a infeliz conduta de João Pessoa na escolha dos candidatos a deputado federal, realizada pela comissão executiva do Partido Republicano da

Paraíba, por ele presidida. Nesse conclave, Pessoa propusera que se compusesse a chapa com nomes de pessoas que não eram parlamentares naquele momento. No entanto, incluiu o de seu primo, Carlos Pessoa, que já era deputado. Houve empate no colegiado e ele, com espedaque no voto de qualidade, desempatou. Lado outro, afastava nomes tradicionais da política paraibana como o ex-presidente e Deputado Federal João Suassuna. Isso motivou o dissídio de José Pereira com João Pessoa sob alegação de que este, quando o visitara e hospedara-se em sua casa, não lhe dera conhecimento da chapa aprovada. Ele era deputado estadual e uma eminente figura do partido. Rompe, então, com o presidente do Estado e passa a apoiar a candidatura oficial a presidente da República, Júlio Prestes. Inicia conflito armado contra o governo estadual que se viu privado pelo Governo Federal, de obter recursos para combater a subversão. Ordenou aos agentes fazendários federais na Paraíba que impedissem o desembarque de armas ou munições vindas de qualquer ponto do País ou do exterior. Deslocou uma embarcação da Marinha de Guerra para patrulhar o litoral paraibano e destacou várias unidades do Exército para cidades do interior da Paraíba.

A perturbação da ordem pela malta de cangaceiros, reunida por José Pereira, objetivava que o Governo Federal interviesse na Paraíba.

Em Minas Gerais, o Governo Federal teve como grande colaborador o Sr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto que, trazido por Artur Bernardes para a esfera federal, tornara-se deputado federal e um dos diretores do Banco do Brasil. Mineiro de nascimento, foi deslocado para seu estado natal onde foi pródigo em aleivosias

contra o governo do Presidente Antônio Carlos. A política, quanto ao funcionalismo público, era a mesma observada na Paraíba: transferências, demissões, substituições por pessoas vinculadas à candidatura oficial. Provocação de conflitos armados, impetração de desarrazoados pedidos de *habeas corpus* para seus correligionários, tudo isso visando que o Governo Federal decretasse intervenção em Minas Gerais.

No Rio Grande do Sul, seu presidente, Getúlio Vargas, temia que sua candidatura de oposição pudesse ofuscar o prestígio de que gozava na política nacional e admitia que ela pudesse trazer prejuízos a seu estado natal que havia obtido valiosas benesses do Governo Federal. Defendeu, então, junto aos principais próceres republicanos riograndenses, atitude conciliatória com relação a Washington Luís.

Entendendo que a Aliança Liberal tinha por fulcro um ideário, propunha que poderia ser elaborado um acordo com Júlio Prestes pelo qual sua candidatura poderia ser apoiada se ele se comprometesse a conceder anistia, promover a reforma eleitoral e a revogação das chamadas leis celeradas. Encarregou seu secretário de Finanças, o Deputado Estadual Firmino Paim de conduzir a proposta a Washington Luís, Júlio Prestes, Antônio Carlos e Artur Bernardes. Os dois últimos concordavam desde que fosse posta a candidatura de um *tertius*, afastando-se a de Júlio Prestes. Não tendo havido aceitação por parte do presidente da República, Paim estabeleceu um *modus vivendi* entre o Rio Grande do Sul e o chefe do Governo Federal, o qual salvou o estado sulino da represália do Catete.

Tudo isso ressoava no Rio de Janeiro, então capital do País, e a Câmara dos Deputados era a grande caixa de ressonância. Os comba-

tes verbais entre aliancistas e governistas foram aquecendo cada vez mais. Os segundos passaram a não dar número para que as sessões naquela casa legislativa se realizassem. Os aliancistas passam a usar a escadaria do edifício, onde ela funcionava, para realizar verdadeiros comícios diariamente. Um prócer governista recruta, o que há de pior na marginalidade do Rio de Janeiro para perturbar tais reuniões. O ambiente estava muito tenso, o que culminou com a morte, no interior daquela casa e após um desses comícios, do deputado pernambucano Souza Filho, pelo seu colega Simões Lopes, após um entrevero com o filho deste, também deputado federal, ambos pelo Rio Grande do Sul.

Outros conflitos aconteceram ainda. Em Vitória, quando passa por ali caravana da Aliança Liberal, em campanha política pelo nordeste do País. Em Montes Claros, cidade sertaneja de Minas Gerais, provocado por Carvalho Brito e seus seguidores.

Sob esse cenário de violência, nesse quadro praticamente pré-revolucionário, realizam-se as eleições presidenciais no dia 1º de março de 1930, um sábado de carnaval, eivadas de todos os vícios que caracterizavam os pleitos àquela época e que já foram aqui referidos. Seu resultado não poderia ser outro: vitória do candidato oficial Júlio Prestes.

Após o certame, Borges de Medeiros concede entrevista ao jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, externando aceitar os resultados e pregando a cooperação com o novo governo.

Assim não pensavam a ala jovem do Partido Republicano Riograndense e o Partido Libertador. Não se conformavam com a derrota imposta pela fraude e tinham por certo que a eleição não representava a vontade do povo.

Entendem que o único meio de correção seria “o prélio terrível das armas”. Como bem expressou Afonso Arinos de Melo Franco, a Aliança Liberal fincava raízes no solo revolucionário. A vis compulsiva seria a única maneira de pôr fim à fraude e aos desmandos do Catete. Assim, Batista Luzardo e Virgílio de Melo Franco começam a conspiração e nela envolvem Antônio Carlos, Epiácio Pessoa e Artur Bernardes. No Rio Grande do Sul, estão a postos Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor.

A apuração do pleito em Minas Gerais e na Paraíba apresentou vícios inimagináveis de sorte que, quando aconteceu sua verificação pelo Congresso Nacional, em 21 de maio de 1930, foram “degolados” 14 deputados mineiros e toda a bancada estadual situacionista na Paraíba, destacando-se Afrânio de Melo Franco, em Minas Gerais, e Tavares Cavalcanti, na Paraíba.

Esse fato acirrou os ânimos e a solução pelas armas foi se tornando cada vez mais aceita, inclusive por pessoas de convicções extremamente legalistas como os presidentes Antônio Carlos e João Pessoa. Este chegou mesmo a afirmar a Luzardo que preferiria 10 Júlio Prestes no poder a uma revolução.

Imediatamente após a publicação da entrevista de Borges de Medeiros, Virgílio de Melo Franco e Batista Luzardo encontram-se com Epiácio Pessoa e Antônio Carlos consultando-os sobre a participação da Paraíba e de Minas Gerais, com o Rio Grande do Sul, em um movimento revolucionário. Tendo encontrado razoável aceitação por parte de ambos, Luzardo leva a notícia ao Rio Grande do Sul, onde, sob a coordenação de Oswaldo Aranha, é concebida a idéia básica da revolta. No mês seguinte, Luís Aranha, irmão de Oswaldo, vem ao Rio de Ja-

neiro e a Minas Gerais tratar com Epiácio e Antônio Carlos a contribuição financeira dos seis estados para a aquisição de armas a serem encomendadas na Tchecoslováquia.

Tudo fazia crer que o movimento ganharia as ruas no mês de junho. No entanto, com prudência e analisando a situação com profundidade, Antônio Carlos considerou que ele não estava suficientemente articulado, e que seriam melhores ações cívicas em defesa dos ideais aliancistas, a menos que ocorresse um fato novo, como a intervenção na Paraíba. Getúlio o acompanhou. Tudo isso enfraqueceu o ânimo revolucionário. Entretanto, outros fatos altamente desanimadores contribuíram para debilitá-lo mais ainda. Tencionavam os revolucionários entregar a direção militar da refrega a Luís Carlos Prestes, um dos condutores da famosa Coluna, que atravessara o país de 1924 a 1927, pregando a revolução. Em maio de 1930, Prestes lança um manifesto declarando sua conversão ao marxismo. João Alberto e Siqueira Campos deslocam-se para Buenos Aires, onde Prestes homiziaria-se, para com ele tratar do assunto, mas, quando regressam, o avião em que viajavam acidentasse e cai no Rio da Prata. Siqueira morre e a revolução praticamente agoniza.

Todavia, no dia 26 de julho, ocorre um fato novo que reviveu o movimento e foi, na prática, sua causa eficiente. O governante da Paraíba, João Pessoa, é assassinado em Recife por um desafeto político e por motivo pessoal ligado às diatribes da política do estado.

O fato reviveu a revolução. Com efeito, a Aliança Liberal possuía magníficos oradores, tais como João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, José Bonifácio, Carlos Pinheiro Chagas. Lado outro, era admirada por inúmeros órgãos da im-

prensa em todo o País, com destaque aos jornais da cadeia de Assis Chateaubriand. A palavra, escrita e falada, incendiou o País, acoimando o Governo Federal por tão infausto acontecimento.

Rearticulam-se, rapidamente, os revolucionários. Pretende-se a eclosão do movimento para 26 de agosto, quando a morte de João Pessoa completava um mês. No entanto, houve um adiamento para o período entre 05 e 09 de setembro e depois mais outro, ficando certo de que a sedição explodiria no dia 03 de outubro, às 17h30min, em todo o País. Para a fixação definitiva desse dia concorreram vários fatores. Em Minas Gerais, a posse do Sr. Olegário Maciel na presidência do estado, ocorrida no dia 07 de setembro, em substituição ao Sr. Antônio Carlos. Na Paraíba, a escala de serviço no 22º Batalhão de Caçadores, apresentava-se favorável naquele dia, pois o oficial de serviço era um revolucionário, Agildo Barata. No Rio Grande do Sul, finalmente, em 25 de agosto, convencido por Oswaldo Aranha, Borges de Medeiros resolvera concordar com a revolução. No Rio de Janeiro, Lindolfo Collor contata os generais Tasso Fragoso, Malan D'angrogne e Andrade Neves, com a finalidade de obter apoio militar, caso a revolução conseguisse vitória nos primeiros dias e enquanto não chegassem os revolucionários à Capital Federal, Getúlio Vargas à frente. Tal providência visava impedir que aventureiros se apossassem do Governo, caso o presidente renunciasse.

Entregam os sediciosos definitivamente a chefia militar ao Tenente-Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, um dos conspiradores que cuidou com muito acerto do planejamento técnico das operações bélicas.

Assim, no fim da tarde de 03 de outubro de 1930, desencadeava-se um dos mais importan-

tes fatos históricos brasileiros no século XX — a Revolução de 1930 — que muito iria modificar o País.

## Conclusão

De tudo o que consta acima, não há como não concluir que a Aliança Liberal foi a alma e o corpo da Revolução de 1930. Não era um partido político, era um verdadeiro estuário para onde convergiram todas as mais candentes insatisfações da sociedade fatigada daquela falácia, maculando as instituições da República Velha. Curiosamente, abarcava os “tenentes” com os presidentes da República que foram seus algozes, Epitácio e Bernardes. Com João Pessoa, que os julgara ministro do Superior Tribunal Militar, reunia homens de idéias e de passados os mais diversos. Atava componentes dos Partidos Republicanos Mineiro, Riograndense e Paraibano, até então alinhados com os dos demais estados. Jungia-os a participantes do Partido Democrático, de São Paulo, e Libertador, do Rio Grande do Sul. Era a conjugação de todos os opositoristas e descontentes. Era o traço de união entre mentalidades fechadas às idéias novas e o pensamento renovador da mocidade política e militar. Seria uma espécie de União Democrática Nacional (UDN) de 1945. Formalmente, espíritos menos avisados talvez possam tê-la apenas como coligação de três estados para disputar a eleição presidencial com candidato próprio, e outros, como nascida do despeito de quem, pelas práticas políticas até então observadas, deveria ser o indicado por seu estado, a quem caberia fazê-lo, para a suprema magistratura nacional. Na verdade, ela foi muito mais do que isso.

# A anistia no Brasil\*

*Amadeu de Almeida Weinmann\*\**

**R**ecentemente a mídia nacional esteve agitada com o decreto de prisão preventiva de mais de uma dezena de cidadãos brasileiros, por ordem de juiz italiano e a pedido do Ministério Público Romano. Preliminarmente, falou-se na extradição daqueles, surgindo de imediato o impedimento ante a proibição constitucional. Depois, movimentou-se uma parcela da opinião pública no sentido de se revogar a lei de anistia, a fim de que se pudessem processar os futuros prisioneiros justicados pela Itália.

Nenhuma das matérias em tela, nem extradição e nem anistia, beneficiam-se com alteração, em vista das cláusulas pétreas de nossa Constituição. É que tais cláusulas universalmente constituem-se em institutos que, fazendo parte da Carta Magna, são irrevogáveis.

## Conceituação e finalidades da anistia

Cabe aqui, especialmente, o exame de alguns aspectos relativos ao fim jurídico e social do instituto da anistia. Primordialmente, o seu uso é dirigido ao fim de apaziguar, serenar e pa-

cificar os ânimos exacerbados, advindo normalmente de divergências que se seguem às crises políticas, geralmente revolucionárias.

O fim social da anistia encontra-se nas próprias origens do instituto, qual seja, restabelecer a concórdia entre nacionais depois das lutas intestinas. Seu objetivo teleológico, portanto, é o mais nobre possível, eis que filantrópico e altruísta.

Carlos Maximilano explica que a palavra *amnistia* vem do grego, *esquecimento*, que seria “o ato do poder soberano que cobre, com o véu do olvido, certas infrações criminais e, em consequência, impede ou extingue os processos respectivos e torna, de nenhum efeito, penal as condenações.”<sup>1</sup>

Os romanos tinham-na como *lex oblivionis*, mostrando que a escolha do *nomen juris* deveria representar, em sua razão ontológica, o esquecimento, a amnésia.

Bruno e Valério concederam anistia aos que haviam acompanhado o Rei Tarquínio; Cícero, invocando o exemplo de Thrasybulo, obteve outra, no Senado, para os assassinos de Júlio César.<sup>2</sup>

\* Artigo publicado na *Revista Magister de Direito Penal e Processo Penal* nº 21. Disponível em <<http://www.editoramagister.com>>.

\*\* O autor é advogado, professor de Direito, membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, membro do Instituto dos Advogados Brasileiros do Rio de Janeiro,

<sup>1</sup> MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição Brasileira*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1922. p. 471.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

É ainda Maximiliano quem nos dá a notícia da vida do Decreto de Patrólides, logo depois da Batalha de Egos Potamos, que pôs fim às guerras do Peloponeso:

Esta anistia, destinada a reconciliar com a pátria, naquele momento de perigo supremo, tudo o que lhe restava de cidadão, bem como a unir todos os corações em um último esforço, fora imitada segundo recorda o próprio Patroclides, da que votaram os atenienses por ocasião das Guerras Médicas.<sup>3</sup>

Barbalho, abordando a matéria, refere-se à anistia como “[...] nuncia de paz e conselheira de concórdia, parece antes, *do céu prudente aviso*, que expediente de homens”.<sup>4</sup> Diz que seu nome traduz *esquecimento* que é mais que perdão e misericórdia, pois não humilha nem abate ninguém.

Anaurelino Leal, em sua Teoria e Prática da Constituição, leciona que “a amnistia é, portanto, o esquecimento de uma ou muitas infrações: *lex oblivionis quam Groeci amnestia vocant*”.<sup>5</sup> É que, confirmam os doutos, a anistia não se concede por sentimentalismo ou bondade, simpatia pelo vencido ou pela misericórdia pessoal. É medida amplamente política, adotada por motivos elevados, que não humilham o cidadão a quem ela aproveita, inspirada por sérias razões de Estado. É medida pacificadora, supremo recurso para a união nacional. Nas raízes. E continua o eminente constitucionalista:

Tomando-a, portanto, em tal sentido, ela só encontra limites no futuro. Não se anistiam atos futuros, mas atos pretéritos, o que faz da instituição jurídica em exame um modo de retroatividade da lei; isto é, o ato que determina a anistia retroage, impedindo que as leis penais vigentes, punitivas das infrações anistiadas, tenham execução a respeito delas.<sup>6</sup>

### **Anistia, indulto, graça, comutação e perdão**

De outro lado, a anistia tem seu caráter eminentemente genérico, distinguindo-se da graça, do indulto e do perdão por serem medidas individuais, nominativas. Assim, por exemplo, o indulto de natal é endereçado aos presos que preencherem determinadas condições estipuladas no decreto. O mesmo se diga da graça e do perdão.

Maximiliano analisa os conceitos de *indulto*, *anistia* e *comutação*, definindo como:

*Indulto* é o perdão total ou parcial da pena concedido a um indivíduo; *anistia*, o esquecimento total, ordenado em lei ou prometido em proclamação, de um ou mais crimes praticados por uma classe de pessoas; denomina-se *comutação*, a substituição de uma pena por outra menos grave.<sup>7</sup>

Por isso que o indulto é ato do executivo, e a anistia só pode ser por ato do Congresso Nacional. Um tem caráter individual, o outro é

<sup>3</sup> MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários a Constituição Brasileira*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Globo, 1922. p. 209.

<sup>4</sup> BARBALHO, João U. C. *Constituição Federal Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Bruiguiet & Cia Editores, 1924. p. 179.

<sup>5</sup> LEAL, Anaurelino. *Theoria e Prática da Constituição Federal Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguieit & Cia. Editores. p. 752.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> MAXIMILIANO, Carlos, *op. cit.*, p. 555.

coletivo. Aquela elimina completamente a falta; o último, os efeitos morais e civis do crime.

O *indulto* e o *perdão* somente podem existir a réus já condenados. O Presidente da República, e nunca o Congresso Nacional, só pode perdoar ou indultar penas impostas a réus condenados por sentença com trânsito em julgado.

Para melhor ilustrar a matéria, Mendonça de Azevedo faz a distinção a partir de um *habeas corpus*, oriundo do Rio Grande do Sul, do qual refere:

O impetrante fundou o seu pedido de *habeas corpus* na circunstância de deverem estar os pacientes compreendidos no Decreto nº 310, de 21 de outubro de 1895, que anistiou a todos aqueles que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no território da República.

Entretanto, das provas constantes desses autos, claramente evidencia-se que os pacientes, logo após a notícia do movimento revolucionário, realizado em Porto Alegre, no dia 27 de junho de 1892, saíram às ruas, provocando desordens e, depois, foram para a estrada, onde assassinaram o Capitão Crescêncio, que estava com outros companheiros e dirigia-se pacificamente para a Vila de Viamão.

Assim sendo, não se pode considerar semelhante assassinato um crime político. A simples circunstância de ter coincido esse homicídio, com a notícia de um movimento revolucionário, não seria o bastante para inferi-lo como tal. Para que um crime de natureza comum possa

ser classificado como crime político, é essencial a prova plena de que houve um interesse puramente político, por móvel único e exclusivo.

No entanto, não existe, em nenhuma das peças do processo o mais ligeiro indício de haver sido a morte do Capitão Crescêncio determinada por qualquer interesse político comprometido. Ao contrário, da sua leitura ressalta a convicção de que a causa desse assassinato obedeceu antes a uma vingança pessoal, pois que um dos assassinos era inimigo do assassinado.<sup>8</sup> E continuava o comentador constitucional: “amnistia não é absolvição, nem produz os efeitos desta”.

Ruy Barbosa, quem mais entre nós doutrinou sobre a anistia, assim lecionava:

São bem conhecidas as características da anistia. O *vêu de eterno esquecimento*, em que os publicistas e criminalistas dizem por ela envolvidas as desordens sociais, objeto desse ato de alta sabedoria política, não é uma vulgar metáfora, mas a fórmula de uma instituição soberana. Por ela, não só se destroem todos os efeitos da sentença, e até a sentença desaparece, senão que, remontando-se ao delito, se lhe elimina o caráter criminoso, suprimindo-se a própria infração. Por ela, ainda mais, além de se extinguir o próprio delito, repõem-se as coisas no mesmo estado em que estariam, se a infração nunca se tivesse cometido. Essa é a anistia verdadeira, a que cicatriza as feridas abertas pelas revoluções, aquela cujas virtudes o historiador grego celebrava nestas palavras de eloqüente concisão: “Eles perdoaram, e daí avante conviveram em democracia.”<sup>9</sup>

<sup>8</sup> AZEVEDO, José Affonso Mendonça. *A Constituição Federal interpretada pelo Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Ed. Typ Revista do Supremo Tribunal, 1925. p. 96.

<sup>9</sup> BARBOSA, Ruy. *Comentários à Constituição Federal Brasileira*. São Paulo: Ed. Saraiva & Cia, 1933. v. 2, p. 442-443.

Themístocles Cavalcanti, em seus comentários, diz que a anistia apaga o crime político, é ato de benemerência pública.

### **A anistia é tanto irrevogável quanto irrecusável**

Outra característica da anistia é ser tão irrecusável quanto irrevogável. Não cabe à classe beneficiada com a lei que a anistiou falar em não-aceitação. Não lhe cabe buscar a absolvição em qualquer juízo ou instância. Especialmente se ela é ampla e total, como a última a vigorar no País. Por isso, por ser ampla e irrestrita, também, é irrevogável.

### **História da anistia dos crimes acontecidos após 1964**

Ernesto Geisel, assumindo a Presidência da República em 1974, trazia a todos os brasileiros a promessa de fazer uma “lenta, segura e gradual” distensão política. No entanto, e contraditoriamente, é no seu governo que ocorrem duas mortes: a do jornalista Vladimir Herzog, e a do operário Manoel Fiel Filho. Registrou-se, também, o assassinato de dirigentes do Partido Comunista do Brasil no episódio que ficou conhecido como “Chacina da Lapa”.

Foi no seu governo que se editou o pacote de abril, e no qual se mantiveram as cassações de mandatos políticos. As eleições continuavam indiretas para a Presidência da República, Governadores de Estados e Senadores, bem como aos Prefeitos das capitais.

À época, na Câmara dos Deputados, a oposição obteve considerável maioria. Isso proporcionou coragem à sociedade civil para se organizar e resistir. Assim é que foi criado o

Movimento Feminista pela Anistia. A Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Igreja Católica posicionam-se em favor da democratização ampla e total. O movimento estudantil e operário sai às ruas. Surgem, em 1978, os primeiros Comitês Brasileiros de Anistia, congregando os opositores da ditadura, com apoio decisivo de diversos parlamentares.

É realizado, em São Paulo, o 1º Congresso Nacional da Anistia, com a presença e a participação de milhares de pessoas, lutando pela “anistia, ampla, geral e irrestrita”. Ampla, porque deveria alcançar os atos de todos os punidos, com base nos Atos Institucionais. Geral e irrestrita, porque não deveriam impor qualquer condição aos seus beneficiários, inclusive com a ausência de exame de mérito dos atos por eles praticados.

Findo o governo Geisel, assume a Presidência o General João Batista Figueiredo, em 1979. O Regime Militar sequer admitia a possibilidade de anistia, e sugere o indulto para os presos políticos, o que não foi aceito por ninguém.

Começa a distensão. Os atos, nas ruas e no Congresso Nacional, engrandecem-se. Com o apoio de parlamentares, dos Comitês de Anistia e de parcelas da opinião pública, partem em luta pública por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Há a famosa greve dos presos políticos, que durou aproximadamente um mês, com uma importância enorme para o desenrolar dos fatos.

O Presidente João Figueiredo compromete-se, então, a revisar os inquéritos e processos de cassações e as condenações dos presos políticos. Em agosto de 1979, encaminha ao Congresso

Nacional um novo projeto de anistia, composto de 15 artigos. Em seu artigo nº 1, pronuncia:

É concedida anistia a todos quanto, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. Aos militares e representantes sindicais punidos com fundamento em atos institucionais e complementares e outros diplomas legais.

O artigo era composto de três parágrafos. Um deles relatava: “Exceção-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.”

Não era o que se queria e nem o que se pedia, e sim, o que se podia admitir para a época. Dizia-se que era o arrombamento das portas por onde entraria a plena e total democracia. Por isso, o projeto foi aprovado e promulgado no dia 28 de agosto de 1979. São libertados, então, os presos políticos e retornam ao País os exilados. Volta a reinar a paz, sem que se perca de vista o sonho da anistia ampla, geral e irrestrita.

### **Anistia pós-regime discricionário**

Em 1985, depois de duas décadas, inicia-se o ciclo dos governos civis. É eleito Tancredo Neves que, morrendo antes mesmo de sua posse, dá lugar a seu vice-presidente, José Sarney.

Em novembro do mesmo ano, por meio da Emenda Constitucional nº 26, artigo 4º, é concedida a anistia a “todos os servidores públicos da Administração Direta e Indireta e Militares, pu-

nidos por atos de exceção, institucionais ou complementares”.

O parágrafo 1º acrescentava:

É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

Promulgada a Constituição de 1988 que, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, determinava, pelo seu artigo 8º:

É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18 de 15/12/1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864 de 12/09/1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividades previstas nas leis, regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

Foram essas leis que ampliaram a anistia concedida em 1979, ensejando diversas ações indenizatórias, algumas delas milionárias. Somente foi aprovada, em 1996, a Lei 9.140/96, concedendo indenizações às famílias dos desaparecidos políti-

cos, parcela esquecida na legislação anterior. No entanto, ficara restrita aos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Após 13 anos da promulgação da Constituição, o artigo 8º, das Disposições Constitucionais Transitórias, foi regulamentado por meio da Medida Provisória nº 2.151/01. Constituiu-se em 5 capítulos e de 22 artigos.

O período abrangido pelos efeitos da anistia é mais amplo, pois que, de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, concedia poderes ao Ministro da Justiça a formar uma Comissão Especial para examinar os direitos civis e indenização aos anistiados.

Como nunca antes, a legislação do *esquecimento* foi tão generosa e altruísta. E sendo a anistia uma via de mão dupla, o ato de anistia faz esquecer, obrigatoriamente, os atos que geraram as razões da existência de anistiados.

## Conclusão

As sucessivas Leis e Medidas Provisórias, que dispõem sobre a anistia, têm como anistiados todos aqueles praticantes de atos políticos,

desde a promulgação da Constituição Federal de 1946 até a de 1988.

A anistia, *per se* irrevogável, é um ato eminentemente político, tanto que — inscrita no capítulo dedicado ao Poder Legislativo, e não ao Poder Judiciário e nem ao Executivo — apresenta caráter amplo e irrecusável, mesmo porque os maiores prejudicados com a revogação da lei benéfica seriam aqueles que foram alvos principais da lei e, sem dúvida, ficariam desnudados de sua veste protetora. Sendo assim, sofreriam o risco de ver suas atitudes examinadas pelo Poder Judiciário.

Portanto, segundo Ruy Barbosa, ao ser a anistia “o véu de eterno esquecimento”, e Barbalho, a “núncia de paz e conselheira de concórdia, parece antes, do céu prudente aviso, que expediente de homens”, não há como se alterar o ato de benemerência postulado pelo povo e dado pelo Estado, pena de demonstrar, por meio de casuísmos, a existência daquilo que, paradoxal e ironicamente, Mao Tsé-tung denominou de “a ditadura democrática.” ○

<p><i>José Ortega y Gasset</i></p> <p><b>A REBELIÃO DAS MASSAS</b></p> <p>BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA</p>	<p><b>BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA</b> Coleção General Benício</p> <p><b>A REBELIÃO DAS MASSAS</b> <i>José Ortega y Gasset</i></p> <p>Clássico da literatura sociológica e política, marcou época e provocou críticas, comentários e reflexões, chegando assim aos dias de hoje. É um diagnóstico das mazelas da sociedade industrial.</p>
--	--

---

# O sabre contra o florete\*

*Oliveiros S. Ferreira\*\**

## Primeira Parte

O debate sobre a anistia e a tortura está sendo conduzido de maneira a não permitir discussão — por paradoxal que possa parecer a afirmação de que se trata de um debate. Na realidade, o debate é dos mais apaixonados de que tenho notícia desde 1954, quando se procurou demonstrar à população, por paus e por pedras, que Lacerda havia assassinado Getúlio.

A paixão é a adversária, para não dizer a negação, o avesso da razão racionada, da que lança raízes no bom senso e nos fatos, e procura convencer pela autoridade do argumento, não paralisar pelo choque psicológico da emoção. Claro está que essa autoridade assenta na exposição e na ponderação de todos os elementos que possam permitir uma visão racional do problema em pauta — e por racional, aqui, entende-se também que, quando se afirma em uma conclusão que A é A, sabe-se que não pode ser B. Podemos partir de pressuposto contrário: afirmamos que A é B e assim é, porque não pode ser de outra maneira. Esse dado permite conformar o raciocínio e compactar os argumentos.

Diriam alguns que uma diferença de posturas lógicas conduz o processo intelectual. Na realidade, é mais que isso: quando procuramos convencer alguém de que A não é A, mas sim é B, ou somos, ou pretendemos ser, adeptos da dialética, embora estejamos muito mal informados do que seja isso, ou usamos propositadamente de um artifício supostamente lógico para esmagar o adversário na polêmica, conquistando a opinião dos basbaques ou dos que pretendem tudo saber e querem ficar com os que comandam o pensar politicamente correto em um determinado momento da vida política nacional.

Antes de tentar colocar os pingos nos *is*, não posso me furtar de voltar ao que disse em artigo anterior. Procuo analisar o processo que estamos vivendo, olhando com olhos de ver e compreender e, o mais possível, tendo diante de mim a História. O que percebo antes de tudo é, como já disse, a diferença qualitativa das estratégias de uns e outros. Depois, espanta-me a facilidade com que se misturam fatos, atribuindo-se intenções — diria perversas, para não dizer satânicas — sem que se tenha a preocupação de atentar a, se as intenções atribuídas realmente corresponderam aos fatos vividos, uns ou

---

\* Colaboração do autor.

\*\* O autor é cientista social, jornalista, escritor, cientista político, historiador e professor, licenciado em Ciências Sociais pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje, Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Atualmente leciona na USP e na PUC-SP.

a outros que participaram do processo desencadeado em 1964.

A atribuição de intenções é exercício dos mais difíceis. Costumo sempre chamar a atenção de meus alunos para o quão perigoso é esse jogo (pois é disso que se trata) de dizer, hoje, que alguém pretendeu fazer tal coisa ontem. Dizer, melhor, afirmar, como se a verdade estivesse com quem diz. Os exemplos que costumo dar são dois: um, literário, outro, histórico. O literário é uma lembrança da leitura que fiz há anos, romance de Victor Hugo em que se recria a França de 1793, vivendo em pleno Terror jacobino, e a guerrilha na Vendéia ameaçava a Revolução. O outro são episódios da vida de Stalin.

Hugo escreveu mais ou menos o seguinte: “A guerrilha começa com o ataque ao castelo e termina com o assalto à diligência”. A questão que apresentava aos alunos era esta: o assalto à diligência era um ato político, ou um crime comum? Tratava-se, no exercício escolar, de poder atribuir aos que assaltavam a diligência a intenção de sustentar a guerrilha, ou afirmar que esse ato era, de fato e simplesmente, um ato criminoso na medida em que a guerrilha não tinha mais como se sustentar.

O exemplo histórico tinha como personagem um indivíduo conhecido à época como Koba, que passou à História como Joseph Stalin e era um assaltante de banco. A pergunta era a seguinte: quem assaltava bancos? Era Koba, um meliante como outro qualquer, ou Stalin, membro do Partido Bolchevista, quem estaria arrecadando fundos para sustentar a atividade política, ilegal à época, do Partido conduzido do exterior por Lenin?

Como podemos ver, a resposta dependeria de uma atribuição de intenções — atribuição feita por alguém, que a faz a partir de uma determinada visão do mundo e de simpatias, alguém que está disposto a convencer os que o lêem ou ouvem de que interpreta corretamente os fatos.

Aqueles que estão atribuindo esta ou aquela intenção perversa aos que venceram em 1964 usam seus argumentos como se fossem sabres em uma carga de cavalaria. Com o que nos forçam, a todos, a assistir a um combate em que os cavaleiros armados de sabre defrontam-se com adversários que estão a pé, dados como inferiores porque acusados de cometer crimes capitulados em tratados e convenções internacionais, e que devem combater mesmo sem o apoio de um Rocinante qualquer, mal podendo manejar um florete. Não apenas isso: os cavaleiros que atacam com o sabre, que sabem manejar — os *sabreurs*, que sabem liquidar a golpes infantes mal equipados, como diria um francês pensando nas batalhas contra berberes e árabes na conquista da África do Norte — não querem que o debate se dê no campo do Direito e da Lógica, mas sim no ideológico e no da sensibilidade de todos nós, inimigos da violência, como se o uso de um sabre ideológico não fosse uma forma de violência. São, pois, esses cavaleiros, *sabreurs*, aos quais repugna a violência, mas que não hesitam em atribuir intenções.

Tentemos, então, dar uma oportunidade de respiro aos infantes. Começo pelos fatos.

Chega-me à tela do computador um virulento ataque de um *sabreur*, que atribui às Forças Armadas — não mais apenas aos vencedores de 1964! — “grande parte da gênese de

todos os matizes de violência que hoje nos assola”. Esquece-se, ao afirmar com veemência e foros de certeza de que, a rigor, são passados 30 anos desde o restabelecimento do *habeas corpus*, e que, desde janeiro de 1979 e durante todo o Governo Figueiredo, o Congresso funcionou sem qualquer tipo de coação. Além disso, os dois partidos — ARENA e MDB, que a rigor eram seis — foram extintos, e todos os partidos hoje existentes vieram livremente à luz. O Congresso votou livremente emendas constitucionais, permitindo que a atividade político-partidária se desse com um mínimo de respeito ao eleitor e, especialmente, que o voto, nas eleições legislativas, fosse distrital misto.

No que se refere aos “matizes de violência”, de janeiro de 1979 a agosto de 2008, são praticamente 30 anos de governos civis, durante os quais os militares foram recolhidos aos quartéis sem possibilidade de interferir na sua gestão. O *sabreur* atribui a escalada da violência urbana de 1979 até hoje às Forças Armadas, que não apenas teriam influenciado, mas permitido que se criassem as condições para que essa violência se tornasse endêmica. Ao fazer essa insinuação, que é uma acusação, não nos diz como considera os governos Figueiredo, sem poderes especiais; Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, duas vezes, e Lula, duas vezes. Será que os têm na conta de irresponsáveis? Ou considera que têm apenas pequena parte de responsabilidade na gênese da violência em seus diferentes matizes? Ou, então, que nada têm a ver com a geração de violência?

A rigor, o *sabreur* não atribui intenções, apenas acusa, pois o que tem por fim é insultar as Forças Armadas, nada mais. A atribuição de

intenções está, no entanto, evidente quando diz que foi a Lei de Segurança Nacional que “promoveu a mistura de presos comuns com presos políticos, e que inspirou os criminosos comuns, dando surgimento ao Grupo União, depois denominado Falange Vermelha”. O fato da prisão nas mesmas celas existiu e só um palerma o negaria. O que o *sabreur* não viu na sua emoção, diria mesmo seu ódio tardio ou encruado, é que a situação a que se refere enquadra-se perfeitamente na pergunta que faço a meus alunos no tocante a Koba-Stalin.

Enquadra-se não porque os autores da LSN quisessem que os criminosos comuns aprendessem táticas subversivas de organização com os presos políticos, mas porque partiam do seguinte pressuposto: quem cometesse determinados crimes, especialmente os assaltos a bancos, só poderia ser subversivo. Como subversivo, deveria ser julgado pela Justiça Militar e recolhido às celas dos presos políticos. Só depois de alguns meses e de muitos julgamentos em foro errado foi que se resolveu analisar os fatos e os antecedentes e descobrir se Koba era bandido ou bolchevista.

Não houve, assim, a intenção de juntar bandidos e presos políticos; houve, sim, avaliação errada de determinados fatos. E uma atribuição de intenções sem que se cuidasse de verificar antecedentes. No entanto, a estupidez e a ignorância não são crimes, embora se possa dizer que são o oitavo pecado capital. Não sei se o *sabreur* é religioso ou não, mas de uma coisa tive certeza: ao ler o que li — que em 1964 se consumou o ideal de ditadura militar plena ensaiado por Deodoro e Floriano, estou diante de alguém que não gosta, por este ou aquele moti-

vo, dos militares. Apesar de ser, ou ter sido, um Oficial.

Não irei mais longe. Apenas acrescentaria uma estranheza a qual já externei. Antes dessa tempestade contra a anistia, houve Oficiais da Reserva que foram a jornais e disseram: “Eu torturei”. Ou então: “Eu assisti a torturas”. repercussão? Dois dias, não mais, sem que alguém com pequena parcela de poder que fosse, cuidasse do assunto. Ele estava morto, e a confissão pública era tida como produto de uma crise de consciência. Agora, 30 anos depois dos fatos, atribuem-se intenções e deseja-se a condenação destes ou daqueles com base em uma leitura dos textos de leis e de tratados internacionais — leitura essa que faz questão de desconhecer a doutrina.

Isso é outra história, porém o assunto é o mesmo. A ele voltarei na tentativa de dar, aos que demonstram não muita habilidade no manejo do florete, pelo menos um respiro, entre uma carga da cavalaria dos *sabreurs* e outra.

## Segunda parte

Permito-me esclarecer, evitando confusões decorrentes de incorreta interpretação, que designo por *sabreur* todo aquele que usa argumentos de paixão para comover a opinião pública e facilitar a condenação por tribunais internacionais, esta a verdade, de quantos trabalharam nos órgãos de segurança a partir de 1968.

No comentário anterior, afirmei que os *sabreurs* não pretendem que o debate sobre a anistia ou não dos que são acusados de tortura se trave no campo do Direito. Houve um certo exagero na afirmação. De fato, que afirmam

eles? Que a tortura é um crime imprescritível. A prova do que afirmam? Que assim está na Constituição Brasileira de 1988 e em diferentes tratados e convenções internacionais que o Brasil assinou. Esse é, forçoso reconhecê-lo, um argumento jurídico, de Direito Positivo, embora muitos dos que o sustentam não gostem de ser tidos como defensores do Positivismo Jurídico. Estamos, pois, no campo do Direito. Deve-se ter consciência que aqueles, sustentadores da tese de imprescritibilidade, se esquecem de que, no afã de conquistar a opinião dos letrados e dos semiletrados que compõem a maioria do corpo eleitoral brasileiro, o debate trava-se no campo do Direito.

Com o objetivo de mostrar que a tortura é imprescritível, os *sabreurs* invocam a Constituição Brasileira de 1988, a Lei nº 9.455/97 e os tratados internacionais assinados por Governos brasileiros. É no campo do Direito, portanto, que a discussão deve ser travada e não no dos ataques, irracionais alguns, inspirados pela paixão; outros, quando não motivados por uma estratégia política das mais refinadas. O Ministro Tarso Genro, ao dar início à polêmica, sustentou dois argumentos que reputou jurídicos. O primeiro, em suas palavras seria o seguinte: as prisões dos que combatiam o Governo, por violentas que tivessem sido, deram-se de acordo com a ordem jurídica vigente, ainda que esta fosse contestável. O segundo, é que nessa ordem jurídica — contestável, mas aceita como premissa para discussão — não havia dispositivo algum que autorizasse a tortura. Por isso, os que tivessem praticado a tortura teriam cometido um crime contra os que, conforme o argumento, tivessem sido presos segundo normas jurídicas existentes à época.

Quanto a minha memória alcança, as últimas prisões efetuadas pelos órgãos de segurança deram-se no Governo Geisel em 1975, verificando-se a morte de Herzog, em outubro daquele ano, e a de Fiel Filho, em 1976, com a diferença de alguns meses. O General Ednardo Dávila Mello foi exonerado do Comando do II Exército logo em seguida, substituído pelo General Dilermando Monteiro. O General Dilermando, poucos dias ou semanas após a assunção do Comando, declarou que tudo estava na mais perfeita ordem no II Exército. Dias depois dessa declaração, os dirigentes do PC do B foram mortos na Lapa em operação realizada pelos órgãos de segurança. O Presidente Geisel não transferiu o General Dilermando de Comando. Não tenho memória de outras prisões depois de 1975.

Convém, portanto, buscar esclarecer o que o Legislador quis dizer ao elaborar a lei da anistia, sem sair do campo do Direito, que é onde o Ministro da Justiça coloca o problema: que os crimes políticos e conexos estão anistiados.

Os *sabreurs* não se preocupam em discutir essa questão, para eles de somenos importância. Sua argumentação consiste em destacar que os agentes dos órgãos de segurança do período cometeram um crime imprescritível. No entanto, para surpresa de muitos, dizem também que os ilícitos penais cometidos pelos que se opunham aos Governos do período eram e são legítimos por natureza. Donde seguir-se que os Governos eram ilegítimos, e que todo o sistema político igualmente não tinha legitimidade. A conclusão que não tiram, mas podemos fazê-lo, é que, se eles consideram legítima a luta armada contra um sistema político ilegítimo, o MDB e

seus representantes devem ser considerados cúmplices dos Governos ilegítimos e, portanto, condenável sua ação em favor do “restabelecimento das liberdades democráticas”.

Voltemos ao Legislador e sua intenção. Não se sustenta o argumento, de alguns *sabreurs* mais violentos, de que a lei da anistia não é legítima (sempre a legitimidade!) porque foi votada no Governo Figueiredo, durante o qual o Congresso estava sob constante pressão militar. Poderia dizer que o argumento é de cabo de esquadra. Creio, porém, que a referência a “cabo” possa ser ofensiva. Digo, então, que é de meia tigela. Os que viveram aqueles dias sabem que os últimos remanescentes da “linha dura” não queriam que se concedesse anistia aos subversivos; que, quando o Presidente Figueiredo ameaçava “chamar o Pires” — “se essa agitação continuar, chamo o Pires”, Ministro do Exército —, era para acalmar os “radicais”, como os chamava o General Golbery; que o Congresso teve plena autonomia desde janeiro de 1979, pois não precisava temer cassações ou prisões arbitrárias. Os Atos Institucionais tinham caducado e o *habeas corpus* restabelecido.

A anistia foi um ato de vontade do Presidente Figueiredo e de um Congresso livre, tendo em vista encontrar a porta que permitisse ao País trilhar novos caminhos. Inclusive, aceitando que voltassem a integrar o mundo político aqueles que se tinham levantado de armas na mão contra a situação. Na votação da lei, o Congresso pautou-se pelo princípio da equidade: se alguém que cometeu crime conexo ao opor-se ao Governo deve ser anistiado, os que, na defesa da ordem, tivessem cometido delito conexo deveriam ser também anistiados.

A questão — e sempre volto a ela — é saber que entendeu o Legislador por “crimes políticos e conexos”. Com o que, também, retornamos ao problema Koba-Stalin que apresentei no último artigo. Ao assaltar bancos, Koba cometia um delito comum ou Stalin cometia um crime político?

Aceitemos, *gratia argumentandi*, que “o crime constitui uma espécie particular do injusto (delito), isto é, de ação culposa e ilegal” que tem como consequência a pena. O importante nessa definição já secular é “ação”. Os efeitos do injusto e, conseqüentemente a pena, diz o tratadista, “só se ligam a determinados fatos. As circunstâncias constitutivas do injusto não podem ser acontecimentos que independam da vontade humana, mas somente ações humanas”.<sup>1</sup>

Um cidadão pode estar contra o Governo e, ainda assim, não agir: limita-se a guardar para si, no máximo trocando idéias na intimidade do lar, as críticas que sabe justas contra as autoridades. Poderá, perdendo noção de que o regime que contesta é autoritário e “policial”, discutir o assunto com amigos no bar, pouca atenção prestando a quem está nas mesas ao redor. Começou a agir — mas ainda se poderá argüir em sua defesa que não tem outra intenção a não ser a de expressar uma opinião que julga importante, seja conhecida para que não pensem mal dele. Quando, porém, a conversa de bar não é a substituição de uma sessão de psicanálise, mas visa a iniciar a organização de um grupo que se disponha a fazer oposição ao Governo — oposição de qualquer tipo, pichando paredes ou distribuindo panfletos — o

cidadão entrou no reino da *ação* e está, portanto, cometendo um injusto, um crime, à luz das leis vigentes. Esse é o tipo de crime que se pode dizer político. O partido de oposição que não pretende derrubar o Governo e comporta-se como se fora a “leal oposição de sua majestade”, não age no campo na ilegalidade; sua ação faz parte do sistema, a atuação dele no Congresso sendo vista como o outro lado da moeda, desempenhando o papel do ouvidor necessário para que o Governo aja melhor. Legítima o Governo.

O crime político é um conjunto de ações com finalidade determinada; pressupõe a existência de uma organização. Essa proposição nos leva a uma distinção importante, que retomo do mesmo autor: “Conspiração é o concerto de várias pessoas para a prática de um ou mais crimes determinados; associação de malfeitores é a reunião de várias pessoas para o fim de cometer crimes individualmente não determinados”. Chamo a atenção, antes de prosseguir, para o cuidado com que Franz von Liszt, que venho citando, usa as palavras: Conspiração é “concerto”; associação de malfeitores é “reunião”. O crime político, nessa linha de raciocínio, é uma “conspiração”, um concerto de várias pessoas para a prática do crime de mudar o sistema político e derrubar o Governo. Essa ação final requer a prática de crimes determinados. O que o Legislador considerou “crimes conexos”.

Que se pode considerar como crimes conexos?

Plácido e Silva cuida do assunto em seu *Vocabulário Jurídico*:

<sup>1</sup> VON LISZT, Franz. *Tratado de Direito penal*. 1. ed. Campinas: Russel, 2003. p. 217.

A conexidade ou conexão criminal não tem sentido diverso da conexão civil, desde que, na conexão criminal, o elemento dominante é o da unidade do objeto, isto é, da unidade do vínculo real, ou melhor dito, da unidade de delitos. [...] A conexidade ou conexão importa na existência de delitos que se encontram conexos, isto é, que se mostrem unidos por uma relação tão estreita que não podem, de igual modo, ser considerados isoladamente.<sup>2</sup>

E acrescenta logo a seguir: “A conexão de delitos justifica a conjunção ou união deles em um só processo, para que sejam submetidos a julgamento em uma só jurisdição e juízo.”<sup>3</sup>

É de ver, ainda no que se refere à conexidade criminal, se o agente não agiu movido pelo que von Liszt chama de “extrema necessidade”. Ao discorrer sobre o tema e comentando várias legislações do século XIX, diz:

É notável a redação do Projeto (de Código Penal) austríaco: A lei penal não tem aplicação a atos praticados em uma situação de extrema necessidade que de outra forma não possa ser remediada, tendo o agente por fim afastar de si ou de outrem um dano iminente e fora de proporção que ameaçasse o corpo, a liberdade ou os bens.<sup>4</sup>

A boa lógica obriga a reconhecer que, se a conspiração dos opositores ao Governo era um crime político, também deve ser considerado política a ação dos sustentadores da ordem jurídica que os conspiradores pretendiam subverter, substituindo por outra. O Ministro da Justiça admite que as prisões eram feitas

de acordo com uma ordem jurídica contestável, mas ainda assim ordem jurídica. O que não admite é que a tortura, quando houve, possa ser considerada conexa, pois nada havia na legislação que a permitisse. O Ato Institucional nº 5, ainda que podendo ter sua legitimidade contestada, era legal — e o Ministro da Justiça o reconhece ao dizer que as prisões faziam-se dentro de uma ordem jurídica, embora contestável. Ele não autorizava a tortura, da mesma forma que não autorizava expressamente a censura à Imprensa, que, apesar disso, exerceu-se. Vendo os fatos da perspectiva da legalidade dos atos, e sem paixão, é mister reconhecer que o Ato Institucional nº 5 não substituiu os Códigos, muito menos as leis ordinárias que não entrassem em conflito com a vontade política expressada nele. Quero dizer que o Código Penal continuou em vigor, e com ele o Código do Processo Penal, da mesma forma que o Código Civil, o Tributário, o Comercial etc.

Voltemos aos argumentos dos *sabreurs* sobre a legislação que condena a tortura como crime e a torna imprescritível. A discussão é jurídica. Convém ter presente os fatos jurídicos, isto é, as leis que condenam a prática da tortura. Nada melhor para isso, do que transcrever, apesar de longa, a exposição que Alberto Silva Franco, renomado especialista, faz sobre a recepção de leis internacionais pela Ordem Jurídica brasileira. Vamos aos fatos:

A prática das torturas está expressamente ferida na Constituição Federal — art. 5º, inc. XLII —

<sup>2</sup> PLÁCIDO e SILVA. *Vocabulário Jurídico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1990.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> VON LISZT, Franz. *Tratado de Direito penal*. 1. ed. Campinas: Russel, 2003. p. 218.

como sendo um fato criminoso equiparável aos crimes hediondos e que não poderia, como o terrorismo e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ser afiançável, nem suscetível de graça ou de anistia. Apesar da explícita menção constitucional ao crime de tortura e de ter o Brasil ratificado, respectivamente, em 28 de setembro de 1989 e em 20 de julho de 1989, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes, de 1984, e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985, assumindo o compromisso internacional de considerar delitos em seu direito penal, *todos os atos de tortura e as tentativas de praticar atos dessa natureza*, nenhuma providência foi seriamente adotada até março de 1997 para atender quer ao texto constitucional, quer aos compromissos internacionais.<sup>5</sup>

Pediria ao leitor que registrasse as datas mencionadas, todas posteriores a 1979, inclusive a da Constituição de 1988, quando os Atos Institucionais perderam validade e o *habeas corpus* foi restabelecido.

Que aconteceu em março de 1997 que permitiu que se preenchesse o vazio legal acusado por Silva Franco? Nenhum movimento que tivesse como objetivo rever a lei da anistia — com o que volto à minha pergunta inicial: por que só agora, 30 anos depois? Silva Franco relata os fatos. É longa a citação, mas reputo necessária e indispensável porque relata as circunstâncias que levaram a que se votasse a lei:

Em março de 1997, as arbitrariedades praticadas por policiais militares na Favela Natal, em Diadema, Estado de São Paulo, tiveram enorme re-

percussão, em nível nacional e, até mesmo, internacional. O que, em verdade, não era fato isolado, mas sim, uma postura que se repetia com frequência na ação de policiais, militares ou civis, e que, em medida bem alargada, era tolerada, nos diversos escalões hierárquicos das corporações a que tais policiais pertenciam, passou, subitamente, pelos meios de comunicação de massa, por razões que não foram ainda devidamente esclarecidas, a constituir um fato merecedor de reprovação geral. [...] Com isso apressouse, sem maiores discussões, um dos projetos de lei sobre tortura que dormia, a sono solto, no Senado da República, há notícia de vários projetos de iniciativa de congressistas e de um projeto de iniciativa do Poder Executivo, datado do ano de 1994, e, com rapidíssimas votações, foi transformado na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, publicada no Diário Oficial da União, de 8 de abril de 1997.<sup>6</sup>

Esteve-se, portanto, diante de uma comoção social — relativa, convenhamos — provocada por um fato que não era novo nem desconhecido dos meios de comunicação e das autoridades. Foi essa comoção que levou a que se “acordasse” de seu sono profundo um projeto de lei para cuja aprovação ninguém se empenhara até então. Com esses esclarecimentos, podemos voltar ao nosso tema, o da luta dos *sabreurs* contra os que manejam floretes.

A discussão centra-se em torno da imprescritibilidade do crime de tortura. Muito bem. Que lei tipificava esse crime até 1997? Nenhuma. Ao afirmar que a tortura é crime imprescritível, o Ministro da Justiça, que parece entender de leis, e os promotores públicos que sustentam a batalha e que têm também a

<sup>5</sup> FRANCO, Alberto Silva. *Crimes hediondos*, 5. ed. São Paulo: RT, 2005. p. 122.

<sup>6</sup> Idem.

obrigação de entender de leis, e todos os *sabreurs*, que não têm obrigação de entender delas, simplesmente fazem por esquecer ou desconhecem o Direito, especialmente um de seus Princípios Gerais. Consideremos ainda que um texto em jargão jurídico não apresenta a mesma dificuldade que decifrar a Pedra da Roseta.

No Vocabulário Jurídico de Plácido e Silva, pode ler-se:

No sentido jurídico, notadamente no plural, princípio quer significar as normas elementares, ou os requisitos primordiais instituídos como base, como alicerce de alguma coisa. E, assim, princípios revelam o conjunto de regras ou preceitos que se fixaram para servir de norma a toda espécie de ação jurídica, traçando, assim, a conduta a ser tida em qualquer operação jurídica. Desse modo, exprimem sentido mais relevante que o da própria norma ou regra jurídica. Mostram-se a própria razão fundamental de ser das coisas jurídicas, convertendo-se em perfeitos axiomas.<sup>7</sup>

A não-retroatividade das leis é um desses princípios gerais.

Ainda no *Vocabulário jurídico* de Plácido e Silva, que está ao alcance de qualquer leigo, encontramos o sentido em que se toma “retroatividade” e “retroatividade das leis”: Retroatividade “exprime a qualidade ou o caráter do ato ou da ação que possa exercer efeito em coisas passadas ou afetar coisas passadas”.<sup>8</sup>

Retroatividade das leis:

É a expressão usada para indicar a condição ou a qualidade de certas leis que, promulgadas, exercem eficácia mesmo a respeito dos atos passados, regulando-os e os submetendo a seu regime. Em princí-

pio, as leis são irretroativas, não retrocedem para levar seus efeitos aos atos pretéritos. Regulam somente os atos que se sucederam à sua promulgação.<sup>9</sup>

A Constituição Federal, a que os *sabreurs* recorrem sempre, estabelece no seu artigo 5º, inciso XL, sem mencionar uma clara distinção entre a lei civil e a lei penal, que “a lei penal não retroage, salvo para beneficiar o réu”. E antes havia estabelecido, no inciso XXXIX, do referido artigo 5º, que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”.

Esses dois incisos, a rigor, podem ser tidos como princípios gerais de Direito.

A não-retroatividade da lei penal era reconhecida enquanto princípio por todos que entendem de Direito antes mesmo que a Constituição de 1988 o inserisse no capítulo “Dos direitos e deveres individuais e coletivos”. Os *sabreurs* invocam a Declaração dos Direitos do Homem de 1789 para lançar seus acusados à execução pública. É interessante consultar alguns especialistas que a comentaram.

Diz Bruno Genevois, à época Conselheiro de Estado, secretário geral do Conselho Constitucional da França:

Minha terceira e última observação consistirá em voltar à questão de saber se certos direitos proclamados pela Declaração de 1789 não têm, na prática, mais importância que outros. Referir-me-ia, sobretudo, à noção de ‘peso específico’. A esse respeito, se consideramos matéria penal, parece-me que o princípio da não-retroatividade da lei penal mais severa figura no número dos princípios que não toleram atentados.

<sup>7</sup> PLÁCIDO e SILVA. *Vocabulário Jurídico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1990.

<sup>8</sup> *Ibidem*

<sup>9</sup> *Ibidem*

Sobre o mesmo assunto, François Luchaire, antigo membro do Conselho Constitucional da França, fez algumas observações no Colóquio realizado em maio de 1989, pelo Conselho Constitucional. Traduzo-as: “O Conselho [...] aplicou no espírito de 1789 as disposições mais precisas da Declaração; é o caso do princípio da não-retroatividade das leis em matéria penal, princípio que o Conselho estendeu, aliás, a toda matéria repressiva[...].”<sup>10</sup>

Essas considerações, que já vão longas demais, servem para estabelecer o seguinte:

1. Se tortura houve, o fato não pode ser considerado um “injusto” na medida em que não havia lei que caracterizasse a ação como criminosa — hoje havendo, a lei penal não retroage;
2. Se houve ação quer possa ser tida como criminosa, estava tipificada no artigo 322 (violência arbitrária), combinado com o artigo 61, II, f, do Código Penal. Nessa hipótese, como já disse o presidente do Supremo Tribunal Federal, os eventuais crimes estariam prescritos. Prescritos, acrescentaria eu, porque os tratados internacionais recepcionados pela legislação brasileira, a Constituição Federal e a Lei nº9.455, são posteriores aos fatos.

Se assim é, sou obrigado a voltar à questão: por que, passados 30 anos, move-se essa batalha política e publicitária? Há indícios do porquê. Um deles é a decisão da comissão que cuida de avaliar os casos dos que foram

alegadamente torturados ou prejudicados em sua vida profissional ou pessoal pelos Governos de Presidentes militares, merecendo indenização pecuniária, de transferir ao Ministério Público Federal de São Paulo, empenhado em que a Justiça civil reconheça os Coronéis Ustra e Santos Maciel como torturadores, os documentos que pôde recolher ao longo de seus trabalhos. Essa decisão permitirá que os processos passem a ter âmbito nacional, não se limitando ao território de ação do DOI-CODI de São Paulo.

O importante, na análise dessa campanha iniciada 30 anos depois dos fatos que denuncia, é atentar para a circunstância de que não se cuida da condenação penal de ninguém, apesar do estardalhaço que se faz em torno da não-prescrição. Sabe-se que houve prescrição e que a lei penal não retroage. O importante, para os *sabreurs*, é obter da Justiça Civil uma decisão que aponte os eventuais réus como culpados. Depois, o assunto transfere-se automaticamente para a jurisdição universal, alçada dos que, no Exterior, a exemplo do juiz Garzón, pretendem estabelecer a sua Justiça no Mundo. Especialmente agora, que se identificou como sendo de cidadão espanhol uma ossada encontrada no cemitério de Perus.

Espero que essas linhas possam servir, de algum modo, aos que manejam floretes na sua luta contra a cavalaria dos que desembainharam sabres e acometem os infantes em uma luta sem quartel. E também colaborem em pôr um ponto final em uma discussão surrealista. Que deverá ser posto, a menos que ela seja mal intencionada. ☹

<sup>10</sup> Conseil Constitutionnel, “La déclaration des droits de l’homme e du citoyen et la jurisprudence”, PUF, Paris, 1989.

# Do Congresso de Viena e da paz de Versalhes: da clemência soberana ao olhar dos vencidos\*

Alexandre de Lima Paniza\*\*

O Congresso de Viena, indubitavelmente, deixou as suas singulares marcas na história das civilizações.

Muito mais do que um ajuntamento de monarquias ou uma grande barganha territorial, o Congresso de Viena representou uma lição de como buscar a paz, ainda que esta tenha sido alcançada a preço de sangue.

Para os principais articuladores de Viena, não estava em jogo apenas a restauração das fronteiras pré-revolucionárias (1789), ou a restauração da ordem monárquica abalada pelo republicanismo, mas, acima de tudo, a constituição de uma (nova) ordem europeia que se pautasse pelo equilíbrio do sistema de relações internacionais, bem como por garantias efetivas de que os acontecimentos de sua geração estivessem longe de se repetir.

No tocante a esse último ponto, residiu a sabedoria de Viena: a clemência soberana.

Os efeitos de uma “paz hipotecada” ficaram claros nos anos seguintes ao Tratado de Versalhes; apenas comparando os processos de paz da Era Napoleônica e da Primeira Grande Guerra, poderemos aquilatar o valor inestimável de uma paz efetivamente negociada e compartilhada.

E uma paz verdadeiramente negociada implica três condições: respeito mútuo entre as partes beligerantes, unidade de pensamento (objetivos bem definidos) dentro de cada grupo beligerante e capacidade efetiva de sacrificar interesses imediatos em nome de uma estratégia sustentável no longo prazo.

A “Paz de Viena”, no tocante ao respeito mútuo, evitou a dilaceração do Estado francês, que já estava relativamente “domesticado” pelos inimigos de Napoleão Bonaparte, ao convidar o Governo restaurado para as discussões do pós-guerra. No que tange à unidade de interesse, as potências vencedoras concederam à monarquia francesa (restaurada) o *status* de aliado — perfazendo, a partir de então, o binômio aliado — inimigo com os adeptos dos ideais republicanos. Por conseguinte, o Congresso de Viena representou o *forum* de discussões das monarquias europeias, e não a destruição ou humilhação do Estado francês.

No entanto, para que tal unidade lograsse êxito e permitisse as articulações de longo prazo, dois princípios foram basilares: o Princípio da Legitimidade, proposto por Talleyrand, representante francês; o Princípio do Equilíbrio Europeu, por

\* Colaboração do autor.

\*\* Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP (Área de concentração em Relações Internacionais). Mestre em Direito Comunitário e de Integração pela PUC-MG. Professor de Estratégia Competitiva de Países e de Direito Internacional nos cursos de Administração de Empresas e de Direito da PUC-MG.

Metternich, representante da Áustria e articulador dos trabalhos do Congresso de Viena. O primeiro buscava restaurar os governos e fronteiras “legítimos”, pré-Revolução Francesa, enquanto este temperava a reorganização, buscando impedir o domínio de uma potência sobre as demais.

Tais princípios permitiram conciliar a restauração das monarquias e o realinhamento das forças políticas européias — inclusive domesticamente, dado que os ideais liberais deixaram suas marcas nos debates políticos dos países europeus — culminando com a criação da Santa Aliança e da Quádrupla Aliança, que buscavam proteger, respectivamente, as monarquias legítimas e o equilíbrio europeu.

Em Versalhes, ao contrário do ocorrido com a França em Viena, além do tratamento (altamente questionável) conferido à delegação alemã, o *Diktat* (Ditado) de Versalhes foi empurrado, literalmente, garganta abaixo ao povo alemão, em meio aos trabalhos da Assembléia Constituinte de Weimar. Sem negociações, um tratado que, para a Alemanha, era a única opção a seguir, a fim de se evitar a vergonha de uma marcha aliada triunfal em seu território.

Versalhes foi um tratado que, ao confiscar territórios e prever multas de guerra indefinidas, a serem calculadas em posteriores “negociações”, refletia muito mais o desejo de vingança de alguns vencedores — particularmente a França, ainda ressentida pela Guerra Franco-Prussiana —, do que um projeto geopolítico para a estabilidade européia. Não haveria de ser surpreendente, por conseguinte, o grande sentimento de indignação que invadiu o seio da nação alemã, ao ver-se coagida pelas circunstâncias a assinar um tratado que lhe imputava, na famigerada Cláusu-

la 231, toda a responsabilidade financeira e moral pela Primeira Grande Guerra.

Se em Viena os vencedores possuíam um objetivo geral determinado — a reconstrução da estabilidade européia — os Aliados, ao final da Primeira Grande Guerra, não conseguiram entrar facilmente em acordo, produzindo, ademais, um tratado que refletia parcialmente os interesses marginais de cada um deles:

- a) os Estados Unidos, embalados no idealismo contagiante de Woodrow Wilson, preconizando um “reino de justiça internacional”, semeando as bases da Liga das Nações;
- b) a Inglaterra, tão somente interessada na armada imperial alemã, que obteve afinal, e na preservação da vilipendiada Alemanha, especificamente para que esta servisse de anteparo geopolítico a eventuais pretensões francesas e russas;
- c) a França, entregue à própria sorte e aos seus temores, perseguia as reservas carboníferas alemãs, fronteiras teoricamente seguras e uma improvável cisão da nação alemã. Não custa lembrar que a Alemanha, até então, possuía, isoladamente, no Continente europeu, a melhor combinação do trinômio carvão-aço-população.

E, como decorrência da inexistência das duas primeiras (principais) condições de uma paz verdadeiramente negociada em Versalhes, a desmedida preocupação com interesses de curto prazo implicou o sacrifício de uma paz efetivamente sustentável, justamente o contrário de Viena, onde o desejo de vingança pós-napoleônico foi sacrificado em nome da estabilidade interna

dos vencidos, a França, a fim de se evitar a semente do ódio futuro.

E, na “Paz de Paris”, como consequência da ausência de uniformidade estratégica e de interesses claramente dissonantes, foi produzida uma combinação naturalmente explosiva: uma Alemanha humilhada, uma França entregue à própria sorte e a falência operacional da Liga das Nações. Não custa lembrar que a Alemanha, ao final da Primeira Grande Guerra, não possuía qualquer representação política e diplomática estável, encontrando-se perdida entre os conflitos e rebeliões promovidos pelas diversas facções liberais, socialistas radicais e conservadoras que buscavam o controle industrial e militar do país.

Pior, a rendição da Alemanha, abandonada gradativamente por seus aliados, foi majoritariamente decorrente de uma expectativa de manutenção territorial e econômica nas negociações pós-guerra — ao contrário da França em Viena, que assistiu à derrota de um regime, não de toda uma nação —, o que muito contribuiu para que brotasse nas diversas camadas da população alemã um sentimento de traição em relação aos Aliados, especialmente em relação à França, que encabeçava as “negociações”.

Diametralmente opostos, os concertos diplomáticos de Viena e Versalhes são as duas possíveis faces dos períodos de pós-guerra, onde, no primeiro caso, a clemência soberana dos vencedores, fruto de uma rara serenidade, produziu as condições necessárias para uma prolongada paz no cenário internacional — enquanto, no segundo caso, um conflito (aparentemente) dissolvido continuou no seio do povo vencido, produzindo, a seu próprio tempo, oportunos (e trágicos) frutos.

Enquanto o sistema de Viena foi rompido tão somente pela violação de seus princípios (Napoleão III; Guerra da Criméia), as cláusulas politicamente indefesas do Tratado de Versalhes foram, em si mesmas, as maiores responsáveis pela comoção, e revolta, do povo alemão — desembocando no ardente desejo de vingança do III Reich.

O III Reich foi, indubitavelmente, fruto da instabilidade política e fragilidade econômica inerentes à República de Weimar, que, entre os efeitos da Crise de 29 e as amarras implacáveis do Tratado de Versalhes, não teria outro destino, a não ser retribuir historicamente às potências vencedoras da Primeira Grande Guerra, a impiedade soberana que lhe foi destinada. ☹

## Referências

- BATTESTI, Michèle. Um exército em frangalhos. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 43-45, jul. 2006.
- COTRIM, Gilberto. *História e consciência do mundo*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- FRANÇOIS-PONCET, André. Mais que derrota, humilhação. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 38-39, jul. 2006.
- \_\_\_\_\_. Povo unido pela indignação. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 40-41, jul. 2006.
- \_\_\_\_\_. Tratado de paz, ameaça de guerra. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 30-37, jul. 2006.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.
- KLEIN, Claude. *Weimar*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- KOSHIBA, Luiz. *História: origens, estruturas e processos*. São Paulo: Atual, 2000.
- MIQUEL, Pierre. Por trás do armistício, a ameaça vermelha. *Revista História Viva*. São Paulo, ano III, n. 33, p. 46-51, jul. 2006.
- RAY, John. *The illustrated history of WWII*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2003.
- TAYLOR, A. J. P. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

# Gramsci e as palavras-senha\*

Heitor De Paola\*\*

*“Uma das maiores alegrias de um comunista é ver na boca dos burgueses, nossos adversários, as nossas palavras de ordem.”*

Giocondo Dias, Ex-Secretário Geral do PCB

**V**olto a citar essa frase lapidar do *továrishch* Giocondo para abordar um assunto que confunde a mente de muitas pessoas bem intencionadas, a respeito dos termos que devem ser usados para definir alguns conceitos. Não uso o adjetivo apenas no sentido frouxo de frase artisticamente perfeita, mas sim no mais restrito de inscrição em lápide, pois ela pode ser um dos epitáfios da ordem e da linguagem “burguesas”. Como exemplo inicial, a palavra ética: o seu significado original hoje está tão deturpado que é sempre melhor evitá-la. Como ocorreu essa deturpação? Para isso é necessário algum conhecimento sobre a estrutura e hierarquia de um partido revolucionário e um pouco de história.

## Estrutura e hierarquia

Todos os partidos, revolucionários ou não, são organizados em pirâmide, por isso os termos usuais *bases* e *cúpula partidária*. A diferença é que nos partidos democráticos essa pirâmide está mais ligada aos níveis decisórios, enquanto nos revolucionários há, da base para o alto, uma graduação do nível de segredos estratégicos, a ponto de, acima de certo nível, transformar-se em uma verdadeira organização esotérica que emite palavras de ordem e resoluções, cuja estratégia de

longo prazo não é discernível, sequer suspeitada, pelos níveis inferiores. Claro está, todos os partidos têm seus segredos, suas malícias, suas visões de longo prazo tanto quanto as eleitorais, de curto prazo. Seu intento é *mudar alguma coisa restrita do Mundo por meio de métodos políticos consensuais*, como maior controle estatal ou mais liberalismo e as nuances entre os dois, decisão sobre os setores mais importantes para investimentos, visões diplomáticas diversas etc. Além disso, aceitam o jogo democrático e a alternância no poder, isto é, aceitam a política como ela é: a arte do possível baseada em negociações.

Já os partidos revolucionários funcionam com base em uma estratégia secreta de engenharia social, com a finalidade de mudar o Mundo todo, de conformá-lo com sua visão estratégica e ideológica. Parte desta não é secreta: os fins, sempre idealizados como “um Mundo melhor é possível”, mas os meios para chegar a esse Mundo permanecem secretos, pois são necessariamente muito violentos e despertariam rechaço por parte do eleitorado. Isso enquanto precisam de eleitores, pois para esses partidos a política não passa de um meio pelo qual se extinguirá a própria política. Aceitam a alternância no poder apenas como um meio de destruir os inimigos, não considerados apenas adversários políticos. Fingem aceitar o jogo político

\* Transcrito de *Mídia Sem Máscara*, em 1º de agosto de 2008.

\*\* O autor é filósofo e analista político.

consensual só para liquidar com ele quando tiverem a hegemonia.<sup>1</sup>

Obviamente, a estruturação de um partido com tais intenções deve ser diferente. Embora também em pirâmide, os níveis não são os mesmos dos partidos tradicionais, assim como a diferença qualitativa entre os membros dos diversos níveis. Por razões didáticas, podemos grosseiramente definir os seguintes níveis, da base para o alto: idiotas úteis, companheiros de viagem, “ampliações”, militantes de base, militantes de nível intermediário, dirigentes de baixo nível e dirigentes de nível superior.

Entre os *idiotas úteis*, que nada sabem, apenas se deixam seduzir pelo canto de sereias, pela “utopia”, que anuncia um renascer mais justo e equitativo para a humanidade, são selecionados os *companheiros de viagem*, aqueles que se encarregam de tarefas sem grande importância, como panfletagem, pichações, incitação de greves, etc. São os que carregam a bandeira e se expõem aos riscos. Os mais eficientes entre esses são selecionados como *ampliações*. Esse termo aplicava-se originalmente ao programa permanente de ampliação de quadros, aumento do número de militantes. Passou a ser usado nos casos particulares e por neologismo transformou-se até em substantivo: uma “ampliação” é um simpatizante em fase de teste de “pureza ideológica”, com vistas a conquistá-lo para a militância. Alguns nunca chegam nesse ponto e permanecem para sempre “companheiros de viagem”, e serão os primeiros a serem trucidados pelo regime revolucionário triunfante porque o choque da realidade os tornaria ferozes opositores ao perceberem que foram traídos.

Os *militantes de base* são aquelas ampliações que amadureceram e estão preparados para ler alguns documentos doutrinários e ideológicos, ainda de teor utópico. Aqueles que começam a perceber o “espírito da coisa” — que não existe utopia nenhuma, apenas luta pelo poder hegemônico — são “promovidos” a *militantes de nível intermediário*. Esclareça-se que tais “promoções” são de natureza totalmente secreta para o indivíduo, o qual não tem a mínima idéia de ser constantemente observado e avaliado, muito menos quais são os critérios para isso. Os militantes dos dois níveis constituem o que Orwell denominou “Partido Externo”. Orwell não podia prever que os que não foram promovidos a militantes viriam a ser organizados em estruturas auxiliares (ONGs) que promovem as palavras de ordem do partido revolucionário sem nem saberem — com exceção dos dirigentes, ligados ao Partido Interno — de onde elas provêm ou o que significam. Os que ficarem fora da estrutura partidária são os “Proles”.

Ao mencionarmos os *dirigentes*, entramos já no “Partido Interno” (O’Brien) e então revela-se a verdadeira organização esotérica fundamentada nas sociedades secretas. Como veremos adiante, só estes começam a ter acesso ao verdadeiro significado dos termos da “novilíngua” ou a linguagem do politicamente correto. Deve-se observar que a clandestinidade é condição essencial para os dirigentes dos partidos revolucionários e não consequência da eventual repressão pelas autoridades. Sem a clandestinidade dos dirigentes e o segredo da estratégia, a estrutura sucumbe completamente!

É evidente que a correia de transmissão das decisões, por meio de palavras de ordem,

<sup>1</sup> Para maiores detalhes, ver a obra do autor *O eixo do mal latino-americano e a nova ordem mundial*. São Paulo: Realizações, 2008.

deve guardar a mesma gradação de segredo dos reais conceitos, dos verdadeiros fins e dos meios cruentos para atingi-los. O sentido de uma palavra de ordem só pode ser conhecido pelos “iniciados” do partido interno, aos demais devem ser dadas explicações mais palatáveis.

Vejamos outro exemplo: justiça social. De forma proposital, deixa-se cada um entender o que quiser sobre esse termo, desde que não atinja o verdadeiro significado esotérico. No entanto, o caminho para atingir a justiça social deve ser claramente explicitado: só a redistribuição de renda levará ao tão almejado estado de coisas. Tome-se uma figura de um carro de luxo passando em uma favela com crianças nitidamente desnutridas. A maioria das pessoas imediatamente associa: injustiça social! — precisamos redistribuir a renda para acabar com ela. Porém, o verdadeiro significado é: os membros do partido são os justiceiros que, por intermédio da redistribuição da renda, vão deixar as crianças ainda mais famintas, e o carro de luxo será desapropriado em benefício de um dos dirigentes, o qual, como grande justiceiro, terá avenidas exclusivas para trafegar, os *prospekts* com faixas exclusivas da URSS. Os luxuosos balneários, como Cubanacán e Siboney, expropriados para gozo e deleite dos mesmos. Se isso sempre foi assim, após os estudos de Gramsci, no pós-guerra, a tarefa ficou muito facilitada. Ao perceber que a classe revolucionária por excelência não é a proletária, que jamais deixarão de ser Proles, mas a intelectualidade das classes média e abastada deu ao partido revolucionário uma ferramenta potentíssima, transformou-o no Partido-Classe, em que os dirigentes — os intelectuais orgânicos — têm consciência de constituírem não mais uma classe-em-si, mas uma classe-para-si. É exatamente quando o militante adquire a noção de que a revolução é para-si, e

a aceita plenamente, passando a integrar o quadro de dirigentes, ou Partido Interno.

Aqueles que adquirem essa noção e horrorizam-se com o mundo infernal que se avizinha e pelo qual lutaram, e não a aceitam, passam por uma crise de consciência terrível, da qual poucos saem. A maioria, sem coragem para enfrentar a humilhação de ter acreditado e se submetido a uma grossa mentira, fica pairando como almas penadas em busca de um corpo que não as aceita mais: os antigos “camaradas” jamais confiarão nele outra vez. São os que vão engrossar o coro das ONGs globalistas, dos movimentos “sociais” e pela “paz”.

Alguns, alquebrados pelo esforço, aceitam a suprema humilhação das “autocríticas” que se revelarão um ciclo interminável. Muito poucos enfrentam a angústia de aceitar a culpa e enfrentar o esforço moral e psicológico da convalescença, pois como bem o disse Aron, essas ideologias viciam como os tóxicos e criam dependência e síndrome de abstinência.

### História das palavras-senha no Brasil

O estudo intensivo da obra de Gramsci surgiu na URSS, a partir do XX Congresso do PCUS, em 1956, mudando completamente os rumos da Revolução Mundial no sentido de uma revolução dos intelectuais. As condições para o estudo intensivo no Brasil ocorreram a partir do movimento contra-revolucionário de 1964. A clandestinidade e a momentânea supressão das atividades externas foram impostas pela Polícia e pelas Forças Armadas. Os Comitês Centrais e regionais das diversas organizações revolucionárias mergulharam intensamente e, enquanto na superfície ocorria a derrota político-militar e econômica da revolução, na clandestinidade aprofundava-se a revolução cultural, levando ao

quadro que temos hoje: embora derrotados, são vitoriosos porque as forças da lei, o *aparelho hegemônico da burguesia*, contentaram-se com aquela vitória de Pirro e nem perceberam que lentamente modificava-se o *sensu comum da sociedade*, e organizavam-se os grupos sociais que viriam formar a *sociedade civil organizada*.<sup>2</sup>

Embora não fosse essa a sua principal função, tais palavras serviam como uma espécie de senha de reconhecimento mútuo, pois aquelas que vieram substituir não podiam ser pronunciadas ou escritas. Funcionavam como sinais, imitação das sociedades secretas como a maçonaria e nada tinham a ver com as noções “burguesas”. Lá pela década de 1980, a palavra ética tomou força — movimento pela ética substituiu movimento comunista. Seguiu-se a cidadania, que tomou impulso com o movimento pelas diretas, e a luta pela anistia levadas a cabo pelos “autênticos” — outra senha, esta genuinamente nacional — do MDB, culminando na proclamação pelo companheiro de viagem Ulisses Guimarães, da “Constituição Cidadã” que “resgatava o exercício pleno da cidadania e da ética na política”. Logo após a redemocratização, o Governo encontrava-se abalroado pelos aparelhos privados de hegemonia, as organizações não governamentais (ONGs), que somando-se a este constituíram o Estado Ampliado. Cada vez mais vemos esses aparelhos privados assumindo diversas funções do Governo. Desde 1994, com sua plena concordância, aval e apoio financeiro.

É fundamental que os liberais e conservadores tomem conhecimento do verdadeiro significado revolucionário que esses termos adquiriram e abstenham-se de usá-los para não se deixarem confundir. Um pequeno glossário é fun-

damental. Como não há espaço aqui, cito apenas algumas mais usuais.

**Ética** – é ética toda e qualquer ação que promova o aprofundamento da revolução. É a expressão do princípio de que “os fins justificam os meios”, em oposição total ao conceito “burgueses” tradicional.

**Liberdade** – é a expressão da conformidade do cidadão com a coletividade. Não tem nada a ver com liberdade individual.

**Democracia** – não corresponde ao governo da maioria, mas ao da unanimidade baseada no consenso e hegemonia do partido-classe.

**Consenso** – conformação coletiva do grupo social com as ações do Estado ampliado, necessário para alcançar os fins éticos.

**Hegemonia** - capacidade de influência e de direção política e cultural que um grupo social exerce sobre a sociedade civil organizada, e esta sobre a sociedade política. Predominância efetiva do partido-classe sobre ambas para impulsionar e fazer avançar o processo revolucionário.

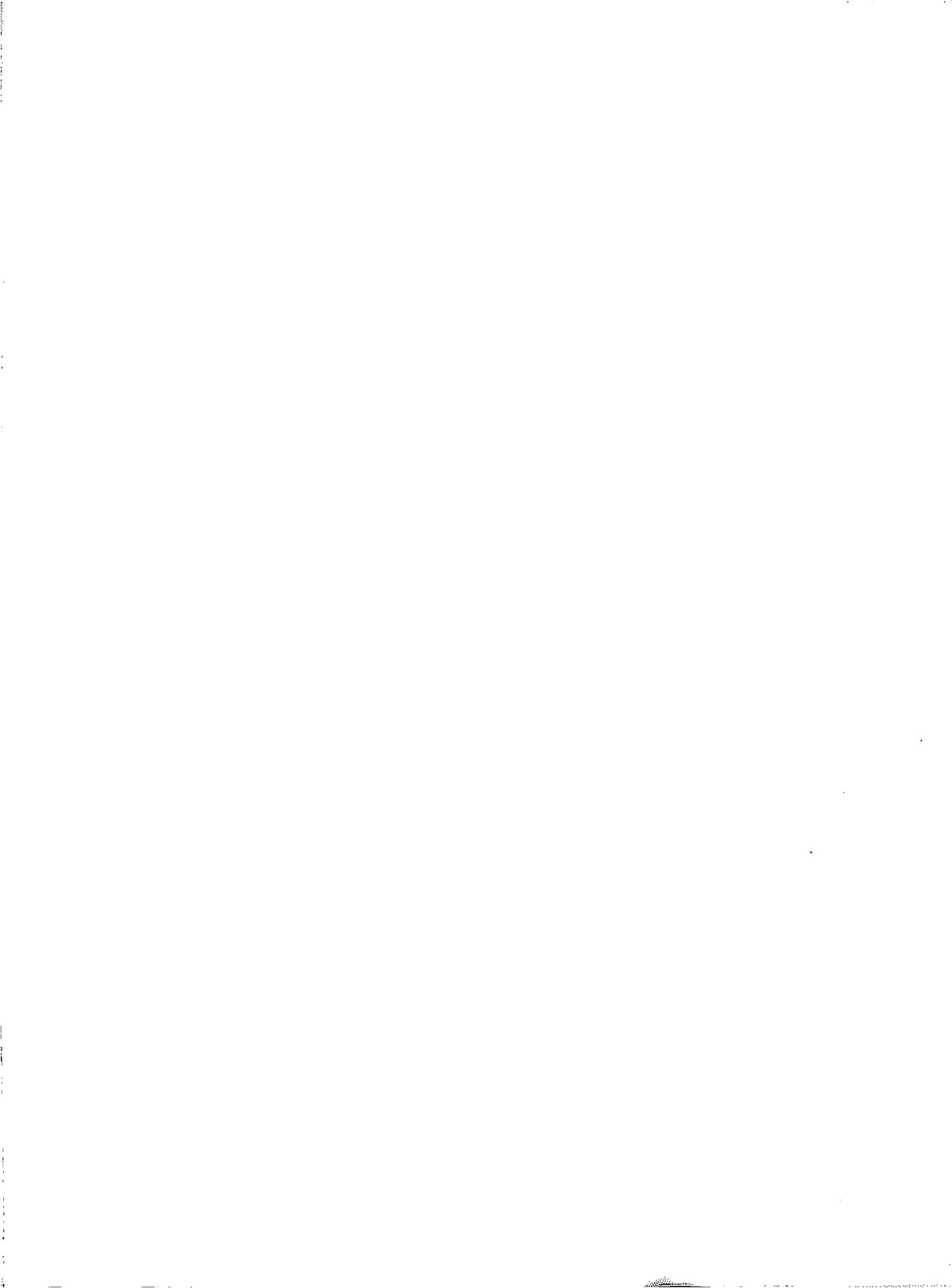
**Sociedade Civil Organizada** – espaço onde atuam os aparelhos privados de hegemonia.

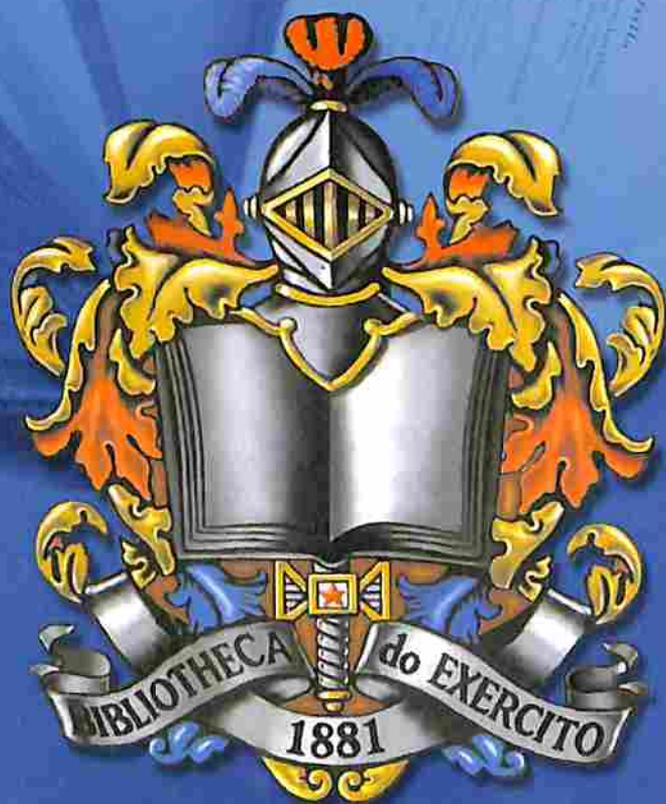
**Aparelhos Privados de Hegemonia** – as ONGs, principalmente.

**Estado Ampliado** – os órgãos governamentais e as ONGs. Também pode ser chamado de Estado Democrático de Direito por estar em constante mutação.

**Cidadania** – “espaço” coletivo onde atua a sociedade civil organizada; o exercício da cidadania nada tem a ver com a atuação dos indivíduos livres, mas com esse “espaço” criado pela ampliação do Estado e que obedece rigorosamente ao consenso prévio. É a submissão do cidadão ao consenso coletivo. ☺

<sup>2</sup> Todos os termos em itálico correspondem a categorias de Gramsci.





# Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,  
dos valores e das necessidades da  
cultura militar brasileira.